

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL**

**RENAN LUCAS DE OLIVEIRA SÁ**

**(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAPITALISTA: UMA  
ETNOGRAFIA DO SUBCENTRO MAJOR PRATES (MONTES  
CLAROS/MG)**

**MONTES CLAROS/MG  
2023**

RENAN LUCAS DE OLIVEIRA SÁ

**(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAPITALISTA: UMA  
ETNOGRAFIA DO SUBCENTRO MAJOR PRATES (MONTES  
CLAROS/MG)**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Avaliadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade de Montes Claros, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado

**MONTES CLAROS/MG  
2023**

S111r Sá, Renan Lucas de Oliveira  
(Re)produção do espaço urbano capitalista [manuscrito]: uma etnografia do subcentro Major Prates (Montes Claros/MG) / Renan Lucas de Oliveira Sá – Montes Claros (MG), 2023.  
129 f. : il.

Bibliografia: f. 124-129.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado.

1. Sistema Capitalista. 2. Produção do espaço urbano. 3. Cidades médias – Subcentros – Bairro Major Prates – Montes Claros (MG). 4. Políticas públicas. 5. Planejamento Urbano. 6. Descolonização. I. Machado, Giancarlo Marques Carraro. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Uma etnografia do subcentro Major Prates (Montes Claros/MG)

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

RENAN LUCAS DE OLIVEIRA SÁ

**(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAPITALISTA: UMA  
ETNOGRAFIA DO SUBCENTRO MAJOR PRATES (MONTES  
CLAROS/MG)**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Avaliadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade de Montes Claros, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Data de Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado  
PPGDS/Unimontes

---

Prof. Dr. Amaro Sérgio Marques  
UFOP

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Anete Marília Pereira  
PPGDS/Unimontes

MONTES CLAROS/MG  
2023

Muitas vezes nos entregamos

Muitas vezes nos dispomos a estar.

Muitas vezes...

Às vezes não dá certo

Às vezes não seguimos o caminho certo

Às vezes não dá certo e precisamos parar por um momento

Nessas horas dá vontade de desistir da gente mesmo

Você entende e sente que precisa voltar

Ter humildade de reconhecer os erros

Refazer o caminho e encontrar-se novamente

Retomar o caminho

Cada passo pensado, cada sensação realmente sentida

Tudo é mais intenso

Pensamentos vagos pelo infinito

E uma paz reina no coração

É possível sim! Desistir, jamais.

## AGRADECIMENTOS

Estou fechando um ciclo de longos anos estudando intensamente, os últimos 8 anos estudando Arquitetura e Urbanismo e nos últimos 3 no Mestrado. Acho que beira à exaustão, às vezes me sinto obcecado por algo inalcançável. Ao me afastar dessas divagações, eu percebo que tudo é fruto do ego. A necessidade de sobreviver, ser reconhecido, ter um legado pós existência terrena. Consegui chegar para além do que eu pensava: *stricto sensu*.

Eu sempre trabalhei muitas habilidades durante minha vida: musical, linguística, de viagens, de autoconhecimento. Sempre pensei que o mestrado me levaria à limitação de pensamento, ledô engano, pois entrar no PPGDS (que é plural) foi a melhor escolha e, por isso, agradeço à minha amiga Marta Grave (Martinha), um pirilampo que me deu aquele “empurrãozinho”, aquele empurrão em um momento de angústia e que me disse: Vamos lá! Todos temos esses pirilampos que iluminam nossos caminhos e depois se vão para outros rumos. Outros pirilampos apareceram: a Renata que disse que eu conseguiria conciliar ao estudar Arquitetura e Urbanismo e o Mestrado, o Nadson que me incentivou a fazer essa etapa. Pirilampos! A verdade é que a gente nunca está sozinho.

Este trabalho foi feito durante um período histórico que afetou a humanidade: a pandemia de Covid, em março de 2020, e ninguém saiu o mesmo depois disso. Tive meus desafios, minhas perdas, muitas lutas. Por várias vezes eu pensei em desistir, e por isso, agradeço imensamente aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, especialmente ao meu orientador professor Giancarlo Marques Carraro Machado pela paciência, motivação e condução dos trabalhos, ao professor Amaro Sérgio Marques pelas orientações na qualificação e pelo incentivo à pesquisa durante minha vida acadêmica na Arquitetura e Urbanismo, à professora Anete Marília Pereira pelas orientações na qualificação.

Aos amigos que adquiri neste percurso e à minha família que sempre me apoiou, especialmente minha mãe. Agradeço ao meu irmão Randall pelas contribuições na pesquisa, ao meu irmão Rodrigo pela força, à Renata pela revisão das normas da ABNT.

Ao meu filho Luca que, inconscientemente, é um catalisador nesse ímpeto em estudar mais. Aos meus alunos que são motivadores para eu permanecer na docência e pesquisa.

Às instituições que auxiliaram esta pesquisa: Arquivo da Câmara Municipal e Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, bem como a Associação de Feirantes do bairro Major Prates, à direção do Armazém do Campo. Aos cidadãos que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada. Há muito a se descobrir nas camadas que permeiam a cidadania. Estou apenas começando.

Ao ensino público e gratuito que contribuiu para minha formação desde tenra idade até o mestrado. Viva a universidade pública!

*“Cidades são para pessoas, não para o capital”*

*David Harvey*

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado examina a análise crítica de David Harvey sobre o sistema capitalista e sua aplicação no estudo do espaço urbano em cidades médias, tomando como exemplo o caso do bairro Major Prates em Montes Claros. A pesquisa, de cunho qualitativo, por intermédio de levantamento bibliográfico, documental e etnográfico (observação participante), tem como objetivo analisar a influência do capital na produção e reprodução do espaço urbano do bairro Major Prates - Montes Claros/MG. A implementação de políticas públicas nesse contexto é investigada como mecanismo de controle espacial, social e econômico, perpetuando disparidades e afetando a qualidade de vida da população. É discutida a descentralização das atividades econômicas para áreas periféricas do capitalismo, que criou subcentros, em cidades médias, exemplificado pelo bairro Major Prates, e também, evidencia a importância dos cidadãos e suas táticas na resistência e na criação de usos alternativos do espaço. Contudo, tais transformações não são neutras, e o Estado desempenha um papel central no planejamento urbano e na configuração das centralidades. Nesse sentido, questionou-se o papel do governo municipal na produção do espaço urbano, considerando a necessidade de políticas sociais e urbanas voltadas à promoção da qualidade de vida e ao acesso equitativo ao espaço. Constata-se que o Estado (representado pelo poder municipal) deve atender às demandas específicas das novas centralidades, garantindo o desenvolvimento de infraestrutura básica, áreas de lazer e inclusão social. A compreensão crítica do processo de produção do espaço urbano em cidades médias, à luz das teorias de Harvey, expõe as contradições e desafios presentes na sociedade de classes. O Estado, como agente articulador e legitimador das relações capitalistas, assume a responsabilidade de promover a justiça espacial e a equidade no acesso aos recursos urbanos. E por fim, a reflexão sobre as dinâmicas socioespaciais em cidades médias, como Montes Claros, permite reconhecer a importância de uma abordagem mais inclusiva e participativa no planejamento urbano, levando em consideração os interesses e necessidades da população local, chegando à conclusão de que, somente assim, será possível construir cidades mais justas, igualitárias e sustentáveis, superando as desigualdades presentes no atual sistema capitalista e descolonizando as experiências cidadinas.

**Palavras-chave:** Sistema capitalista. Produção do espaço urbano. Cidades médias. Subcentros. Políticas públicas. Planejamento urbano. Descolonização.

## Abstract

This master's dissertation examines David Harvey's critical analysis of the capitalist system and its application in the study of urban space in medium-sized cities, using the case of the Major Prates neighborhood in Montes Claros as an example. The research, of a qualitative nature, aims to analyze, through bibliographic, documentary, and ethnographic (participant observation) methods, the influence of capital in the production and reproduction of urban space in the Major Prates neighborhood - Montes Claros/MG. The implementation of public policies in this context is investigated as a mechanism of spatial, social, and economic control, perpetuating disparities and affecting the quality of life of the population. The decentralization of economic activities to peripheral areas of capitalism, which created subcenters in medium-sized cities, exemplified in the Major Prates neighborhood, is discussed, highlighting the importance of urban dwellers and their tactics in resistance and the creation of alternative uses of space. However, such transformations are not neutral, and the State plays a central role in urban planning and the configuration of centralities. In this sense, the role of municipal government in the production of urban space is questioned, considering the need for social and urban policies aimed at promoting quality of life and equitable access to space. It is evident that the State (represented by the Municipal government) must address the specific demands of new centralities, ensuring the development of basic infrastructure, leisure areas, and social inclusion. The critical understanding of the process of producing urban space in medium-sized cities, in light of Harvey's theories, exposes the contradictions and challenges present in class society. The State, as an articulator and legitimizing agent of capitalist relations, assumes the responsibility of promoting spatial justice and equity in access to urban resources. Finally, the reflection on socio-spatial dynamics in medium-sized cities, such as Montes Claros, allows us to recognize the importance of a more inclusive and participatory approach to urban planning, taking into account the interests and needs of the local population, leading to the conclusion that only in this way it will be possible to build fairer, more egalitarian, and sustainable cities, overcoming the inequalities present in the current capitalist system and decolonizing urban experiences.

**Keywords:** Capitalist system. Production of urban space. Medium-sized cities. Subcenters. Public policies. Urban planning. Decolonization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ziguarte .....	28
Figura 2 - Ziguarte .....	28
Figura 3 - Exemplo de cidade Medieval- Teto da cúpula do Duomo de Florença, obra-prima de Brunelleschi .....	32
Figura 4 - População urbana no Brasil em 2015 .....	49
Figura 5 - População rural e urbana do mundo (1950-2030).....	50
Figura 6 - Localização de Montes Claros .....	55
Figura 7 - Mapa de Zoneamento e uso do solo (SEPLA/Prefeitura de Montes Claros, 2020)...	57
Figura 8 - Zoneamento macro do bairro Major Prates.....	58
Figura 9 - Mapa de Áreas verdes (Praças e Parques) .....	59
Figura 10 - Risco de acúmulo de água .....	60
Figura 11 - Renda per capita .....	61
Figura 12 - Equipamentos educacionais .....	62
Figura 13 - Equipamentos econômicos.....	63
Figura 14 - Centros de Referência .....	63
Figura 15 - Hierarquia Viária .....	64
Figura 16 - Principais acessos .....	65
Figura 17 - Edificação à venda no Major Prates.....	69
Figura 18 - Anúncio da edificação à venda no Major Prates .....	69
Figura 19 - Diferentes tipologias do bairro Major Prates .....	70
Figura 20 - Residência multifamiliar/rua Sílvio Romero de Aguiar.....	70
Figura 21 - Edificação rua Laura Prates/ bairro Augusta Mota .....	71
Figura 22 - Rua Laura Prates/Rua Sílvio Romero Aguiar .....	72
Figura 23 - Rua Laura Prates/Rua Sílvio Romero Aguiar .....	72
Figura 24 - Rua Sílvio Romero de Aguiar.....	73
Figura 25 - Rua Sílvio Romero de Aguiar.....	73
Figura 26 - Rua Sílvio Romero de Aguiar.....	73
Figura 27 - Edificação na rua Sílvio Romero de Aguiar em maio de 2023.....	75
Figura 28 - Avenida Castelar Prates com a Rua Raimundo Neto.....	75
Figura 29 - Avenida Castelar Prates com a Rua Raimundo Neto.....	76
Figura 30 - Avenida Castelar Prates com a rua Raimundo Neto .....	76
Figura 31 - Av. Castelar Prates .....	77
Figura 32 - Avenida Castelar Prates, 254 .....	78

Figura 33 - Avenida Castelar Prates, 254 .....	78
Figura 34 - Praça Vicente Mota .....	79
Figura 35 - Feira do Major em 2016.....	85
Figura 36 - Feira do Major em maio/2023 .....	86
Figura 37 - Feira do Major em maio/2023 .....	86
Figura 38 - Feira do Major em maio/2023 .....	87
Figura 39 - Três Pilastras, marco arquitetônico do bairro Major Prates .....	88
Figura 40 - Traçado ortogonal do bairro Major Prates.....	91
Figura 41 - Barcelona-Espanha e Alamo Square-EUA.....	92
Figura 42 - Vista parcial em 3D do bairro Major Prates.....	92
Figura 43 - Prédio público na Praça Vicente Mota .....	94
Figura 44 - Prédio público na Praça Vicente Mota .....	95
Figura 45 - Vista superior da feira do Major Prates .....	96
Figura 46 - Bancadas da feira do Major Prates .....	97
Figura 47 - Coberturas improvisadas .....	98
Figura 48 - Feirantes e clientes na feira .....	98
Figura 49 - Criação da associação comercial .....	100
Figura 50 - Reportagem sobre mobilização .....	101
Figura 51 - Reportagem sobre protestos.....	101
Figura 52 - Concentração espacial dos crimes violentos em Montes Claros: 2010-2014 ...	103
Figura 53 - Territórios do tráfico de droga em Montes Claros (2014) .....	104
Figura 54 - Localização do Armazém do Campo .....	107
Figura 55 - Postagem de inauguração do Armazém em Montes Claros .....	107
Figura 56 - Armazém do Campo e coletivo de Mulheres Flores de Pequi - Norte/MG.....	109
Figura 57 - Cruzamento da avenida Castelar Prates com a avenida Francisco Gaetani ....	113
Figura 58 - Vandal, skate, hip hop e grafite, Montes Claros/MG (Brasil), 2019 .....	115
Figura 59 - “Vandal” Wildstyle, Montes Claros/MG (Brasil), 2019 .....	116
Figura 60 - Registro do desenvolvimento do projeto .....	117
Figura 61 - Registro do desenvolvimento do projeto .....	118
Figura 62 - Registro do desenvolvimento do projeto. ....	119
Figura 63 - Resultado do Projeto .....	120

## LISTA DE SIGLAS

<b>PPGDS</b>	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
<b>Unimontes</b>	Universidade Estadual de Montes Claros
<b>PNDU</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
<b>II PND</b>	II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>RMNe</b>	Região Mineira do Nordeste
<b>PNCCPM</b>	Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio
<b>APP</b>	Área permanente de Proteção
<b>CRAS</b>	Centro de referência da Assistência Social
<b>CEMEI</b>	Centro Municipal de Educação Infantil
<b>UBS</b>	Unidade Básica de Saúde
<b>ACI</b>	Associação do Comércio e Indústria de Montes Claros
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO I – FORMAÇÃO DA CIDADE MODERNA SOB UMA PERSPECTIVA CAPITALISTA .....	24
1.1 Apontamentos iniciais .....	24
1.2 A cidade pré-industrial e seu desenvolvimento: características .....	26
1.3 O conceito de produção do espaço.....	35
1.4 A produção capitalista do espaço em David Harvey .....	38
1.5 O direito à cidade .....	44
CAPÍTULO II – MONTES CLAROS – INFLUÊNCIA DO CAPITAL NA FORMAÇÃO DE SUBCENTROS E SUAS IMPLICAÇÕES .....	47
2.1 A urbanização e a industrialização brasileira e suas implicações para a cidade de Montes Claros .....	48
2.2 Caracterização do bairro Major Prates e sua influência local e regional .....	54
2.3 Espaço intraurbano em transformação (processos de especulação imobiliária e verticalização no bairro Major Prates) .....	67
2.4 A feira do Major: capitalização da cidade, instrumentos de controle e produção do espaço urbano.....	80
CAPÍTULO III – MAJOR PRATES: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS .....	88
3.1 Major Prates: incoerências na produção e reprodução do espaço urbano .....	88
3.2 Dinâmicas culturais urbanas no bairro Major Prates .....	110
3.2.1 O subcentro Major Prates.....	112
3.2.2 Fazer cidade com as tintas do grafite.....	113
3.2.3 O Major Prates, o grafiteiro e o grafite.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	121
REFERÊNCIAS.....	124

## INTRODUÇÃO

Tire as construções da minha praia não consigo respirar. As meninas de mini saia. Não conseguem respirar. Especulação imobiliária e o petróleo em alto-mar. Subiu o prédio eu ouço vaia. “Lucro” – Baiana System.

A urbanização refere-se ao processo de crescimento e desenvolvimento das cidades, bem como à transformação de áreas rurais em áreas urbanas. Esse processo envolve o aumento da população urbana, a expansão das infraestruturas urbanas (como estradas, transporte público, energia elétrica, água potável e saneamento), o surgimento de atividades econômicas urbanas e a criação de espaços urbanos para fins residenciais, comerciais e industriais. A urbanização é um fenômeno global que tem sido impulsionado por diversos fatores, incluindo o êxodo rural, o crescimento populacional, a industrialização, a busca por melhores oportunidades de emprego e de qualidade de vida, dentre outros. Esse processo tem impactos significativos na organização social, econômica, política e cultural das sociedades, bem como no meio ambiente.

Embora a urbanização traga consigo várias vantagens, como acesso a serviços e oportunidades, também pode levar a desafios, como a concentração de problemas sociais, degradação ambiental, desigualdades socioeconômicas e congestionamento urbano. Por isso, a gestão urbana e o planejamento adequado são fundamentais para promover um desenvolvimento urbano sustentável e equitativo, garantindo o bem-estar e a qualidade de vida das populações urbanas.

Dentro do contexto brasileiro, é possível dizer que a urbanização teve papel fundamental na produção do espaço urbano das cidades, distinguindo-se em períodos que marcaram fortemente as relações do poder público com os agentes sociais e econômicos. Milton Santos, em sua obra “A urbanização brasileira (1993), distinguiu em quatro períodos o processo de urbanização do país: o período colonial, o final do século XIX e primeira metade do século XX, o período compreendido entre as décadas de 1940 a 1970 e o pós-década de 1970.

No que se refere à região do Norte de Minas Gerais, a urbanização aconteceu de forma tardia e intensa. A urbanização de sua capital regional, Montes Claros, aconteceu no último período de urbanização do Brasil, na primeira metade do século

XX, como citado por França (2007), e teve grande impacto na expansão do seu tecido urbano:

Foi a partir do início do século XX que essa cidade começou a mostrar um novo padrão socioespacial, com a abertura e melhoria das estradas, construção de hidroelétricas, ampliação e melhoria dos serviços de telefone, água e esgoto, dentre outras melhorias. Somente a partir da segunda metade do século XX, porém a cidade teve o seu processo de urbanização acelerado, graças a industrialização induzida pelo Estado e ao incentivo da União, que projetou Montes Claros como cidade-sede desse processo na região do Norte de Minas Gerais (FRANÇA, 2007, p.27).

Essa projeção resultou no aumento populacional que reconfigurou a organização e produção do espaço urbano na cidade de Montes Claros. A médio prazo, essa configuração conduziu à criação e consolidação de subcentros, isto é, espaços que apresentam características típicas das regiões centrais de uma cidade. Em vista disso, novas demandas sociais e de políticas urbanas foram geradas. Sendo assim, as políticas públicas promovidas pela Prefeitura Municipal deveriam, neste contexto, mediar um conjunto de tensões que se revelam entre os interesses do mercado, da população residente e que utilizam o bairro como valor de troca e uso, dos agentes fundiários e imobiliários.

Este trabalho aborda, a partir dos conceitos de descentralização e (re)produção do espaço urbano dentro do sistema capitalista, as principais reconfigurações incentivadas pelo poder público municipal, no principal subcentro da cidade de Montes Claros, considerando seus impactos nas condições de vida e no bem-estar dos moradores deste bairro.

A descentralização do espaço urbano é um processo no qual as atividades econômicas, sociais e culturais se dispersam e se espalham por diferentes áreas da cidade, afastando-se do tradicional modelo concentrado no centro urbano. Esse fenômeno ocorre quando as funções urbanas se distribuem por bairros periféricos ou outras regiões, criando polos secundários de atividades econômicas, serviços e infraestrutura. Ela pode ser impulsionada por diversos fatores, como o crescimento populacional, a melhoria das infraestruturas e transportes, o planejamento urbano e a expansão de atividades econômicas. Essa tendência de descentralização pode afetar a configuração espacial da cidade, os padrões de mobilidade urbana e a distribuição de serviços e oportunidades para a população.

A (re)produção do espaço urbano é o processo contínuo de produção, reprodução e transformação do espaço físico e social da cidade dentro do contexto do sistema capitalista. Nesse contexto, o espaço urbano não é apenas uma moldura física, mas também uma arena de disputas, relações de poder e interesses econômicos e sociais.

A descentralização e a (re)produção do espaço urbano dentro do sistema capitalista são conceitos interligados que descrevem as dinâmicas de expansão, transformação e organização da cidade, influenciadas por interesses econômicos e sociais presentes na sociedade capitalista. Esses processos têm impactos significativos na vida das pessoas, na distribuição de recursos e oportunidades, e na forma como as cidades são vivenciadas e experimentadas pelos seus habitantes.

### **Aproximação do tema**

O meu interesse sobre a cidade inicia-se com os meus primeiros contatos com o desenho em perspectiva, passando pelas aulas de Geografia no Ensino Médio, ao estudar a urbanização brasileira. As fotografias dos prédios imensos que moldavam a vista do espaço urbano me chamavam a atenção, levando-me a questionar: “como os seres humanos decidiram viver encaixotados?”. Além disso, havia um atlas em casa, com imagens de satélite do planeta Terra e várias regiões metropolitanas que me deslumbrava: “que força é essa que leva o homem a estar em todo lugar?”. Mais tarde, meu ímpeto de explorador me levou a conhecer, no Brasil e no exterior, mais de 110 cidades em 36 países, o que me conduziu a perceber vários padrões ocidentais hegemônicos na produção do ambiente construído. As cidades tão parecidas e tão desiguais, agora me pareciam entediadas. O despertar para questionamentos a respeito da produção do espaço urbano surgiu quando eu estava realizando um trabalho de campo no bairro Major Prates, em 2018, durante os estudos da disciplina de Urbanismo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Estávamos realizando entrevistas com moradores da região e percebi que, apesar de forças externas e internas controlarem o espaço urbano, os cidadãos sobreviviam e reivindicavam sua existência em meio aos conflitos inerentes aos processos de produção no modo capitalista. Por intermédio das disciplinas Direito à cidade e Dinâmicas Culturais Urbanas, ministradas pelo Professor Giancarlo Machado, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS/Unimontes), aprofundei percepções e compreendi

as forças modeladoras do espaço urbano, e com os estudos sobre decolonialidade, veio-me a elucidação do meu lugar como um jovem negro latino-americano em uma cidade média num país em desenvolvimento.

Portanto, o tema deste trabalho é algo que perpassa minhas experiências desde tenra idade, é um acúmulo de percepções que estão em processo ainda de feitura. A cidade é o meu campo de batalha e a partir de suas análises me encontro nela.

Os questionamentos e buscas que farei no decorrer deste trabalho são referentes ao bairro Major Prates, na cidade de Montes Claros/MG, porém, o que ocorre neste sertão pode ser fruto de forças hegemônicas no modo de produção capitalista e também de forças únicas de resiliência cidadina.

### **Procedimentos metodológicos**

A partir de uma reflexão sobre os objetivos a atingir, é possível diferenciar etapas e técnicas metodológicas para esta pesquisa. Em primeiro lugar, a pesquisa bibliográfica subordinada ao objeto de estudo é uma etapa fundamental de todo o processo de investigação. A consulta de fontes diversas e da contribuição de diferentes autores – clássicos e contemporâneos – permitirá explorar a área de estudo, consolidando o referencial teórico a adotar. A partir da análise bibliográfica, serão problematizados conceitos como (re)produção do espaço urbano capitalista; subcentros/novas centralidades; a urbanização e a industrialização; políticas públicas; entre outros que se revelem pertinentes.

O campo de estudo desta pesquisa localiza-se em Montes Claros, que é uma cidade média da região Norte de Minas Gerais. Especificamente, será considerado o caso do subcentro Major Prates. Além deste recorte territorial, o estudo contemplará também um recorte histórico, centrando-se nas relações estabelecidas entre o poder público municipal e outros agentes sociais e econômicos, desde o início da década de 1970 até a atualidade.

Para concretizar o estudo das políticas públicas adotadas para promoção da qualidade de vida dos moradores do subcentro Major Prates, serão acionadas duas técnicas de pesquisa distintas, porém complementares. Por um lado, será realizado um processo de pesquisa documental recorrendo a arquivos como os disponibilizados na Mapoteca, o Plano Diretor Municipal instituído na LEI nº 2921, de 27 de agosto de

2001, o Estatuto da Cidade e a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Montes Claros (MONTES CLAROS, 2001).

Uma vez que a escolha do método depende necessariamente do objeto, esta pesquisa utilizará uma técnica de viés qualitativo. Para identificar problemas, conflitos e demandas dos moradores do bairro Major Prates, que decorrem do aumento populacional provocado pelo processo de descentralização, será realizada uma etnografia (observação participante).

Sendo uma técnica qualitativa, mais afeita a ideias como interpretação ou compreensão, a observação participante aparece ao lado de outras técnicas, como história de vida, grupo focal, entrevistas etc. Traduzindo em verbos o que aparece no seu nome como substantivos, trata-se de participar de determinada ação social – numa ocasião excepcional ou numa frequência cotidiana – observando e registrando-a de alguma forma – um caderno de notas ou caderno de campo é o instrumento de registro que o manual diz ser costumeiramente utilizado. A virtude da técnica consiste, segundo o manual, em captar comportamentos, práticas e atitudes das pessoas. Nisso, difere das entrevistas, aptas a captar a dimensão discursiva em profundidade e *in loco* (SANTOS, 2021, p. 3).

A etnografia participante é uma metodologia de pesquisa bastante eficaz para compreender e descrever a produção do espaço urbano a partir da perspectiva dos moradores e atores locais. Nessa abordagem, o pesquisador participa ativamente da vida da comunidade, se envolve em suas atividades cotidianas e registra observações e experiências por meio de diários de campo, entrevistas e outros instrumentos de pesquisa.

### **Objetivos da pesquisa**

Iniciaremos nossas discussões neste trabalho com as críticas realizadas por David Harvey ao sistema capitalista. Harvey (2005) pauta-se pelo materialismo histórico dialético, método de análise de Karl Marx, que permite a compreensão do processo de produção do espaço. Lefebvre (1983) enfatiza que o método dialético não é um fenômeno intelectual e que ele vem ordenar, desobstruir e organizar a consciência do mundo e do homem. Além disso, Costa (2014) postula que

o método marxista recusa uma hierarquia exterior aos indivíduos como na concepção de mundo cristã. Também não se encerra na consciência do indivíduo e no exame da consciência isolada que se segue na concepção individualista. Na dialética materialista o que se verifica é a contradição no homem e na sociedade. Contradição significa também “problemas a

solucionar, dificuldades, obstáculos – portanto, luta e ação –, mas, também, possibilidade de vitória, de passo à frente, de progresso (COSTA, 2014, p.39).

Essa metodologia foi utilizada por David Harvey nas discussões sobre a produção capitalista do espaço urbano. David Harvey expandirá as ideias iniciadas por Marx no que diz respeito à geografia da produção capitalista e sua obra será explorada neste trabalho para elucidar questões relativas à realidade que foi construída no decorrer do processo histórico no espaço intraurbano do bairro Major Prates em Montes Claros.

Este trabalho parte da premissa de que a (re) produção do espaço urbano na contemporaneidade está estreitamente ligada às interferências do capital na busca do lucro e da acumulação, estabelecendo

o valor de troca do espaço como mercadoria a ser consumida (mas que ao mesmo tempo é condição de reprodução do capital), em detrimento de seu valor de uso (condição da realização humana), o que redefine o seu acesso e a sua posse. São assim criadas formas de segregação, “expressão da realização de uma sociedade de classes fundada na concentração do poder e da riqueza (CARLOS, 2011, *apud* FERNANDES, 2017, p. 92).

Na primeira metade do século XX, no Brasil, as pessoas tinham como principal destino migratório as grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, que ofereciam oportunidades de melhoria de vida e de emprego. Com o aumento do contingente populacional, estas cidades sofreram um impacto na qualidade de vida oferecida à sua população, resultando em desemprego, na perda de eficácia dos serviços básicos, na violência e no aumento da desigualdade social. É nesse contexto que as cidades médias e pequenas ganham relevância política, econômica e demográfica, atuando como polos geradores de emprego, de prestação de serviços e de atração de diversos tipos de indústrias.

A preocupação com as cidades médias no Brasil iniciou-se na década de 1970, com programas governamentais que incentivavam o seu crescimento por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), inserida no II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil (II PND). Essa política visava estimular a migração para as cidades médias, tornando-as mais atrativas e desafogando o fluxo migratório das grandes cidades.

Seus eixos principais são a definição das estratégias, o traçado de uma política industrial e agrícola, a discriminação das competências do Estado e

do mercado, as carências demográficas, a integração nacional, a ocupação produtiva do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, os investimentos em infraestrutura e energia, problemas de poluição e meio ambiente, desenvolvimento urbano, planos de investimentos e financiamentos, emprego, programa nuclear e espacial e a articulação com a economia mundial. As alavancas centrais da ação do governo Geisel, nessa perspectiva, estavam centradas em três áreas fundamentais:

- Infraestrutura: ampliação da malha rodoviária, da rede de telecomunicações e da constituição de um modelo para a produção e comercialização agrícola;
- O advento de um poderoso setor de bens de produção: indústrias siderúrgicas, química pesada, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos;
- Energia: petróleo e derivados, energia hidrelétrica e fontes alternativas (etanol e energia nuclear) (MARINGONI, 2016, p.1).

As cidades médias, portanto, tornaram-se centros de prestação de serviços, de atração para indústrias e de geração de emprego, transformando a dinâmica regional em que estavam inseridas. É também nesse contexto que Montes Claros se torna centro polarizador dos aspectos aqui abordados, para a região do Norte de Minas Gerais. Fruto desse processo, a área central da cidade de Montes Claros passou por mudanças na sua organização socioespacial, atraindo o comércio para esta região devido à boa infraestrutura urbana já consolidada e, conseqüentemente, afastando as famílias dessa região, proporcionando uma valorização e especulação imobiliária.

Atualmente, um outro processo de desenvolvimento configura-se no espaço urbano das cidades médias: a descentralização da área central. Seguindo a lógica do modelo capitalista de reprodução e funcionamento, o espaço urbano de Montes Claros se expande, deslocando atividades econômicas para longe da área central. Criam-se, assim, subcentros, sendo o primeiro deles o polo Major Prates. Limonad e Castro (2014) entendem, assim,

[...]ser importante, além de pensar identidades, analisar interesses, questionar a dinâmica de agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações na produção de escalas e espaços, contribuindo para a construção de um aparato crítico conceitual capaz de melhor qualificar as formas de ações contestadas em torno do ambiente construído, que evidencie as questões do poder e dos processos decisórios dos agentes dominantes (Estado e Grande Empresa), colocando-os no centro da análise e da ação (LIMONAD; CASTRO, 2014, p.14).

O poder público, agente do processo de (re)produção do espaço, não atua sozinho, e utiliza-se de políticas públicas para sua construção.

Vê-se, assim, que as políticas públicas, longe de serem neutras, tornam-se ferramentas de controle espacial, social e econômico em diferentes contextos espaciais, seja uma pequena localidade, um bairro, seja uma zona ou região.

Através delas, ocorre a participação de grupos sociais excluídos, que podem exigir direitos e garantias em consonância com o aparato legal disposto na Constituição (SILVA, 2008, p. 3).

Considerando a tendência de incentivo ao desenvolvimento de cidades médias que se verificou no Brasil a partir da década de 1970, que coincide com um período histórico de crescimento da cidade de Montes Claros e o consequente processo de descentralização das suas áreas centrais, é pertinente que se questione: que políticas públicas foram adotadas pelo poder público municipal/estadual/federal para produção do espaço urbano no Major Prates e quais as consequências destas para a população do bairro?

Corrêa (1994) reitera que o processo de descentralização das atividades de comércio e serviços gerou novas formas espaciais e redefiniu as funções do núcleo central, que deixa de monopolizar as atividades terciárias, dividindo-as com outros núcleos centrais comerciais.

Dessa forma, compete questionar com qual intencionalidade o poder público municipal tem investido na redefinição dos núcleos centrais da cidade de Montes Claros, e quais os instrumentos do planejamento urbano foram utilizados nesse processo de expansão.

A partir da perspectiva de descentralização, criam-se novos espaços urbanos. Limonad e Castro (2014) definem essa (re)produção espacial da seguinte forma:

Neste nível, o espaço é condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração à cidade, que se reproduz continuamente como condição geral do processo de valorização, permitindo que o ciclo do capital se desenvolva. Sua reprodução em novos parâmetros, hoje, atende à orientação da hegemonia do capital financeiro. Neste plano, há uma lógica que tende a se impor enquanto “ordem estabelecida” e que redefina o modo como a cidade vai se reproduzindo a partir de novas alianças marcadas pela ação dos promotores imobiliários em consonância com as estratégias do sistema financeiro, orientando a gestão política e reorganizando o processo de reprodução espacial. Com isso, a ação do Estado – através do poder local que intervém no processo de produção da cidade – reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes (LIMONAD; CASTRO, 2014, p.29).

A maioria da população dessas novas centralidades, segundo França (2007), tem baixo poder aquisitivo e, portanto,

[...] as novas interações intra e interurbanas exigem políticas diferenciadas, em função de seus problemas específicos, decorrentes do crescimento populacional acelerado e do grande fluxo migratório. Dessa forma, temas

como economia, saúde, educação e planejamento urbano devem ser discutidas nas cidades médias. Elas precisam de áreas de lazer, acessibilidades e amenidades e a situação dos municípios ao seu redor devem ser analisadas (FRANÇA, 2007, p.226).

Tomando como princípio a citação acima, cabe questionar: no âmbito do subcentro do bairro Major Prates, como o poder público municipal tem agido para sanar demandas da população do bairro, decorrentes do processo de descentralização? De que forma avanços em infraestrutura básica e comércio no bairro Major Prates são acompanhados por políticas sociais e urbanas voltadas para a promoção da qualidade de vida? E qual a relação do poder público municipal com outros agentes sociais ao planejar e promover novos espaços físicos?

Analisaremos, portanto, o papel do Estado dentro desse processo que é permeado de contradições e conflitos de interesses entre os diversos membros da sociedade de classes e responderemos à questão: seria o Estado mero articulador de interesses e legitimador de uma hegemonia orientada pelo capitalismo, ampliando as diferenças e desigualdades de acesso e posse do espaço, de modo que “o espaço do habitar aparece como secundário nas políticas públicas?” (CARLOS, 2011, *apud* FERNANDES, 2017, p. 117).

Além disso, analisaremos o caráter espontâneo de manifestações cidadinas por meio das dinâmicas culturais urbanas que são parte inerente do processo de produção do espaço urbano. Embora muitas vezes tratadas na subalternidade ou na clandestinidade e ilegalidade, as dinâmicas culturais urbanas revelam-se como formas de resistência às tentativas de ordenamento do espaço urbano e tomam seu lugar como sujeitos criadores e catalisadores dos usos da cidade pelos cidadãos.

### **Estrutura da dissertação**

Esta dissertação será dividida em três capítulos, que atenderão os objetivos específicos, buscando responder às indagações por ora apresentadas. A divisão desses capítulos se estabelece da seguinte forma:

No primeiro capítulo, o nosso objetivo é refletir sobre o conceito de produção do espaço capitalista por intermédio da obra de David Harvey e compreender como a acumulação de capital se articula à produção do espaço urbano no bairro Major Prates, em Montes Claros/MG. Compreender essas transformações gerais na lógica de

acumulação, nos padrões de acumulação capitalista que ditam os caminhos da produção do espaço em sua totalidade.

No segundo capítulo, o objetivo é analisar a atuação do poder público federal e municipal na (re)produção de novas configurações do espaço intraurbano. Primeiramente, estabelecendo os parâmetros nos quais a urbanização brasileira aconteceu, mediante os estudos de Milton Santos, e discutir o processo de produção e reprodução do espaço urbano da cidade média de Montes Claros e suas consequências para o bairro Major Prates. Busca-se também identificar os agentes e sujeitos produtivos que anteriormente atuaram no processo de expansão urbana da cidade e, posteriormente, atuam nas transformações espaciais da cidade de Montes Claros e bairro Major Prates. Será elucidado também, por meio de análise espacial do bairro feita por Teixeira (2018), as características do bairro Major Prates que o eleva ao grau de subcentro mais importante da cidade de Montes Claros.

No terceiro capítulo, analisaremos e identificaremos os agentes produtores do espaço urbano do bairro Major Prates, bem como suas articulações para produção deste espaço na cidade. Vamos analisar se os avanços em infraestrutura básica e comércio no bairro Major Prates têm sido acompanhados por políticas sociais e urbanas voltadas para a promoção da qualidade de vida da população do bairro antes e durante a pandemia de covid-19, articulando esses dados com possíveis situações de adaptação dos cidadãos. A partir dos resultados obtidos na etnografia, identificaremos se há problemas, conflitos e demandas dos moradores do bairro Major Prates que decorrem do aumento populacional provocado pelo processo de descentralização e pela ocorrência da pandemia de covid-19. Além disso, analisaremos o caráter espontâneo de manifestações cidadinas por meio das dinâmicas culturais urbanas. Por fim, iremos propor uma perspectiva de descolonização da produção do espaço urbano em uma análise crítica ao modelo de desenvolvimento urbano brasileiro reproduzido no bairro Major Prates, a partir da ótica da colonialidade do poder em Quijano (2000). Este modelo que se articula com as características da colonialidade do poder (MARICATO, 2012, p.155) é estabelecido mediante uma legislação excludente que privilegia a formação de espaços elitizados/centrais e espaços marginalizados/periféricos (BRAGATO, 2020, p. 549).

## CAPÍTULO I – FORMAÇÃO DA CIDADE MODERNA SOB UMA PERSPECTIVA CAPITALISTA

### 1.1 Apontamentos iniciais

As cidades, na contemporaneidade, tornaram-se centros de decisões a partir do desenvolvimento do capitalismo, que, graças à industrialização, transformou o espaço urbano em seu território. Segundo Milton Santos (1993), no Brasil, tivemos quatro fases do processo de industrialização, sendo que, na segunda fase (entre os anos de 1940 e 1950) é que novas condições políticas e organizacionais permitiram que a industrialização se expandisse para além do estado de São Paulo. Essa nova lógica econômica e territorial contribuiu para a expansão do capitalismo industrial, modificando as relações sociais. Milton Santos esclarece que

[...]o termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 1993, p. 27).

A industrialização, com efeito, é fruto do desenvolvimento dos aparatos técnicos de produção dentro do sistema capitalista, e contribuiu e ainda contribui para a urbanização da cidade e do campo. Sendo assim, a dicotomia entre campo e cidade, rural e urbano não existe, ou no mínimo é difícil de ser distinguida, e o que vemos hoje é resultado de ações acumuladas através do tempo e idealizadas por agentes que produzem e consomem o espaço da cidade.

Durante longos séculos, a Terra foi o grande laboratório do homem; só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel. O fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura. Obriga a reconsiderar a filosofia, a arte e a ciência. A filosofia reencontra o médium (meio e mediação) de seus primórdios. - a Cidade- numa escala colossal e completamente isolada da natureza (HARVEY, 2005, p.7).

A urbanização atrelada à industrialização não foi e não é simplesmente a acumulação de pessoas nas cidades. Ela modificou as formas de produção social e

econômica deste espaço, mudando inclusive o papel desempenhado pelas cidades no âmbito regional e nacional. A urbanização dentro do sistema capitalista é contínua e expansionista, sempre buscando novos territórios.

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos (HARVEY, 2005, p. 43).

No âmbito da nossa pesquisa, cabe ressaltar que a cidade de Montes Claros/MG, nosso objeto de estudo, é uma cidade média, que sofreu uma urbanização intensa em 1970 com a implantação da SUDENE.

A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) foi criada em 1959, como parte de uma política nacional de desenvolvimento regional, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste do Brasil, que apresentava um quadro de pobreza e desigualdade socioeconômica em relação às demais regiões do país.

A criação da SUDENE foi motivada por fatores como a necessidade de reduzir as desigualdades regionais, a crise econômica enfrentada pelo país na década de 1950 e a crescente urbanização da região Nordeste. A SUDENE teve como principais atribuições a elaboração de políticas públicas e o planejamento do desenvolvimento regional, através da atração de investimentos e da implementação de programas e projetos que visavam estimular o crescimento econômico da região.

No contexto da produção do espaço urbano no bairro Major Prates em Montes Claros, a atuação da SUDENE pode ter sido significativa, uma vez que a política de desenvolvimento regional implementada pela superintendência incentivou a industrialização e a modernização da região Nordeste, o que pode ter estimulado a migração de trabalhadores para as cidades da região, incluindo Montes Claros, em busca de emprego e melhores condições de vida. Esse processo de migração pode ter contribuído para a expansão urbana e a produção do espaço urbano no bairro Major Prates e em outras áreas da cidade.

Essa industrialização, segundo Santos (1993, p. 27) é fruto de uma nova dinâmica econômica e que, no Brasil, ultrapassa o nível regional para situar-se numa escala do País;

por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades medias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados (SANTOS, 1993, p. 27).

Sendo assim, cabe questionar como foi o processo de expansão do tecido urbano na cidade de Montes Claros e como isso impactou na formação de outros núcleos e na estrutura de vida da população, especificamente do bairro Major Prates. A resposta para esse questionamento será analisada no segundo capítulo, quando será analisada o impacto da urbanização brasileira e conseqüentemente o desenvolvimento de Montes Claros e seus subcentros.

Com o objetivo de compreender como a acumulação de capital se articula à produção do espaço urbano no bairro Major Prates, primeiramente apontaremos neste capítulo algumas características históricas inerentes à cidade que foram sendo estabelecidas no fluir das relações humanas antes da consolidação do capitalismo como sistema de produção do espaço urbano. É importante, então, considerar todos os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais, que, no correr do tempo, constroem, transformam e reconstróem a cidade (SPOSITO, 1988, p.5). Um desses processos é a industrialização que teve influência direta na expansão urbana da cidade de Montes Claros e conseqüentemente do bairro Major Prates.

Para apresentar e expor a "problemática urbana", impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à "cultura" (HARVEY, 2005, p. 11).

Alguns desses determinantes, como a concentração de mão de obra e de capital, são essenciais para a consolidação do sistema capitalista, uma vez que a cidade fornece subsídios necessários para a sua (re) produção. Outras características foram sendo moldadas até mesmo antes do início do capitalismo como sistema vigente, como o estabelecimento de uma sociedade de classes.

## **1.2 A cidade pré-industrial e seu desenvolvimento: características**

O processo de ocupação do território no Norte de Minas Gerais desempenhou um papel fundamental no contexto da origem e desenvolvimento da cidade de Montes Claros. A região norte-mineira passou por um histórico de ocupação que remonta aos tempos coloniais, com características marcantes e influências significativas em seu crescimento e configuração espacial ao longo dos anos. Inicialmente, a ocupação na região norte-mineira ocorreu principalmente através da atividade de garimpo e da busca por metais preciosos, que atraíram colonos e aventureiros. Posteriormente, a pecuária e a agricultura, em especial a produção de algodão, desempenharam papéis fundamentais na ocupação e expansão do território.

A colonização se deu de maneira desigual, contribuindo para a formação de uma estrutura socioeconômica complexa, com latifúndios, pequenas propriedades rurais e áreas de povoamento concentradas. A presença de grandes propriedades rurais e a exploração extensiva de terras influenciaram na configuração do espaço, determinando relações sociais e econômicas específicas na região. Com o tempo, o desenvolvimento do sistema ferroviário na região, como a Estrada de Ferro Central do Brasil, possibilitou a integração de Montes Claros e seu entorno a outros centros urbanos e a expansão do comércio e transporte de produtos agrícolas.

A expansão da ocupação do território norte-mineiro, incluindo Montes Claros, foi um processo complexo que envolveu a chegada de imigrantes de diversas regiões do Brasil, a instalação de fazendas, a exploração de recursos naturais e a formação de vilas e núcleos urbanos.

Esse processo de ocupação e colonização moldou a estrutura urbana e socioeconômica de Montes Claros, refletindo-se na distribuição de atividades econômicas, na configuração dos bairros e na demografia da cidade.

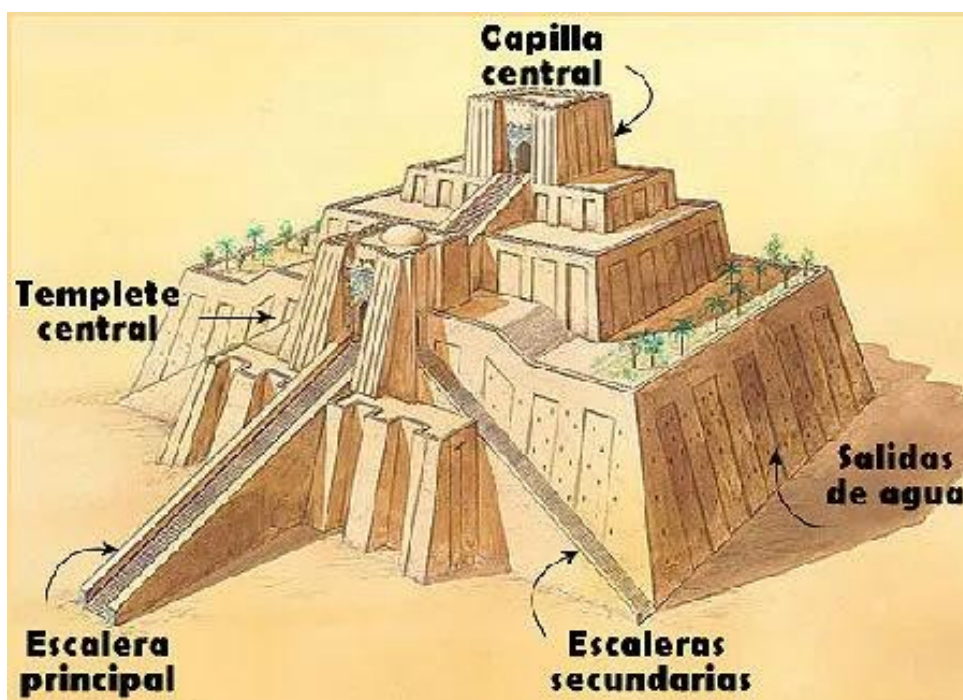
A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Ora, a Cidade preexiste à industrialização. Esta é uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram inteiramente formuladas (LEFEBVRE, 2001, p.11).

A cidade atrai as pessoas como um ímã, antes mesmo de se tornar um local de permanência do trabalho e da moradia (ROLNIK, 1994, p.13). Segundo Rolnik,

[...] os zigurates foram os primeiros embriões de cidade que temos notícia; foram templos que apareceram nas planícies da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio antes da era cristã e sua construção mostra uma transformação na ocupação do espaço (ROLNIK, 1994, p.13).

Nas cidades mesopotâmicas, as moradias eram interligadas às grandes instituições, ao templo e ao rei, sendo esta construção a mais alta dentro daquele espaço urbano (FIGURA 1). Essas cidades são um dos primeiros exemplos vivos da fixação do homem no campo, deixando de serem nômades. Isso representa a tentativa do homem de subordinar a natureza às suas necessidades (FIGURA 2).

Figura 1 - Zigurate



Fonte: [megatimes.com.br/2012/08/zigurate-templo-comum-na-mesopotamia.html](http://megatimes.com.br/2012/08/zigurate-templo-comum-na-mesopotamia.html).

Figura 2 - Zigurate



Fonte: [megatimes.com.br/2012/08/zigurate-templo-comum-na-mesopotamia.html](http://megatimes.com.br/2012/08/zigurate-templo-comum-na-mesopotamia.html).

A cidade existe antes mesmo do surgimento do sistema capitalista, que se apropriou de sua configuração para se alimentar e usá-la como instrumento de expansão. A cidade contemporânea é fruto das relações sociais, políticas e econômicas entre seres humanos e ela surge da necessidade de sobrevivência, assim, as suas características primordiais ainda perduram por milênios.

O modo como a sociedade vive hoje é determinado pelo modo como o capital se reproduz, em seu estágio de desenvolvimento. Isso quer dizer, também, que o trabalhador não foge ao “controle” do capital, nem quando está longe do local de trabalho, pois o espaço da moradia tende a submeter-se às necessidades e perspectivas da acumulação do capital (CARLOS, 1986, p.131).

Diante da multiplicidade de perspectivas e olhares que as cidades proporcionam às pessoas, é importante buscar suas origens, seus anseios e o que faz uma cidade ser um palco da diversidade, das contradições e dos conflitos na contemporaneidade. As criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas”, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização (LEFEBVRE, 2001, p.11), assim, a cidade é um registro, uma escrita, materialização de sua própria história (ROLNIK, 1994, p.16) e o seu legado é marcado por sua arquitetura e urbanismo, o seu modo de viver, produzir e socializar, sendo estes os aspectos que se fixam na memória. A cidade, para o sociólogo urbano Robert Park (1967, apud VIEIRA; NUNES, 2016, p. 77) é:

[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo (PARK, 1967, apud VIEIRA; NUNES, 2016, p.77).

Quando os cidadãos transformam terrenos sem função social específica em ocupações caracterizadas como “irregulares”, ou quando um grafiteiro se apropria de um muro em terreno público, eles estão ocupando e conferindo um novo significado para um território, estão incorporando novas ideias nas camadas da memória da cidade. Em vista disso, a cidade é o resultado de desejos e do trabalho planejado de muitas pessoas, é uma obra realizada coletivamente que desafia a sua própria materialidade. Segundo Rolnik, a cidade

[...] nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território (ROLNIK,1994, p. 8).

A existência material da cidade está intimamente ligada à estruturação de seus arranjos políticos. Tem sido assim desde as cidades medievais, antigas, fechadas e vigiadas até as cidades contemporâneas interconectadas, onde o fluxo de mercadorias, pessoas e capital mudam constantemente, rompendo obstáculos e conquistando novos territórios.

Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade (LEFEBVRE, 2001, p.11).

Essas características influenciaram o desenvolvimento da cidade e em como as pessoas apropriaram do espaço urbano, inclusive do campo que se urbaniza. Nesses centros, segundo Rolnik (1994),

o espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo (ROLNIK,1994, p.12).

Segundo Rolnik (1994), plantar o alimento em vez de coletá-lo ou caçá-lo implica definir o espaço vital de forma mais permanente, sendo que a garantia de dominação sobre este espaço está em sua apropriação material e ritual do território.

E assim, os templos se somam a canteiros e obras de irrigação para constituir as primeiras marcas do desejo humano de modelar a natureza. A técnica do tijolo cozido, material de que eram feitos os zigurates, possibilitava esta nova maneira de pensar o habitat. Da justaposição dos materiais tais como eram encontrados na natureza, a arquitetura passava à livre composição de formas. O tijolo, por ser uma unidade geométrica simples e padronizada, possível ser produzida em escala, permite enorme facilidade na realização física das formas imaginadas, possibilitando que o ambiente seja fabricado conforme os desígnios humanos. O templo era o ímã que reunia o grupo (ROLNIK,1994, p.12).

Nesses centros (templos) de vida social e política, não se acumulam apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos) por meio da fixação dos camponeses nesses locais (LEFEBVRE, 2001, p.12). Enquanto esses templos agregavam pessoas, transformando o seu entorno em espaço permanente de vivência, devido ao excedente de produtos produzidos, esse espaço denominado cidade também exigia das pessoas uma organização da vida pública, já que muitas edificações eram construídas, expandindo-se o território. Dessa organização emerge um poder urbano, autoridade política administrativa encarregada de sua gestão, sendo que sua primeira forma se materializa através da realeza, dona de um poder centralizador e despótico (ROLNIK,1994). A origem da cidade, portanto, segundo Rolnik, se confunde com a origem do binômio diferenciação social/centralização do poder, assim, habitantes da mesma cidade experienciam a vida pública de maneiras contraditórias.

No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

A ágora ou cidadela marca a centralidade do poder na cidade grega antiga e sua visibilidade, determinando quem detém o título de cidadão neste jogo de poderes que se reparte entre aristocratas e o rei.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2001, p.12).

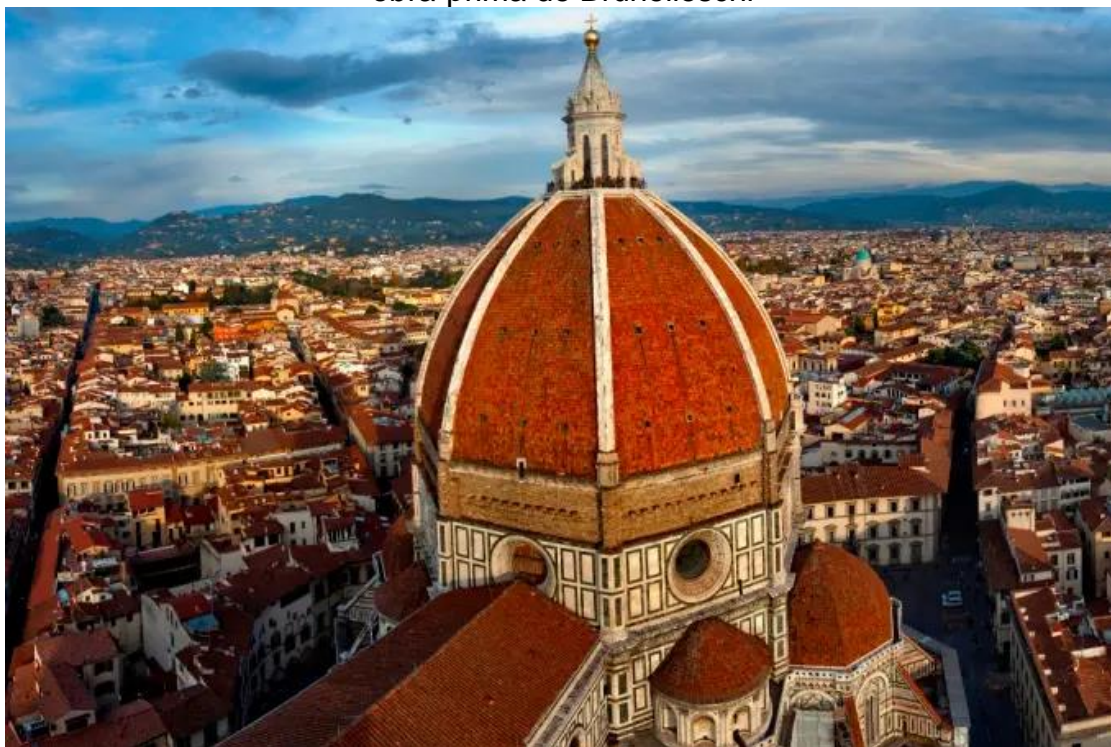
Percebe-se então que haviam estruturas já fixas dentro desse arranjo da cidade e a industrialização vem criar uma ruptura neste sistema urbano preexistente, desestruturando as estruturas estabelecidas e forçando até mesmo a criação de novas cidades para atender às necessidades da produção industrial, ou ainda, novas centralidades regionais, como o bairro Major Prates em Montes Claros, em consequência da expansão do espaço urbano capitalista.

Este movimento de absorção foi se dando à medida que estas cidades se encontravam em territórios/países que estavam se industrializando, o que é possível ser observado até nossos dias. De fato a indústria apropriou-se até mesmo dos símbolos urbanos pré-industriais, como Atenas e Veneza, criando espaços dicotômicos: a Atenas antiga em acrópole e a Atenas moderna — industrial — junto ao porto; a Veneza, símbolo do renascimento urbano mercantil e a Veneza continental — área de concentração de suas indústrias atualmente (SPOSITO,1988, p.59).

A Atenas moderna não tem mais nada em comum com a cidade arcaica e seus monumentos, e os lugares que permitem encontrar a Grécia antiga não representam mais do que um local de peregrinação estética e de consumo turístico (LEFEBVRE, 2001, p.17).

Durante a idade média, o desenvolvimento da cidade acontecia em torno da Igreja e suas instituições, e tudo produzido ali era para a subsistência de seus moradores. Em suas ruas tortuosas se produzia algum artesanato, em suas praças se instalavam pequenos mercados ou feiras periódicas, em seus conventos e catedrais se celebrava o cristianismo triunfante (ROLNIK, 1994, p. 32). Rolnik (1994) descreve dessa forma o traçado orgânico da cidade medieval (FIGURA 3):

Figura 3 - Exemplo de cidade Medieval- Teto da cúpula do Duomo de Florença, obra-prima de Brunelleschi



Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/cidades/florenca-firenze/>

Provavelmente isso que dá a essas cidadezinhas medievais um desenho peculiar – irregular, tortuoso, a forma inesperada a cada esquina. Nada de quadriculado que se repete nas quadras e quadras, nada de praças regulares, na cidade medieval tudo é sinuosidade, descontinuidade, surpresa. A grande torre da Igreja domina a paisagem e ao seu redor, o casario irregular se comprime entre as muralhas (ROLNIK,1994, p.33).

Em um determinado momento da História, o excedente produzido gera um comércio de trocas mercantis entre os feudos, liderados pelos mercadores que se enriquecem cada vez mais e mudam o peso da balança de poder sobre a população. Essa nova classe passa a exercer influência em várias decisões que permeiam a cidade, entre elas, como os espaços são utilizados e quem pode exercer a cidadania, assim, o espaço urbano também adquire alguns traços que são fundamentais na fundação das grandes metrópoles atuais.

As cidades medievais, no apogeu de seu desenvolvimento, centralizam as riquezas; os grupos dirigentes investem improdutivamente uma grande parte dessas riquezas na cidade que dominam. Ao mesmo tempo, o capitalismo comercial e bancário já tornou *móvel* a riqueza e já constituiu circuitos de trocas, redes que permitem as transferências de dinheiro. Quando a industrialização vai começar, com a preeminência da burguesia específica (os “empresários”), a riqueza já deixou de ser principalmente imobiliária. A produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade da terra (LEFEBVRE, 2001, p.12).

Assim, surge um arcabouço para manter os privilégios e propriedades da nobreza e ao mesmo tempo manter os interesses dessa classe mercantil e manufatureira, na medida em que unifica cidades vizinhas sob a mesma moeda, levantando barreiras feudais e facilitando as atividades comerciais e manufatureiras (ROLNIK,1994). Essa quebra de barreiras tanto físicas como do comércio subsidiará a expansão do território urbano. Essas características ainda são perceptíveis nos dias atuais com a hierarquização das cidades com relação ao seu grau de influência econômica. Temos, por exemplo, metrópoles globais como a cidade de São Paulo e cidades médias, como Montes Claros que exercem influência regional.

As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a “sociedade” no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende a se constituir em *rede de cidades*, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente) feita entre essas cidades ligadas por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias (LEFEBVRE, 2001, p. 13).

Cidade e política estão intimamente ligadas, e é a articulação e organização entre as duas que determinam os caminhos de transformação das cidades.

A transformação da vila medieval em cidade-capital de um Estado moderno vai operar uma reorganização radical na forma de organização das cidades. O primeiro elemento que entra em jogo é a questão da mercantilização do espaço, ou seja, a terra urbana, que era comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria – que se compra e vende como um lote de bois, um sapato, uma carroça ou um punhado de ouro (ROLNIK, 1994, p.39).

Esse núcleo urbano torna-se produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos (LEFEBVRE, 2001, p. 20) e sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar.

A formação da cidade moderna após a Revolução Francesa foi um processo marcado por mudanças profundas na sociedade. A Revolução Industrial foi um dos principais catalisadores desse processo, levando à concentração de indústrias nas áreas urbanas e atraindo uma grande quantidade de trabalhadores rurais em busca de emprego. Esse fenômeno, conhecido como urbanização, resultou em um rápido crescimento das cidades.

O crescimento populacional acelerado foi uma das principais consequências desse processo de urbanização. As cidades se tornaram um ímã para pessoas em busca de oportunidades econômicas e melhores condições de vida. Esse aumento populacional teve impactos significativos na infraestrutura urbana, no acesso a serviços básicos e no desenvolvimento de moradias.

Com o crescimento das cidades, também ocorreu a expansão das áreas urbanas. Novos bairros foram criados, muitas vezes de forma desorganizada, para acomodar a crescente população. Essa expansão pode ter ocorrido sem um planejamento adequado, resultando em problemas de infraestrutura, como falta de saneamento básico e congestionamentos.

A formação da cidade moderna também trouxe consigo uma clara divisão social do espaço. As áreas centrais das cidades, geralmente, se tornaram os locais de poder, comércio e cultura, enquanto as áreas periféricas foram ocupadas por populações de baixa renda. Essa divisão social do espaço contribuiu para as desigualdades econômicas e sociais.

As cidades modernas também se tornaram centros comerciais, políticos, educacionais e culturais. Os serviços e o comércio se concentraram nas áreas

urbanas, oferecendo uma ampla variedade de oportunidades e atividades para os moradores.

A formação da cidade moderna exigiu o desenvolvimento de infraestrutura urbana, como sistemas de transporte público, fornecimento de água potável, sistemas de esgoto e iluminação pública. Essas melhorias na infraestrutura tornaram as cidades mais habitáveis e funcionais.

No entanto, o rápido crescimento das cidades também trouxe consigo uma série de problemas sociais e urbanos. A superlotação, a falta de moradia, a poluição, a criminalidade e a desigualdade social se tornaram questões importantes que as cidades precisaram enfrentar.

Além disso, a formação da cidade moderna também influenciou o desenvolvimento de teorias urbanas na sociologia e em outras disciplinas. Sociólogos e urbanistas exploraram as dinâmicas sociais e as mudanças na vida urbana, contribuindo para o entendimento da complexidade das cidades.

Em suma, a formação da cidade moderna após a Revolução Francesa foi um processo multifacetado, impulsionado por diversos aspectos socioeconômicos e culturais. O crescimento das cidades trouxe tanto oportunidades quanto desafios, moldando a forma como vivemos e interagimos nas áreas urbanas até os dias de hoje. Compreender esses aspectos é fundamental para analisar o contexto urbano contemporâneo e propor soluções para os desafios enfrentados pelas cidades brasileiras, incluindo o subcentro Major Prates, em Montes Claros.

Então chegamos ao ponto chave que vai nortear nossas discussões a respeito da vida na cidade neste capítulo 1 (e sobre a vida no bairro Major Prates mais tarde), das suas contradições e dos agentes contemporâneos responsáveis pela sua modificação: a cidade como mercadoria. Esse espaço, que uma vez foi murado, sagrado, com uma economia natural (ROLNIK, 1994) passou a uma economia mercantil e que entendeu que o espaço urbano também pode ser precificado a partir de regulamentações, leis e especulações advindas de outros interesses.

Vamos entender de forma mais profunda como funciona na contemporaneidade a produção urbana no sistema capitalista a partir das análises do geógrafo David Harvey e vamos entender um pouco sobre o conceito de espaço.

### **1.3 O conceito de produção do espaço**

Se os objetivos desta dissertação passam por analisar a atuação do poder público municipal na (re)produção de novas configurações do espaço intraurbano, a partir do estudo das políticas públicas adotadas para promoção da qualidade de vida dos moradores do bairro Major Prates, é importante que se reflita sobre o conceito de *produção de espaço*, levando a um debate mais amplo em torno da construção do termo *espaço* como categoria do pensamento científico (SANTOS, 2002, p.3). Nestes termos, Santos

[...] demonstra, através de um estudo da construção da categoria espaço na história da ciência, que qualquer transformação radical do modo de vida de uma sociedade perpassa pela modificação do espaço em que vivem e, conseqüentemente, muda a forma de concebê-lo. O conceito muda de acordo com o desenvolvimento do mundo (SANTOS, 2002, p.2).

Santos (2002) afirma ainda que o período que marca o fim da sociedade feudal e a afirmação da sociedade burguesa é o definidor da forma como hoje concebemos os conceitos de espaço e de tempo.

A percepção moderna de espaço, segundo De Alvarenga e Santana (2012) passa pelas inovações na pintura renascentista, com as ideias de perspectiva e proporção, e evolui para a cartografia com a modelagem geométrica, sofre intervenções conceituais dos principais cânones da ciência moderna – Descartes, Giordano Bruno, Galileu, Maquiavel, Newton, para citar alguns – e culmina na construção kantiana, que sintetiza o legado da construção da categoria de espaço como externalidade, como o cenário *a priori* que compõe a nossa percepção das coisas.

De qualquer maneira, o que se observou de comum entre as diversas correntes de pensamento foi a noção de espaço como receptáculo e, portanto, condição *a priori* do fenomênico. A geografia kantiana foi a vencedora, pelo menos até o final do terceiro quartel do século XX (DE ALVARENGA; SANTANA, 2012, p.1).

A partir dessas concepções modernas sobre o espaço, é importante analisar o que Henri Lefebvre (2000) diz sobre a ideia de espaço. O autor faz uma construção teórica do marxismo e suas correntes estruturalista e existencialista, defendendo-o como compreensão de mundo, para, em seguida, definir o espaço como o resultado de uma reflexão crítica do modo de produção da sociedade capitalista. O espaço é, assim, para Lefebvre (2000), um *produto* da sociedade. Dessa maneira, pensar que o

espaço é um dado objetivo e definitivo é uma forma de ocultar as relações de poder existentes nas relações sociais que compõem este mesmo espaço. Segundo De Alvarenga e Santana (2012),

[...] seu mérito foi entender que o teor das relações entre a espacialidade e a reprodução social é muito mais imbricado do que até então se imaginava. O espaço passa a ser integrado à ótica dialético-materialista, que importa uma concepção crítica da sociedade. O conceito de produção é a chave desta conexão entre a espacialização e a sobrevivência da sociedade capitalista (DE ALVARENGA E SANTANA, 2012, p. 3).

O produto, tal como o conhecemos hoje, está relacionado diretamente com o processo de industrialização da sociedade, que se caracteriza pela “orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos” (LEFEBVRE, 2001, p.12). Cabe ressaltar que o produto o qual o autor se refere não é um objeto e sim um conjunto de relações de apropriação, de dominação e de conflitos.

O que nos cabe entender aqui é a particularidade da produção do espaço na sociedade capitalista. Neste, o espaço é força produtiva e muito mais. Pode-se dizer, de outros momentos da história, que o homem altera o meio através da atividade que cria seu espaço em proporções sempre constantes. A produção do espaço serve à reprodução da vida, a intenção era perpetuar a sociedade ciclicamente em sucessivas gerações. Mas no capitalismo ele produz espaço com fins de acumulação, ultrapassando a mera reprodução da vida, e garantindo também a reprodução das relações de trabalho (e de classe, a reprodução da força de trabalho, para sermos mais precisos) e a reprodução das relações sociais de produção. A sobrevivência que se busca agora é a do próprio capitalismo, não se trata mais, necessariamente da vida de seus congêneres, mas da sobrevivência da sociedade abstratamente engendrada por um modo de produção (DE ALVARENGA; SANTANA, 2012, p. 6).

Considerar as contradições que se evidenciam entre a cidade produzida para manter o ciclo de acumulação capitalista e aquela que a população urbana deseja e precisa é essencial para uma análise que pretende dialogar com o campo do desenvolvimento. O conceito, como se sabe, é frequentemente associado a noções relacionadas com o progresso, que colocam a dimensão do crescimento econômico – enquanto resposta à lógica do sistema capitalista – no cerne do debate. No âmbito deste trabalho, pretende-se abordar questões relacionadas ao desenvolvimento urbano numa perspectiva que assuma a plasticidade do conceito de desenvolvimento, isto é, considerando suas múltiplas dimensões e interpretações. Abordar o

desenvolvimento na sua perspectiva ontológica, pensando o espaço em sua relação com os indivíduos, e vice-versa, é importante para problematizar os impactos do processo de crescimento e consolidação das cidades médias nas suas dimensões mais humanas e sociais.

São vários os autores que assumem o caráter multidimensional do desenvolvimento, criticando a centralidade dada aos aspectos econômicos na análise do fenômeno. Vale citar, a este ponto, a contribuição de Cohn (2016), sobretudo quando o autor enfatiza a diferença essencial entre crescimento e desenvolvimento, cuja relação com a análise da produção de subcentros em cidades médias pode ser construída:

O ponto essencial, contudo, é bem preciso. É que, se no crescimento o que cresce é um objeto (um sistema produtivo, uma nação, uma sociedade), no desenvolvimento o que se desenvolve são múltiplas relações ou complexos de relações, internas e externas. Crescimento é questão de progressão, avanço ao longo de uma trajetória; desenvolvimento é da ordem dos ritmos, da pulsação, da emergência de formas no interior de um complexo organizado. Pertencem, em suma, a campos conceituais diferentes. (...) É que sempre será em vão tentar obter desenvolvimento, no sentido pleno, a partir da junção de intervenções políticas dirigidas a aspectos particulares, ou a partir do mero crescimento nessa ou naquela área ou mesmo no conjunto todo (COHN, 2016, p. 164 e 165).

Assim sendo, defende-se que as demandas resultantes das relações entre produção de espaço no sistema capitalista e as necessidades humanas de sobrevivência devem ser abordadas pelos gestores públicos, a fim de agirem como entes moderadores nesse processo de interação, uma vez que o espaço produzido é o lugar do político, objeto de estratégias e de lutas. Existe uma interação entre sociedade e espaço, sendo este último fruto de formação histórica e produto deste meio, que é central para esta pesquisa.

#### **1.4 A produção capitalista do espaço em David Harvey**

O livro “A produção capitalista do espaço”, de David Harvey, publicado em 2005, em 8 capítulos, nos apresenta uma análise marxista do espaço, numa relação entre o Estado e o capitalismo, como conceitos essenciais para a análise da Geografia (SANTOS, 2002). Harvey persegue o objetivo de construir uma teoria da relação sociedade-espaço embasada nos preceitos da teoria social de Marx.

Sua reflexão sobre a vida urbana atual e a cultura que ela engendra também

se inscreve como básica em tal temática, assim como sua análise sobre o capital fixo e a acumulação de valor na economia globalizada e de alta tecnologia (HARVEY, 2005, p. 10).

Harvey (2005) nos diz que é necessário entender o processo de circulação de capital por meio da perspectiva marxista, uma vez que é esse processo que mantém a existência do sistema capitalista. Nos diz ainda que os escritos de Marx sobre a dimensão espacial referente à teoria da acumulação são fragmentários e superficiais, no entanto,

[...] o exame atento de suas obras revela que ele reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas. Além disso, Marx desenvolveu uma nova abordagem relativa à teoria da localização (em que a dinâmica está no centro das coisas), e mostrou ser possível ligar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais (HARVEY, 2005, p. 43).

Harvey traz interpretações importantes para o entendimento do sentido da produção do espaço sob o capitalismo. Ele trata da circulação do capital, dos modelos nos quais o valor do trabalho vivo e das mercadorias em circulação sempre aumentaria e, conseqüentemente, as taxas de lucro. O sistema capitalista é dinâmico, segundo Harvey (2005), e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. Além disso, para Marx (*apud* Harvey 2005), o estado estacionário da reprodução simples é logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção e, portanto, a “missão histórica da burguesia” é expressa na fórmula “acumulação pela acumulação”, produção pela produção (Marx, 1967, vol. 1: 595 *apud* Harvey, 2005).

O capitalista é respeitável apenas enquanto capital personificado. Como tal, ele partilha com o avarento a paixão pela riqueza enquanto riqueza. No entanto, aquilo que, no avarento, é mera idiossincrasia, é, no capitalista, consequência do mecanismo social, do qual ele é apenas uma das forças propulsoras. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital despendido num determinado empreendimento industrial, e a competição faz cada capitalista sentir as leis imanentes da produção capitalista a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo; no entanto, ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio da acumulação progressiva (MARX. 1967, vol. 1: 592 *apud* HARVEY, 2005, P. 58).

Ademais, Harvey (2005) aborda uma realidade selvagem na qual a competição e o avanço tecnológico reduzem gradativamente o valor do trabalho vivo, das mercadorias e das taxas de lucro. Ao considerar este ponto, o autor trata a questão espacial como um “ajuste espacial” às crises de circulação do capital. Essa ideia apresenta duas dimensões básicas, uma interna e outra externa a um Estado (HARVEY, 2005, p. 43). Para podermos entender essas tensões mais facilmente devemos reconhecer, segundo Harvey (2005), que o progresso da acumulação depende e pressupõe:

- 1) A existência de um excedente de mão de obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção.
- 2) A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção.
- 3) A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas (HARVEY, 2005, p. 45).

Cada um dos aspectos abordados acima pode desencadear uma crise e Marx (*apud* Harvey, 2005) conclui que o capitalismo tende a produzir algumas barreiras para o seu desenvolvimento, ou seja, as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação. Essas crises são um meio de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista.

Essa racionalização apresenta um curso social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego (HARVEY, 2005, p. 46).

Em contrapartida, a própria reação da sociedade em meio à crise pode afetar o processo de retomada de um “equilíbrio” no sistema. Harvey (2005) nos diz que as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Chega-se à conclusão que, após nova crise, o sistema de produção capitalista encontra novas formas superiores de acumulação. No momento pós-crise, quando atingir o outro nível, o sistema apresentará algumas características que são:

- 1) A produtividade da mão de obra aumentará muito pela utilização de máquinas e equipamentos mais sofisticados, enquanto, no transcurso da crise, os equipamentos mais antigos do capital imobilizado ficarão mais baratos por meio da desvalorização forçada.

- 2) O custo da mão de obra diminuirá muito devido ao grande desemprego provocado pela crise e, conseqüentemente, um excedente maior poderá ser obtido para acumulação adicional.
- 3) O excedente de capital que careceu de oportunidades de investimento na crise, será atraído por linhas de produção novas e muito lucrativas.
- 4) A demanda efetiva expandida por produtos de início, na indústria de bens de capital, mas subseqüentemente, no consumo final- esvaziará o mercado de todos os bens produzidos (HARVEY, 2005, p. 47).

Constata-se assim, a partir das contribuições de Harvey (2005), a necessidade de o sistema capitalista produzir novos espaços para sua sobrevivência, mantendo seu fluxo de capital e evitando o seu colapso. Mas é interessante levar em consideração o último item da citação anterior. A partir dele, Harvey (2005) sugere como se pode elaborar um novo nível de demanda efetiva.

- 1) A penetração do capital em novas esferas de atividade mediante (1) a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas ou mediante (2) a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho.
- 2) A criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produtos e a organização do consumo, para que se torne “racional” em relação ao processo de acumulação.
- 3) A facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo, mas apreço ser uma forte justificativa para o comentário de Marx [1969b: 47; e consultar Marx, 1973:764,771], de que “a população crescente se afigura como base da acumulação enquanto processo contínuo”, do ponto de vista do aumento da oferta de mão de obra e de mercado para produtos).
- 4) A expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial” (HARVEY, 2005, p.48).

Os três tópicos anteriores se referem à intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa estrutura espacial específica (HARVEY, 2005, p.48), e o último tópico se refere à questão do ajuste espacial e expansão geográfica como subsídio necessário para o processo de acumulação. Diversos tipos de equilíbrio podem ocorrer na realidade e esses arranjos ocorrem a partir de novos desejos e novas necessidades sociais, por exemplo.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, sua relação com a acumulação capitalista e sua expansão geográfica, percebemos uma intensificação de investimentos industriais na década de 1970 e, conseqüentemente, um alto índice de urbanização. Intensificação esta, incentivada pelo Estado e que contribuiu também para a fixação de uma mão de obra em suas periferias mediante a criação de novos loteamentos, como o do atual bairro Major Prates.

Ocorreram algumas mudanças no planejamento urbano da cidade de Montes Claros a fim de atender as demandas advindas da concentração de indústria e do comércio pujante.

Outro ponto relevante e que teve especial interesse foi a implantação do distrito industrial, na zona norte da cidade, a 5 km do centro, e que se constituiria na maior concentração de indústrias naquele local, criando a necessidade de se estabelecerem formas de acesso que possibilitassem o escoamento da produção, então nascente, o que no futuro se caracterizaria como uma setorização da cidade e no que se convencionou chamar de “cidade setorizada” (SILVA, 2008, p. 82).

Percebe-se, então, que ocorreu uma setorização dos usos do espaço da cidade de Montes Claros, atrelado ao processo de industrialização, dividindo a cidade em: núcleo central, comércio e serviços; áreas de expansão urbana e distrito industrial. Essa setorização é marcada pela exclusão social e pela segregação espacial, criando o que Edésio Fernandes (2001) chama de urbanização da pobreza, processo que tem causado impactos socioambientais equiparáveis às consequências dos grandes desastres naturais.

Essas ações contribuíram para a expansão do tecido urbano da cidade de Montes Claros, mediante a abertura de novos loteamentos na cidade como o bairro Major Prates, que inicialmente foi dividido em grandes glebas para uso residencial. Loteamentos abertos por meio do incentivo do poder municipal, poder aqui representado pela prefeitura da cidade, que fornece a estrutura básica para os novos locais e em seguida é efetivado pelos donos de grandes porções de terra. Lefebvre (2001) nos revela sobre a função pública do Estado que passa a se encarregar de uma atividade que outrora entrava numa economia de mercado: a construção de habitações.

O Estado não pode mais se contentar com regulamentar os loteamentos e a construção de conjuntos (blocos de apartamentos), com lutar (mal) contra a especulação imobiliária. Através de organismos interpostos, toma a seu cargo a construção de habitações. Começa o período dos “novos conjuntos” e das “novas cidades” (LEFEBVRE, 2001, p. 25).

É muito importante interpelar aqui sobre o papel do Estado na efetivação de políticas públicas de promoção de habitações. Ele age dubiamente, ora subsidiando espaços de alto potencial econômico, ora subsidiando habitações de qualidade questionáveis. Em se tratando de investimento em habitação popular por parte do

Estado, vamos explorar essa questão mais a fundo ao abordarmos o bairro Major Prates no segundo capítulo, mas cabe ressaltar que o bairro foi fruto de especulação imobiliária para venda às pessoas de classe média, principalmente funcionários públicos. É evidente, portanto, a contradição e o conflito dentro deste espaço urbano, cria-se espaços privados com alto valor agregado e por outro lado, espaços de baixa renda sujeitos à especulação imobiliária. Essas contradições criam uma diversidade de uso no bairro Major Prates e é essencial perceber como essas populações utilizam o espaço urbano, se o usam como produto ou como obra inacabada, exercendo algum tipo de protagonismo na cotidianidade.

Como vimos nas discussões anteriores, o Estado assume papel essencial na consolidação de infraestruturas no espaço urbano que podem influenciar direta ou indiretamente em como as pessoas o utilizam e se apropriam dele e, ademais, as configurações que se estabelecem dentro das cidades brasileiras são extremamente desiguais.

Embora existam manifestações espontâneas de seus cidadãos e diversificação de usos do espaço urbano, a cidade ainda mantém seu caráter mercantil. Todo o espaço urbano pode ser objeto de especulações e de segregação urbana; e isso modifica toda a estrutura urbana, que atrai para as cidades grandes levas de migrantes advindos principalmente do espaço próximo à cidade.

Nas cidades contemporâneas não há praticamente nenhum espaço que não seja investido pelo mercado (ou pela produção para o mercado). À nossa volta existe uma espécie de evidência fantástica do consumo, criada pela multiplicação dos objetos/mercadorias, onipresentes no cotidiano da cidade – eles estão acumulados aos montes em nossas casas, expostos nas vitrinas que ocupam nossas ruas, exibidos pela publicidade nas centenas de mensagens diárias emitidas pelos meios de comunicação de massa (ROLNIK, 1994, p.28-29).

Apesar dessas contradições entre o funcionamento do capitalismo e os desejos dos cidadãos, vários movimentos trazem e revertem a lógica de produção e uso do espaço urbano, como as dinâmicas culturais urbanas citadas anteriormente.

As dinâmicas culturais urbanas são parte inerente do processo de produção do espaço urbano e faz parte do nosso objeto de estudo, perpassa pelo entendimento do que são estas dinâmicas e como elas estão inseridas no cotidiano dos cidadãos. Embora muitas vezes tratadas na subalternidade ou na clandestinidade e ilegalidade, as dinâmicas culturais urbanas revelam-se como formas de resistência às tentativas

de ordenamento do espaço urbano e tomam seu lugar como sujeitos criadores e catalisadores dos usos da cidade pelos cidadãos. A urbanização das cidades promoveu sujeitos integrantes que subvertem a ideia social de convívio em sociedade e, dentre as camadas da paisagem urbana, encontra-se a arte urbana, que se evidencia por meio de diversas formas de expressão artística (*grafite, stencil, etc*).

### **1.5 O direito à cidade**

De acordo com Henri Lefebvre, o direito à cidade é um conceito que se refere à demanda dos cidadãos pelo acesso democrático e equitativo aos espaços urbanos e a todas as suas dimensões. Esse conceito foi introduzido por Lefebvre em seu livro "O Direito à Cidade", publicado em 1968, e é considerado uma das suas principais contribuições para a teoria urbana e para o entendimento da relação entre sociedade e espaço urbano.

Para Lefebvre, o direito à cidade não se limita apenas à posse ou ao uso individual do espaço urbano, mas diz respeito ao poder de participação e decisão dos cidadãos na construção e transformação da cidade. Trata-se de uma reivindicação por uma cidade mais justa, democrática e inclusiva, em que todos os habitantes tenham acesso igualitário aos benefícios e recursos disponíveis.

O conceito de direito à cidade de Lefebvre vai além da ideia de espaço físico e engloba as dimensões social, cultural, política e econômica da vida urbana. Ele destaca a importância da vivência cotidiana do espaço, das experiências e relações que os cidadãos estabelecem com a cidade e de como essas vivências moldam suas identidades e percepções do mundo.

Além disso, Lefebvre argumenta que o direito à cidade é frequentemente negado pelas lógicas capitalistas de produção e apropriação do espaço urbano. Ele critica o papel do capital imobiliário e dos interesses privados na especulação e na transformação do espaço urbano, o que muitas vezes resulta em segregação, gentrificação<sup>1</sup> e exclusão social.

---

<sup>1</sup> A socióloga britânica Ruth Glass cunhou o termo "gentrificação" em 1964. Ela observou o processo de renovação e mudança social nos bairros centrais de Londres, onde a classe média alta estava se estabelecendo e substituindo a população de baixa renda. Glass descreveu a gentrificação como um processo em que a classe média se apropria do espaço urbano anteriormente ocupado por grupos mais pobres, resultando em um aumento dos preços de moradias e aluguéis, bem como em mudanças na cultura e na identidade do bairro.

Para Lefebvre, o direito à cidade deve ser uma pauta política e social, e a busca por uma cidade mais democrática e igualitária deve ser conduzida pelos próprios cidadãos. Ele defende a necessidade de uma "revolução urbana", em que os cidadãos se apropriem do espaço e participem ativamente do processo de produção e gestão da cidade.

Neste conceito globalizante, estão presentes aqueles cidadãos que extrapolam o viés contemporâneo/capitalista e que marcam sua presença expondo as suas necessidades sociais e que buscam, segundo Lefebvre (2001, p.105), uma atividade criadora, inventiva, necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas, promovendo assim, sua urbanidade. Nesse sentido, Medeiros (2008) enfatiza que:

[...] ruas e praças da cidade são cada vez mais ocupadas por inúmeros grupos juvenis de diversos tipos de orientação: étnica, religiosa, musical, etc. Assim, na apropriação do espaço urbano, esses grupos juvenis criam verdadeiros territórios na medida em que redefinem, ressignificam pedaços da cidade, criando áreas que não pertencem ao mundo da casa como também se difere do anonimato do espaço público (MEDEIROS, 2008, p. 72).

Todos os habitantes da cidade na contemporaneidade têm o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), embora, em certa medida, muitos não têm acesso completo devido às contradições do capitalismo que se apropria do espaço urbano e o utiliza para sua expansão, além, é claro, de nos impelir a viver em uma sociedade de classes. Nessa perspectiva, a cidade também se revela de outra forma, pois é palco da produção e reprodução da vida coletiva. As pessoas que habitam a cidade possuem necessidades sociais não apenas relacionadas ao espaço, mas também ao tempo em que as trocas sociais acontecem. Com relação a isso, Lefebvre diz que:

[...] o ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num "mundo". A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

Por isso, como diz Lefebvre (2001), é necessário compreender e interpretar as contradições do capitalismo a partir do olhar de perto da vida cotidiana de pessoas

comuns na cidade para entendermos a natureza da cidade, analisá-la a partir dos pontos de vista do cidadão de um lado e do capital do outro e com isso questionar o exercício da cidadania e o direito à cidade (CARLOS, 1986).

O direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios - a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas esse direito caminha lentamente (LEFEBVRE, 1979, p.119).

É inegável o caráter diverso em que a cidade hoje se encontra. De um lado, temos a relação espacial de transformação do espaço que obedece às regras do jogo do mercado, e do outro, temos a esfera da cotidianidade que, apesar de representar uma escala micro do sistema, também revela particularidades de sua quebra.

Nas cidades de porte médio, como Montes Claros, o direito à cidade assume características particulares, uma vez que esses centros urbanos apresentam realidades específicas em comparação com as grandes metrópoles. Montes Claros, localizada no estado de Minas Gerais, é uma cidade média que tem passado por transformações significativas ao longo do tempo, enfrentando desafios e oportunidades inerentes a esse tipo de urbanização.

Nos próximos capítulos, abordaremos a urbanização brasileira e como se deu o desenvolvimento urbano em Montes Claros a partir de uma perspectiva de reprodução dos espaços com foco no bairro Major Prates.

## **CAPÍTULO II – MONTES CLAROS – INFLUÊNCIA DO CAPITAL NA FORMAÇÃO DE SUBCENTROS E SUAS IMPLICAÇÕES**

No capítulo 1, vimos através de um panorama histórico geral como a cidade ocidental se desenvolveu no decorrer dos séculos. Vimos também como a urbanização está atrelada a processos sociais, políticos e econômicos e ressaltamos o papel da industrialização para a concentração de pessoas nas cidades de forma segregatória. Além disso, percebemos que a cidade, a partir de uma perspectiva marxista, é fruto de contradições advindas da luta de classes, e que o espaço urbano é palco desses conflitos que se articulam de acordo com o interesse dos agentes produtores desse espaço. Apesar disso, a capacidade dos cidadãos de se articularem e de expandir para diferentes fronteiras do espaço urbano, assumindo um papel ora de protagonista ora de subserviente do sistema, é inegável; e a proposta do capítulo 1 foi articular a base teórica que dialoga com um ponto de vista marxista da produção capitalista do espaço urbano.

Neste capítulo 2, tentaremos responder à questão dos papéis dos agentes sociais que produzem e reproduzem o Major Prates por meio da identificação de sua materialidade no comércio e na verticalização de seu espaço. Discutiremos o processo de urbanização e industrialização brasileira, sua repercussão na cidade de Montes Claros e, conseqüentemente, no bairro Major Prates. Veremos que aqueles dois processos aconteceram de forma rápida e intensa e que, devido a uma conjuntura econômica, atraiu centenas de milhares de pessoas aos grandes centros urbanos, tendo como conseqüências a expansão do tecido urbano, precarização dos serviços oferecidos pelo Estado e outras conseqüências inerentes aos lugares em que estes processos tiveram influência.

As grandes cidades brasileiras se desenvolveram para além de sua centralidade e para além de suprir as necessidades básicas de uma classe, tornaram-se objetos de uso e de troca do capitalismo e foi por meio dele que o tecido urbano se expandiu de forma vertiginosa. Veremos, portanto, neste capítulo que, como resultado desses adensamentos, houve a necessidade de intervenções do Estado para incentivar a migração para cidades médias a partir de políticas públicas (PNDU e II PND, citadas no capítulo 1) que catalisaram o papel central que essas cidades estariam desenvolvendo. Analisaremos como isso contribuiu para a produção do espaço urbano na cidade de Montes Claros e conseqüentemente para o bairro Major

Prates. Teremos o suporte de dados do IBGE, IPEA e de estudos do geógrafo Santos (1993).

A partir disso, exploraremos as condições para formação do bairro Major Prates por meio da revisão bibliográfica e de dados empíricos, analisando a importância desse bairro para sua população da cidade e trazendo uma percepção do espaço intraurbano em transformação (processos de especulação imobiliária e verticalização no bairro Major Prates) por meio de visitas *in loco*, com registro fotográfico para levantamento de hipóteses, observação e exame do objeto de estudo.

Identificaremos, portanto, ações realizadas nesse espaço e como também os agentes responsáveis por essas ações que resultam nessa transformação agem. Os registros fotográficos foram realizados nas ruas Silvio Romero de Aguiar, Laura Prates e nas Avenidas Olímpio Prates e Castelar Prates. O motivo da escolha destes locais se deu devido a uma alta concentração de mudanças drásticas no espaço urbano e as ações dos agentes produtores do espaço ficam mais evidentes na análise. Já na seção que trata sobre a feira do Major, discutiremos como a feira é um importante espaço de comércio e sociabilidade para os moradores do bairro e como ela se insere nessa dinâmica mais ampla de reprodução do espaço urbano capitalista. Identificaremos também os papéis dos feirantes nesse processo por intermédio da etnografia participativa como instrumento de pesquisa.

## **2.1 A urbanização e a industrialização brasileira e suas implicações para a cidade de Montes Claros**

Atualmente, cerca de 55% da população mundial (*WORLD CITIES REPORT*, 2022) vive nas cidades (FIGURA 5) e a estimativa é de que esse número atinja os 68% em 2050, ou seja, o futuro da humanidade é urbano. Já no Brasil, de acordo com dados do IBGE, em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015) a maior parte da população brasileira, cerca de 84,72%, vive em áreas urbanas (FIGURA 4).

Devido ao processo de desmetropolização, iniciado nos anos 80, outros aglomerados urbanos têm sido protagonistas no desenvolvimento de suas regiões. Desmetropolização é um processo pelo qual ocorre uma redução ou enfraquecimento da influência e centralidade de uma metrópole em relação ao seu entorno regional. Em outras palavras, é a diminuição da predominância de uma cidade metropolitana

em relação a outras cidades e regiões que a cercam. Esse fenômeno pode ser impulsionado por diversos fatores, como a descentralização econômica, o desenvolvimento de novos polos urbanos, a melhoria das infraestruturas de transporte e comunicação, ou mesmo mudanças nas políticas públicas que promovam o desenvolvimento de outras áreas além da metrópole.

Figura 4 - População urbana no Brasil em 2015

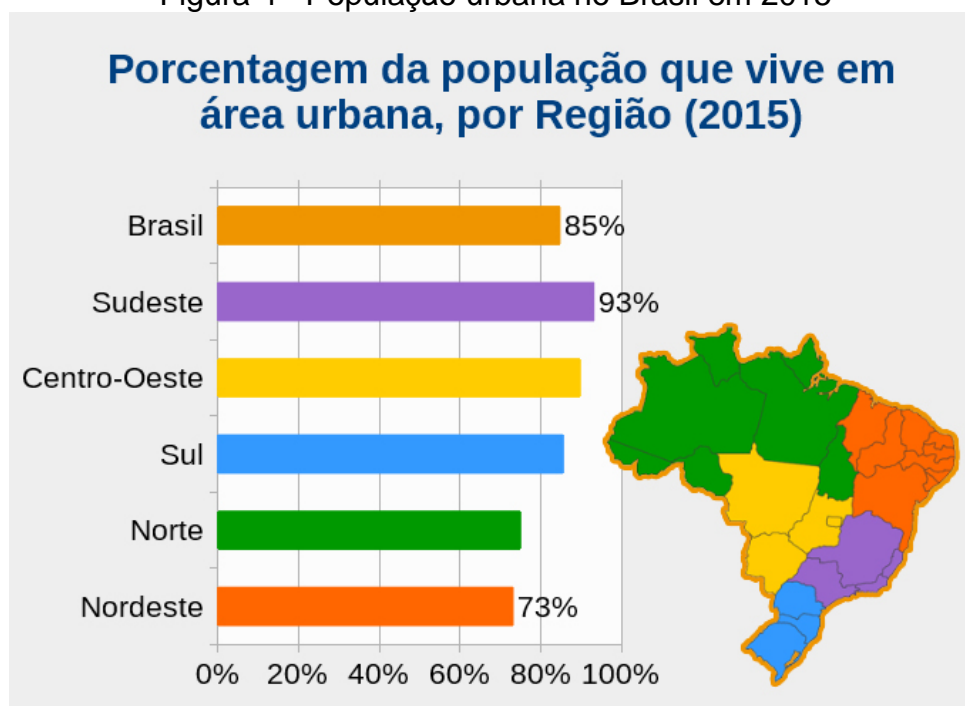
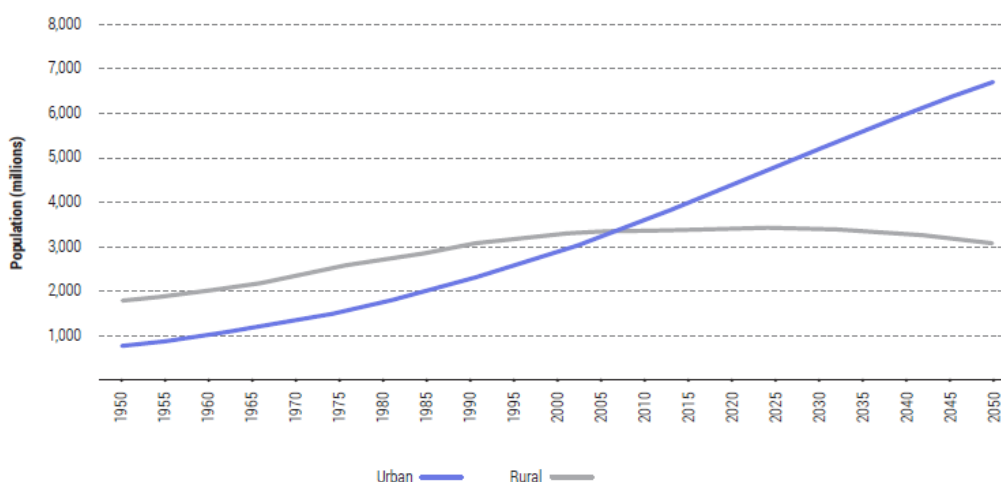


Figura 5 - População rural e urbana do mundo (1950-2030)

Figure 1.1: Urban and rural population of the world (1950-2030)



Source: UNDESA, 2019b.

Fonte: World Cities Report, 2022.

Isso coloca as cidades médias, como a cidade de Montes Claros, dentro de um protagonismo regional, atraindo as pessoas que estão em busca de trabalho, educação, melhores condições de vida. Esse processo afeta diretamente a produção do espaço urbano na cidade, expandindo seu tecido urbano e criando subcentros<sup>2</sup> como o Major Prates que tem grande influência na cidade. O simples fato de as pessoas mudarem para as cidades não garantirá a elas acesso a todos os recursos que desejam, isso ocorre em função de processos que se dão dentro do ambiente intraurbano e que são guiados pelos agentes hegemônicos na produção do espaço urbano, como o mercado de especulação imobiliária. Sendo assim, é importante averiguar os processos internos de transformação do bairro que atingem sua população e que papéis os agentes produtores do espaço urbano assumem nestas interações.

Para compreensão de processos internos que acontecem no bairro Major Prates, é fundamental o entendimento de dois conceitos: a urbanização e a industrialização. Estes dois processos que se articulam, de certa forma foram

<sup>2</sup> A hierarquia urbana indica a centralidade da cidade de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: metrópoles (1A, 1B e 1C), capitais regionais (2A, 2B e 2C), centros sub-regionais (3A e 3B), centros de zona (4A e 4B) e centros locais (5). Alguns municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma cidade para fim de hierarquia urbana, tratam-se dos arranjos populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem.

catalisadores de mudanças no espaço urbano da cidade de Montes Claros e, conseqüentemente, no bairro Major Prates.

A urbanização e a industrialização são processos distintos que se relacionam na transformação das cidades. A urbanização está estritamente ligada às relações comerciais que os seres humanos utilizam para modificar o meio natural e o resultado dessas interações produz o espaço vivido; e através dele, podemos determinar o tipo de sistema econômico-social produtor deste espaço. Portanto, não podemos dizer que o conceito de urbanização está apenas relacionado à expansão física das cidades, e sim, também, como parte de um processo mais amplo (PINHEIRO, 2007). A urbe moderna é o *locus* da socialização capitalista: cidade como lugar de consumo, da divisão do trabalho, do meio de produção material e de ampliação da produtividade (SAES, 2011).

A industrialização, segundo Sposito, é um processo mais amplo que a indústria, pois se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas. A industrialização permite a concentração de atividades industriais em regiões específicas, o que atrai a população rural que, conseqüentemente, impulsiona o crescimento urbano. O seu local de atuação é na cidade, uma vez que lá se concentram o capital e a reserva de mão de obra.

A industrialização dá o "tom" da urbanização contemporânea. Embora historicamente tenha resultado dos avanços técnicos necessários ao desenvolvimento do capitalismo, a industrialização marca predominantemente as relações entre a sociedade e a natureza e é a forma dominante de produção até mesmo nos países socialistas. A cidade é o território-suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção. Contudo, o desenvolvimento da urbanização não é apenas condição para o desenvolvimento industrial, mas também este mudou o caráter da cidade, ao lhe dar, de forma definitiva, um traço produtivo e transformá-la no "centro" de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo (SPOSITO, 2018, pág.4).

Vimos então que estes dois processos estão interligados, embora não haja uma relação de consequência entre ambos. De acordo com Sposito (2018), a urbanização em países subdesenvolvidos, especificamente os latino-americanos, resulta do processo de transnacionalização da indústria ocidental (a do "centro"), abarcando os espaços periféricos e desorganizando e/ou se apropriando das formas de produção tradicionais desses países.

Em se tratando da urbanização brasileira, esse processo ocorre dentro de uma conjuntura internacional em que os países passam a assumir papéis distintos dentro do capitalismo. Podemos dizer que se trata de um processo histórico, que tem suas raízes desde a chegada dos portugueses ao país, em 1500. Com o objetivo de explorar as riquezas da nova colônia, foram criadas as primeiras vilas e cidades, como Salvador e Recife. Durante os primeiros séculos da colonização, essas cidades eram pequenas e tinham uma organização urbana precária, marcada pela ausência de planejamento e pela concentração de atividades em torno do centro histórico. O desenvolvimento urbano brasileiro, segundo Pinheiro (2007), está entrelaçado a seu passado colonial, determinando a formação de uma sociedade fundada no patrimonialismo e no privilégio.

A urbanização no Brasil foi sendo impulsionada por diversos fatores, como o aumento da produção agrícola e a chegada de imigrantes europeus no século XIX. Segundo Santos (1993), a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, pois, naquele período, o país havia passado por um intenso processo de industrialização. A partir da década de 1930, o governo brasileiro adotou uma política de substituição de importações, que objetivava o desenvolvimento da indústria nacional para atender a demanda interna. Isso resultou em um aumento significativo da produção industrial e da concentração das atividades econômicas em grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

As cidades se tornaram o centro da produção e do consumo, atraindo trabalhadores do campo e de outras regiões do país. A migração em massa para as cidades e a falta de planejamento urbano adequado resultaram na formação de periferias urbanas precárias, marcadas pela falta de infraestrutura, pela desigualdade social e pela segregação espacial. A fim de estabelecer ações mitigadoras para os problemas das grandes metrópoles e também garantir a reprodução do capital, o Estado brasileiro criou políticas públicas para incentivar a migração para outros centros regionais, incluindo aqui a cidade de Montes Claros.

Dentro desse contexto, Montes Claros possuía características que a colocava como centro regional, como um centro dinâmico devido a alguns fatores como:

- Decadência das cidades ribeirinhas e em especial, do lado oeste do Rio São Francisco, quando o eixo econômico foi afastado para o Sertão. Este foi povoado por uma vasta rede de caminhos e estradas, como a da Bahia que seguia o Rio Verde onde os povoados concentravam na sua cabeceira:

Rios Vieira, Bois, Lagoinha e Canoas, local que estava Formigas, hoje Montes Claros.

- A descoberta de jazidas minerais em Itacambira, leste de Montes Claros, que ajudou a fortalecer a população da antiga Formigas.
- Os eixos econômicos da época, Zona da Mata Mineira e Rio de Janeiro, que eram feitos por Montes Claros, pois estava no caminho da Bahia.
- Os fatores ecológicos favoráveis. Pois o Município está localizado no encontro de sub-bacias hidrográficas dos Rios Jequitai e Verde Grande, com manifestações de vegetações diferenciadas, como matas ciliares, cerrados e caatingas.
- Ressalta-se aqui, outro fator hidrográfico, o de estar próxima ao divisor de águas das Bacias do Rio São Francisco e Jequitinhonha com fácil acesso as mesmas. Outro fato, era a área mais salubre para a população e consequentemente favorável ao desenvolvimento de centros de invernada de gado.
- Com a emancipação e consolidação do Povoado em Vila, bem como a instalação efetiva em 1832 da Câmara de Vereadores, obtém-se uma conquista institucional valiosa para o município.
- Os aspectos econômicos, atrelados às condições naturais que propiciaram sucesso na pecuária bovina e de seus artefatos, além das atividades ligadas a produção de cana-de-açúcar, algodão, salitre, vieram reforçar os fluxos do comércio e região.
- A chegada da Ferrovia à cidade, em 1926, ligando o Município e região a lugares distantes (SILVEIRA, 2005, p.27).

Esses fatores são anteriores à industrialização advinda a partir de 1960 (SILVEIRA, 2005) e foram importantes para a inclusão da cidade nas políticas públicas do Estado. Dessa forma, Montes Claros foi inserida na década de 1960 à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma política de incentivos fiscais e financeiros que colocou Montes Claros como principal centro regional, comercial, político e administrativo da Região Mineira do Nordeste (RMNe) (SILVEIRA, 2005).

Para a cidade de Montes Claros, a SUDENE foi um catalisador dos setores da economia, que se tornaram mais dinâmicos, transicionando de uma sociedade rural para uma sociedade mais urbana, menos ligada ao campo. Apesar disso, a cidade não tinha condições estruturais de receber o fluxo populacional, industrial, comercial e financeiro que foram atraídos para ela. Fato que trouxe alterações nos seus indicadores sociais (SILVEIRA, 2005). Além disso, houve uma expansão do tecido urbano a fim de atender demandas de moradia com a abertura de novos bairros/loteamentos, gerando a formação de novas centralidades (FRANÇA, 2007), como o bairro Major Prates, que surgiu a partir de uma grande fazenda e que foi desmembrada em lotes para aquisição da classe trabalhadora da época. O bairro foi beneficiado também em 1974, com o Programa Nacional de Apoio às Capitais e

Cidades de Porte Médio (PNCCPM) com asfaltamento, energia elétrica e rede de esgoto (FRANÇA, 2012).

Vimos até aqui que a urbanização e a industrialização desempenharam papel essencial na transformação da cidade de Montes Claros e na consolidação de um modelo de reprodução capitalista do espaço urbano, com impactos significativos em todas as áreas. Percebemos também como o Estado atua como agente essencial na produção e reprodução capitalista do espaço urbano, promovendo políticas públicas de acordo com interesses econômicos, a fim de atender demandas nacionais e internacionais. A partir de agora, vamos aprofundar nas questões pertinentes ao bairro Major Prates, caracterizando-o e revelando aspectos da vida cotidiana de seus moradores, diante dos processos que ocorrem no nível intraurbano, gerados por agentes internos e externos.

## **2.2 Caracterização do bairro Major Prates e sua influência local e regional**

O bairro Major Prates está localizado no município de Montes Claros, no norte do estado de Minas Gerais, na bacia do Alto Médio São Francisco, área de clima tropical semi-úmido, com vegetação predominantemente constituída pelo cerrado (FIGURA 6). Segundo dados do IBGE (2021), a cidade de Montes Claros possui uma população de 417.478 habitantes, densidade de 101,41 pessoas/km<sup>2</sup>, sendo considerada uma capital regional B 2B, de acordo com a classificação\*<sup>3</sup> de classe de cidade determinada pelo IBGE e que abrange uma área territorial de 3.576,76 km<sup>2</sup>.

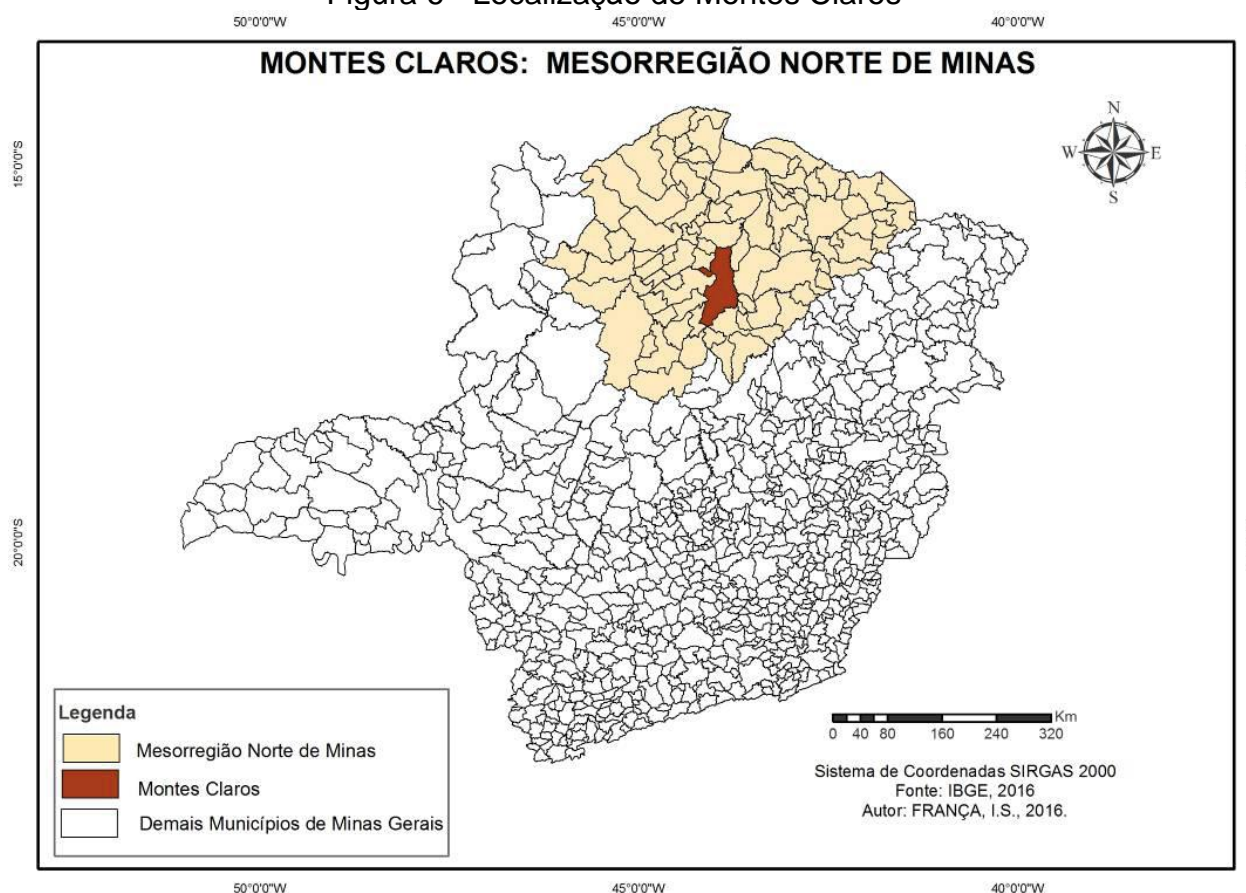
O Major Prates localiza-se na Região Sul da cidade de Montes Claros, possuindo como limites os bairros Augusta Mota, Morada do Parque, Morada do Sol, São Geraldo, Vargem Grande e Canelas. Conta com uma área de 759.898,91m<sup>2</sup>. Sua localização, distante cerca de 4 km da área central, tem sido determinante para o desenvolvimento socioeconômico da Região Sul da cidade (FRANÇA, 2007). De acordo com França (2007), o bairro também possui mais de 5000 pessoas, no entanto,

---

<sup>3</sup> A expressão subcentro será usada para designar aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal. O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade (Villaça, p 283, 20).

alguns veículos de comunicação estipulam cerca de 25.000 pessoas no Grande Major Prates, que engloba outros bairros sob sua influência

Figura 6 - Localização de Montes Claros



Fonte: França, 2016.

O loteamento onde existe hoje o bairro Major Prates e Augusta Mota (bairro adjacente ao Major Prates), com tamanho de 3.032.400 m<sup>2</sup>, foi adquirido por Luiz Milton Prates em 14 de agosto de 1953. Segundo Barbosa (2021), o senhor Luiz Milton Prates foi:

[...]um importante parlamentar do Estado de Minas Gerais, com propriedade imobiliária apurada de, aproximadamente, 3.032.400 m<sup>2</sup> (três milhões, trinta e dois mil, quatrocentos metros quadrados). Juntamente com sua esposa Genoveva da Conceição Mota, foi responsável pela implantação dos loteamentos Major Prates, cuja área verde à época do loteamento foi reservada pela Prefeitura Municipal para a construção do principal parque municipal de Montes Claros e que hoje leva seu nome, bem como do loteamento Augusta Mota, ainda na década de 1970. Atualmente, contempla também o loteamento Augusta Mota Prolongamento, além de outros empreendimentos novos que têm sido feitos na área, convencionalmente chamada de “zona sul” por empresários do ramo imobiliário e da construção civil em Montes Claros (BARBOSA, 2021, p.70-71).

O bairro Major Prates possui infraestrutura física, serviços e comércios variados, inclusive especializados, o que o caracteriza, segundo França (2007) como um subcentro.

Há várias razões para que o subcentro do Major Prates se consolide como centralidade de comércio e serviços, segundo França (2007) alguns fatores aceleraram a formação e consolidação desse subcentro e o crescimento da zona Sul de Montes Claros como a proximidade com a rodoviária, com o shopping-center e com a BR 135 e BR 365. Há uma variedade de usos dentro do bairro Major Prates e essa diversidade é induzida graças a instrumentos reguladores do espaço urbano, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que é feita pela municipalidade e aprovada pelo Estado (em sua esfera municipal pelos vereadores) que deverá atuar buscando o necessário equilíbrio entres os interesses públicos e privados e para a subordinação do capital aos propósitos da coletividade.

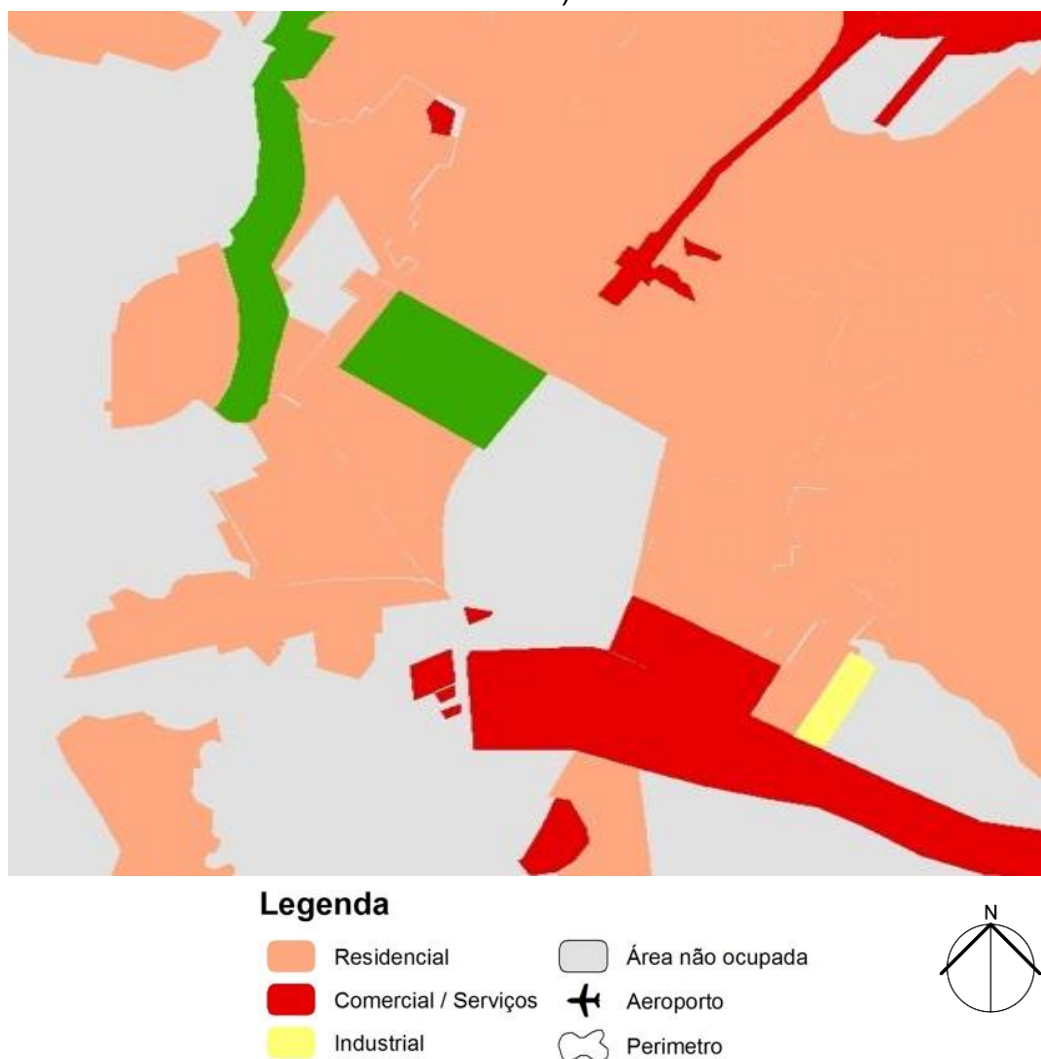
Dessa forma, de acordo com a Lei nº 4.198,<sup>4</sup> de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Montes Claros, a cidade é dividida em diferentes zonas: residencial, industrial e comercial, cada uma sendo identificada com letras e números. Essa lei regula o zoneamento do território do município, estabelece as categorias de uso e os modelos de assentamentos urbanos e delimita áreas a reservar para as vias públicas e projetos especiais (FIGURA 8).

O bairro Major Prates, portanto, de acordo com a Lei nº 4.198, compreende cinco zonas diferentes: O loteamento novo, a sudeste do bairro, é ZR-1; grande parte das quadras é ZR-2; as Avenidas Castelar Prates, Olímpio Prates e Pompéia são ZR-3; o Parque Municipal Milton Prates é SE-2; a Avenida Francisco Gaetani (Rodovia Júlio Garcia) e Av. José Vicente Guimarães são ZC-2; a Avenida Pedro Augusto Veloso apresenta um trecho como ZR-2 e outro como ZR-3; um pequeno trecho à leste do bairro se configura como SE-3 e, por fim, a avenida Doutor Mário Tourinho, limite sul do bairro e um trecho que interliga com a avenida Mestra fininha são classificadas como ZC-1 (FIGURA 7). Entre o parque e o loteamento, passa a Rodovia Júlio Garcia, ou BR 365, que ao adentrar o bairro, passa a ser chamada de avenida Francisco Gaetani. Nesse trecho, a avenida não apresenta construções, a não ser o supermercado Mart Minas, que atrai pessoas de diversas áreas da cidade.

---

<sup>4</sup> A Lei nº 4.198 está disponível em: Lei de uso e ocupação do solo no Município de Montes Claros.

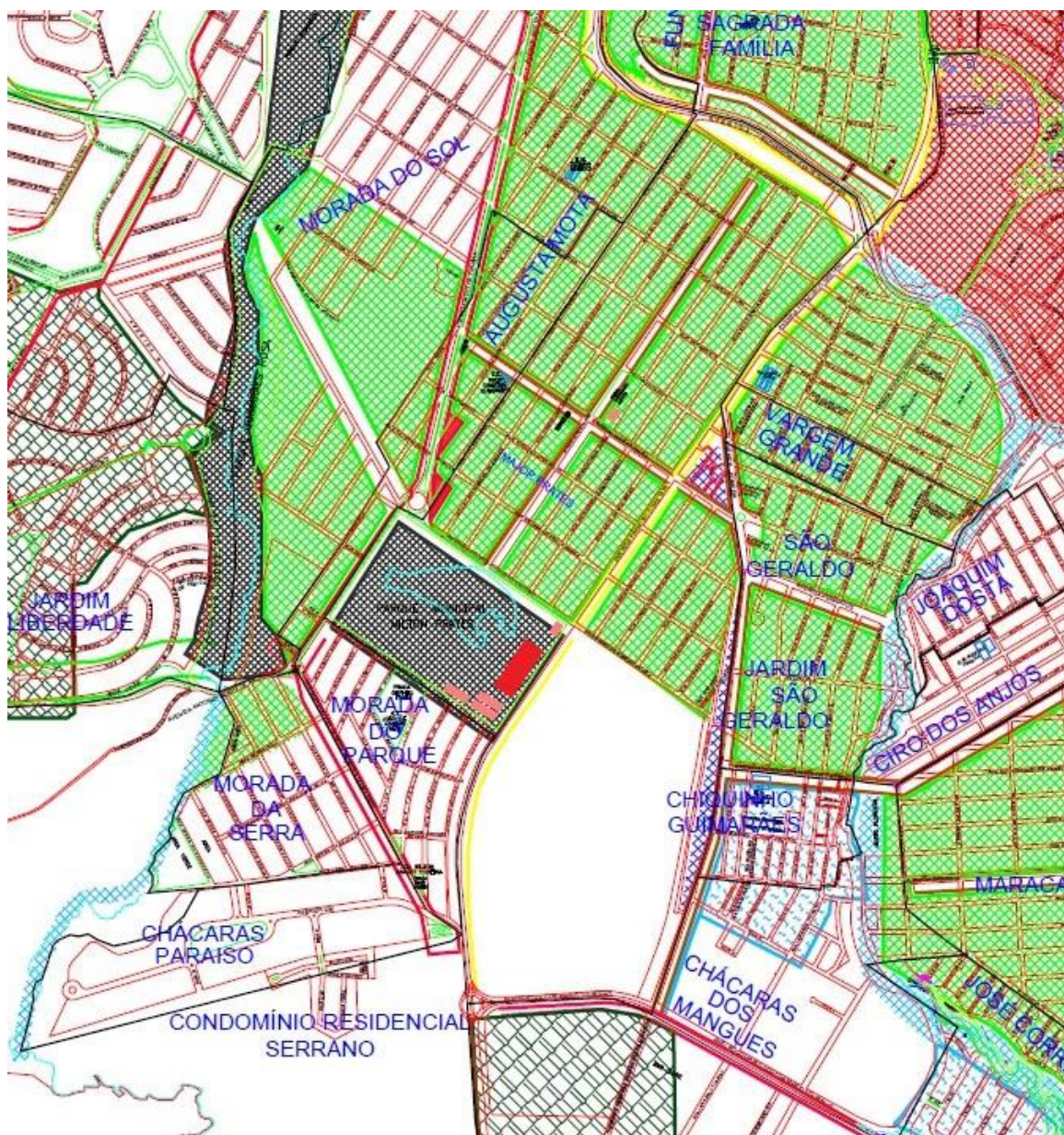
Figura 7 - Mapa de Zoneamento e uso do solo (SEPLA/Prefeitura de Montes Claros, 2020)



Fonte: Adaptado por Seppla/Prefeitura de Montes Claros, 2020.

Na Praça Vicente Mota, no núcleo central do bairro, encontram-se a igreja, o posto de saúde, o batalhão da polícia, e nas vias principais há supermercados, lojas de diversos segmentos, clínicas, salões, bares e lanchonetes. Na avenida Castelar Prates, aos domingos, realiza-se uma feira de produtores locais e regionais, que comercializam produtos alimentícios, atraindo pessoas de toda a cidade.

Figura 8 - Zoneamento macro do bairro Major Prates

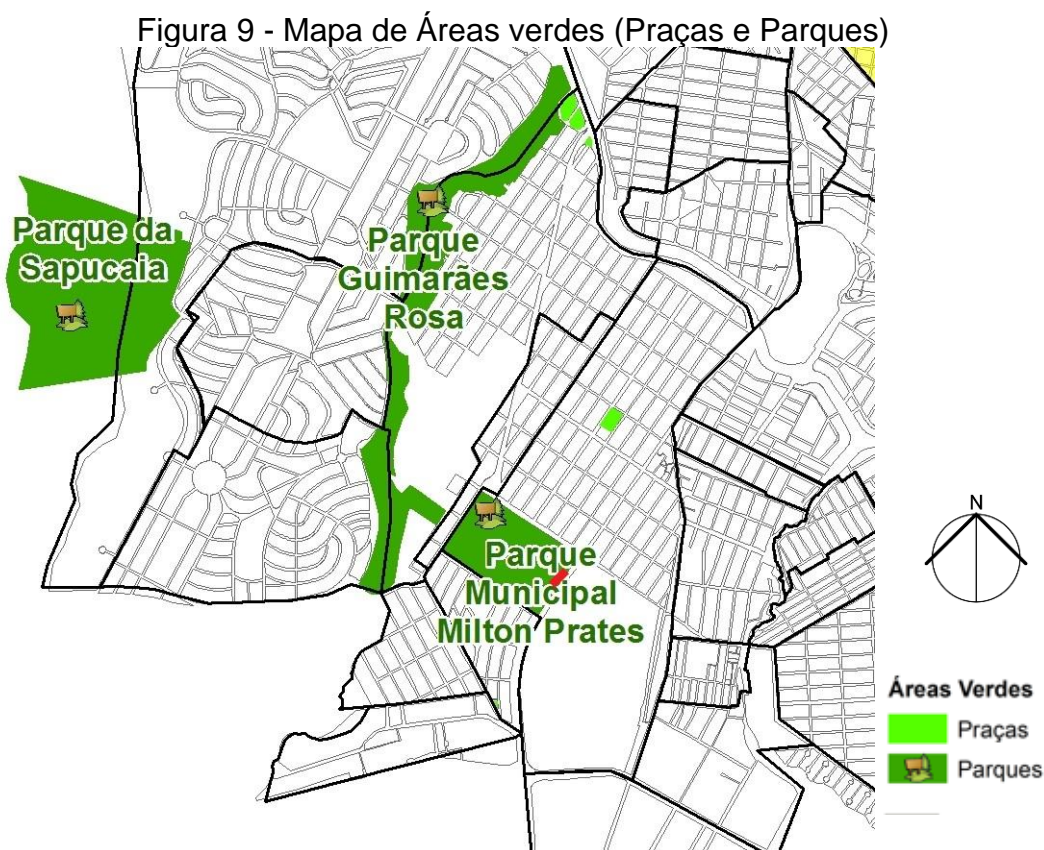


Fonte: Adaptado por Sepla/Prefeitura de Montes Claros, 2020.



O Parque Municipal Milton Prates cujo nome homenageia o antigo proprietário das terras que hoje é o bairro Major Prates, é um grande atrativo para os moradores do bairro e de toda a cidade de Montes Claros, sendo utilizado para diversas práticas de lazer, desde o simples ato de flunar até ser ponto de encontro de grupos diversos. Apesar disso, o Parque Municipal carece de modernização e de adequação aos novos usos propostos pelos próprios cidadãos. O parque funciona todos os dias da semana,

das 7:00h às 21:00h. A construção de uma pista de caminhada e corrida ao redor da lagoa trouxe um novo atrativo para o lugar e é possível observar todos os dias as pessoas utilizando o espaço para tal fim (FIGURA 9).



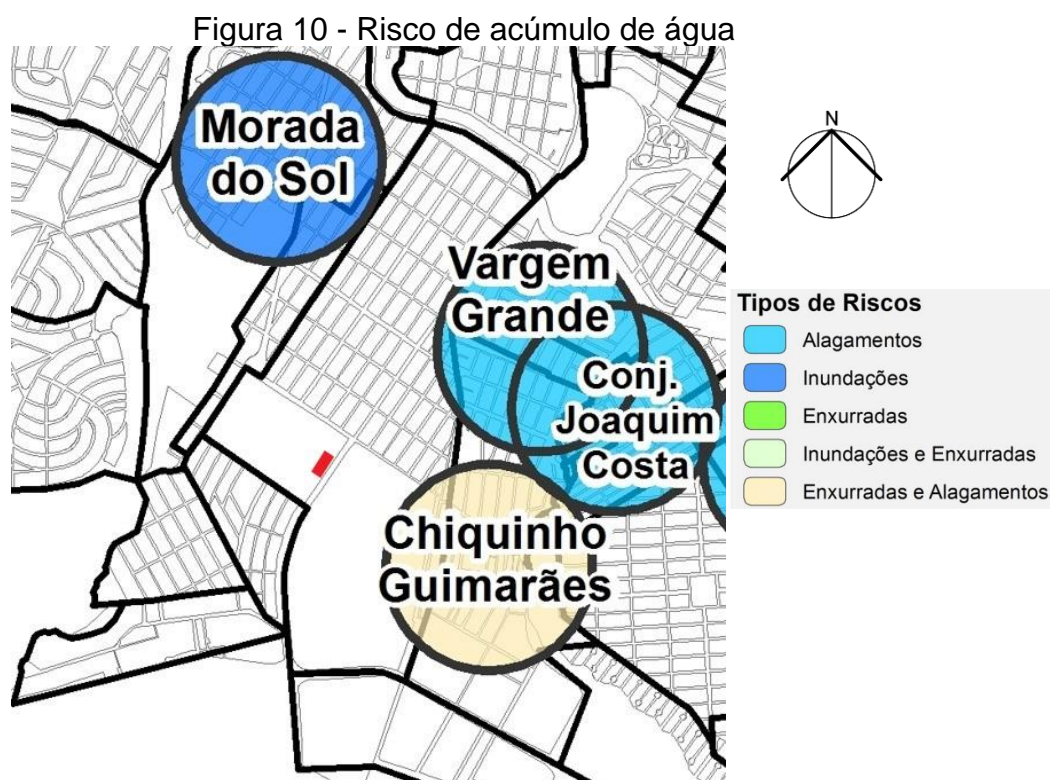
Fonte: Sepla/Prefeitura de Montes Claros.

Na figura 10, é mostrado os possíveis riscos referentes ao acúmulo de água e falta de escoamento devido à intensa atividade antrópica na região. Ao percorrer toda a área do parque, é perceptível a identificação dos impactos ambientais internos no seu entorno. Ainda, pode-se verificar a situação de impactos atuais sobre a lagoa e constatar uma forte influência da atividade antrópica, visto que é uma área inserida no perímetro intensamente urbanizado.

Ao mencionar os possíveis riscos relacionados ao acúmulo de água e falta de escoamento devido à atividade antrópica (ou seja, a ação humana) na área do parque e seu entorno, destaca-se os efeitos da urbanização acelerada e desordenada que podem ser observados no bairro. Esses impactos ambientais, como o acúmulo de água e a falta de escoamento, podem estar associados ao crescimento urbano e à ausência de planejamento adequado para lidar com as consequências dessa

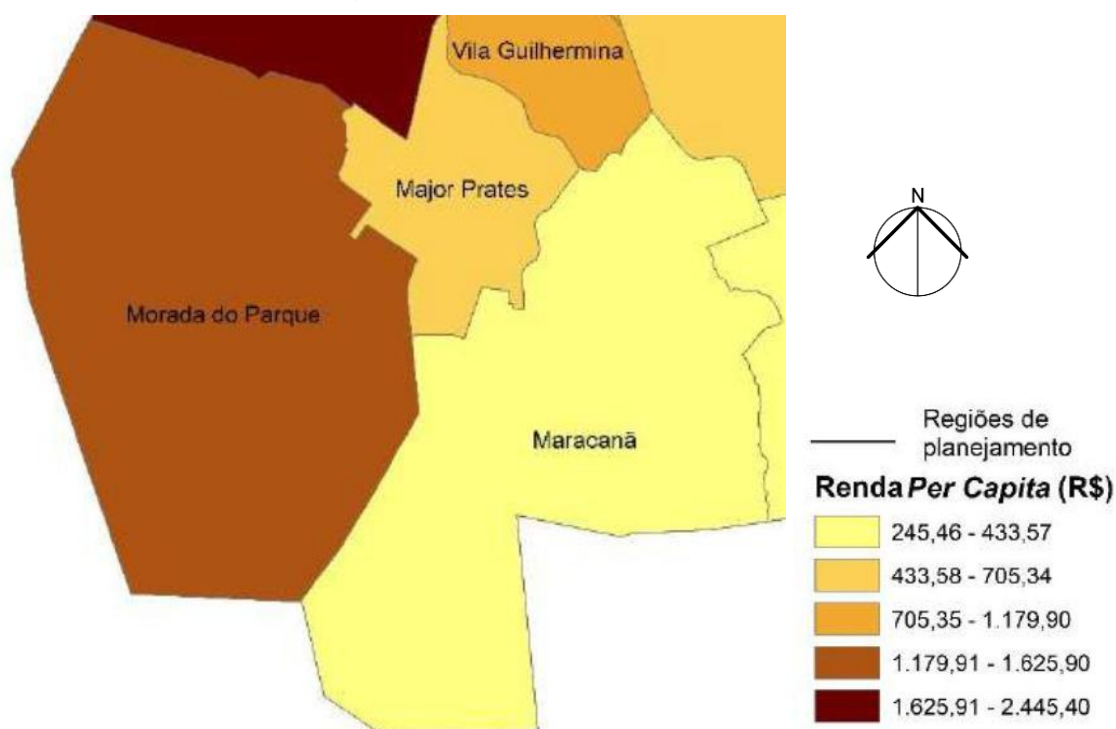
expansão. A menção à forte influência da atividade antrópica sobre a lagoa é relevante para compreender como a urbanização pode afetar os recursos naturais presentes no bairro e seu entorno. A urbanização intensa pode resultar em degradação ambiental, perda de áreas verdes e alterações nos ecossistemas, impactando negativamente a qualidade de vida e a sustentabilidade do espaço urbano. Nesse contexto, a identificação dos impactos ambientais internos e a situação de impactos atuais sobre a lagoa no bairro Major Prates ressaltam a importância de se analisar os efeitos da produção capitalista do espaço urbano, que muitas vezes prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento das questões ambientais e sociais.

O bairro Major Prates apresenta uma diversidade de uso do solo e também várias condicionantes ( FIGURAS 10 a 16),. Na figura 11, é relacionado a renda de seus residentes que apresentam renda *per capita* entre 433,58 e 705,34 reais (LEITE, 2020, p.37). O rendimento domiciliar é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. São considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes de todos os moradores (LEITE, 2020, p.37).



Fonte: Adaptado por Sepla/Prefeitura de Montes Claros.

Figura 11 - Renda per capita



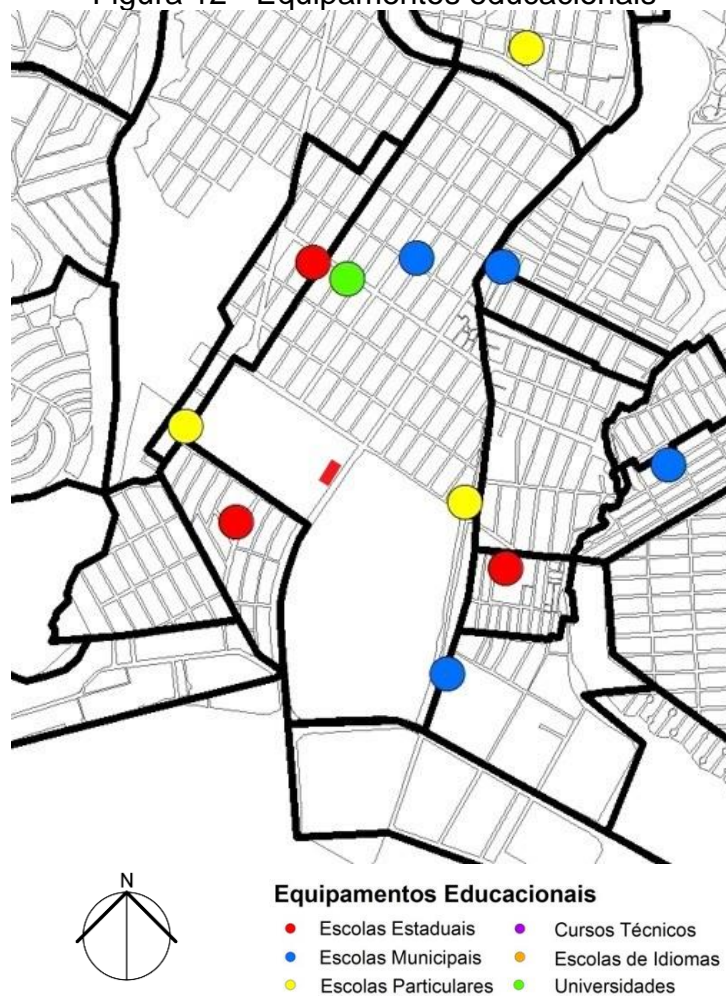
Fonte: Adaptado por LEITE, 2020.

A região adjacente ao Major Prates possui dois cursos de água importantes na região: Rio Vieira, que deságua no Rio Verde Grande e o Córrego dos Mangues. Além disso, o bairro tem uma lagoa inserida dentro da Área Permanente de Proteção (APP). Pode-se verificar a situação de impactos atuais sobre a lagoa e constatar uma forte influência da atividade antrópica, visto que é uma área inserida no perímetro intensamente urbanizado. No que tange à qualidade da água da lagoa, os resultados de pesquisa realizada por Braga (2021) demonstram que, embora a lagoa receba muitos impactos da ação antrópica de seu entorno, ela apresenta qualidade de água viável para seus usos atuais, como a navegação com pedalinhos, sem contato primário com a água. Quanto à qualidade do ar, Braga (2021) observa que a intensa urbanização de seu entorno possibilitou níveis de poluição forte e média, com melhores resultados na porção central do parque. A informação apresentada é relevante para entender o bairro Major Prates no contexto da produção capitalista do espaço urbano, pois aborda aspectos ambientais e urbanísticos que influenciam diretamente as dinâmicas socioeconômicas e políticas da região.

Nos mapas a seguir (FIGURAS 12, 13 e 14) serão apresentados os equipamentos urbanos disponibilizados à população no bairro Major Prates com o

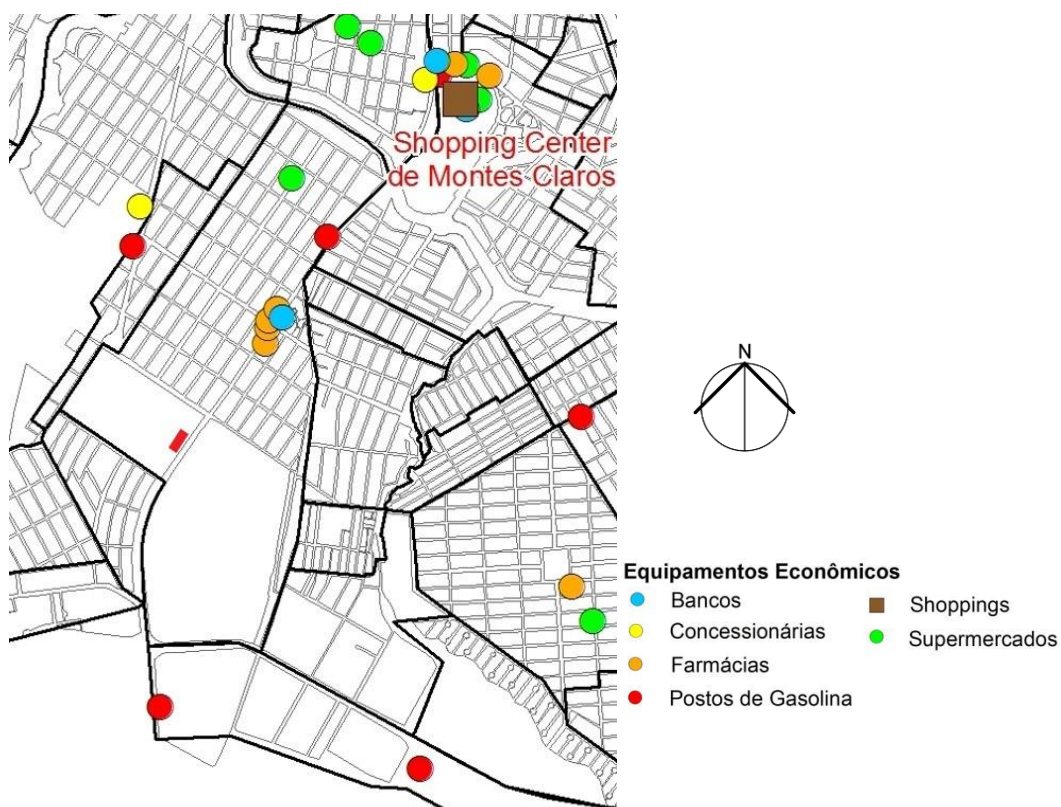
intuito de mostrar como o Major Prates concentra várias atividades comerciais e instituições, revelando como o Estado está presente em seus diversos níveis.

Figura 12 - Equipamentos educacionais



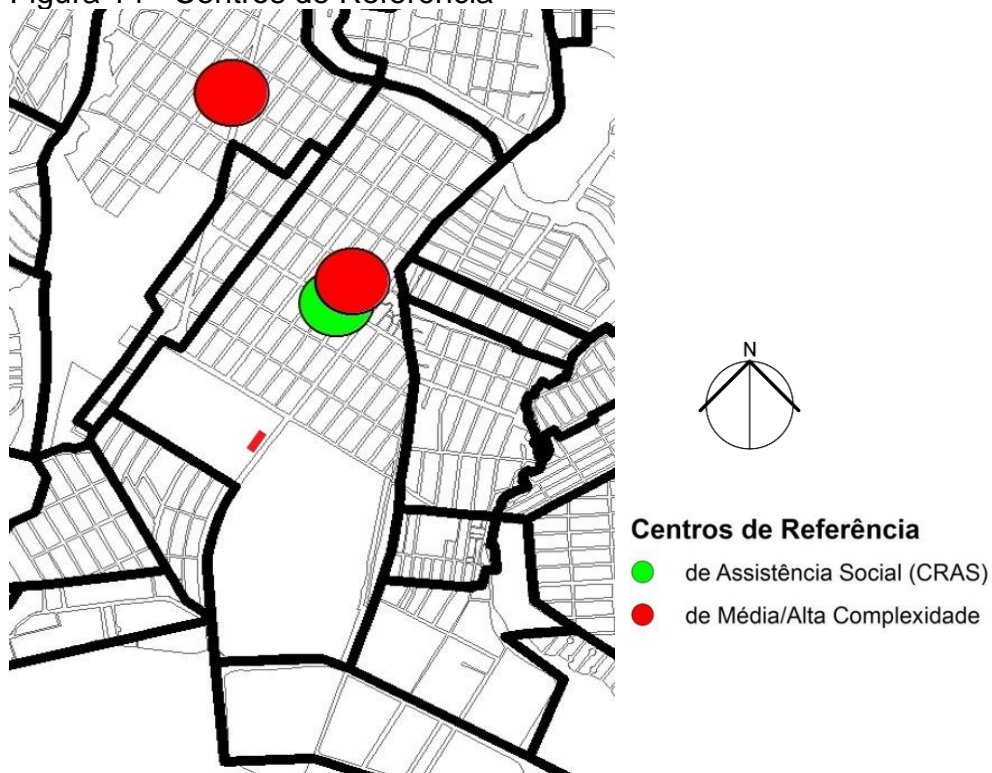
Fonte: Adaptado por Sepla/Prefeitura de Montes Claros.

Figura 13 - Equipamentos econômicos



Fonte: Adaptado por Sepla/Prefeitura de Montes Claros.

Figura 14 - Centros de Referência



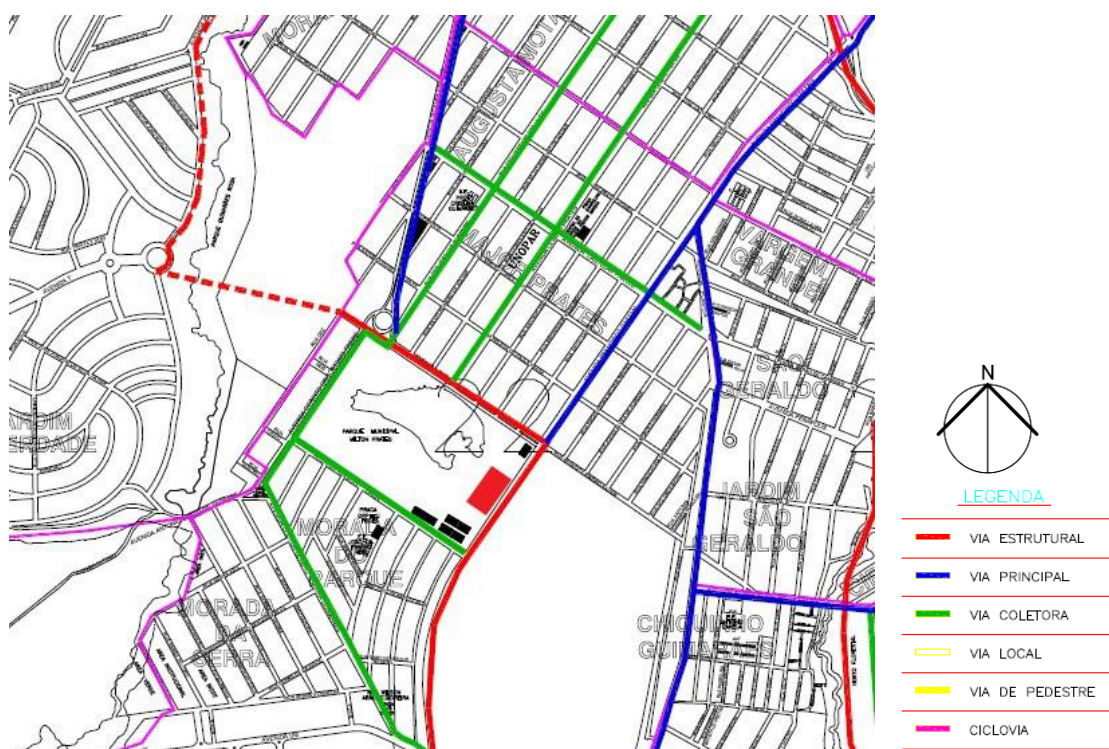
Fonte: Adaptado Sepla/Prefeitura de Montes Claros.

Vimos até aqui que o bairro Major Prates concentra investimentos de cunho privado e público, o que é uma característica urbanística importante para fixação e reprodução do capital em seu espaço:

A área de estudo do bairro Major Prates caracteriza-se por uma malha predominantemente regular, com os cruzamentos em forma de “X”, quarteirões tendendo para o formato retangular, com tamanhos e proporções parecidos. Nesse caso, o tecido se assemelha a um tabuleiro de xadrez, o que tende a aumentar a quantidade de rotas possíveis de se percorrer entre os destinos. Essa característica proporciona maiores valores de conectividade e de integração às vias. A malha urbana é predominantemente ortogonal, com segmentos de vias mais curtos, oferecendo muitas opções de caminhos (TEIXEIRA, 2018, p.84).

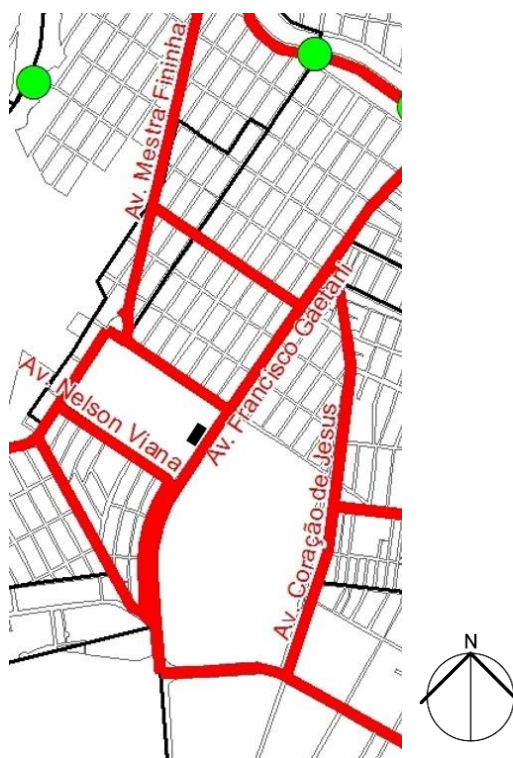
Após análise das diretrizes do plano diretor para o Major Prates, é notável a diversidade de possibilidades de uso e ocupação do bairro, sendo possível a edificação de comércios, edificações com mais de dois pavimentos, e outros tipos de uso menos comuns em bairros residenciais. Segundo Teixeira (2018) essa característica diferencia o Major Prates, no sentido de atrair uma dinâmica imobiliária mais intensa, com maior valorização dos lotes, inclusive porque apresenta muitos pontos de referência que interferem e ampliam essa valorização.

Figura 15 - Hierarquia Viária



Fonte: Adaptado por Seppla/Prefeitura de Montes Claros.

Figura 16 - Principais acessos



Fonte: Sepla/Prefeitura de Montes Claros.

Há uma presença grande de filiais de empresas já presentes no núcleo central da cidade. Tal fato decorre das potencialidades que algumas áreas apresentam para o consumo e reprodução do capital, representadas por sistema de transporte, alto povoamento e infraestrutura urbana, dentre outras (TEIXEIRA, 2018). Ainda segundo Teixeira (2018) o subcentro possui um sistema viário que articula um grande volume de pessoas e veículos para a região central da cidade (FIGURA 15 e 16). Entre as principais avenidas de acesso a esse subcentro, estão a Francisco Gaetani e a Castelar Prates, que assumem um importante papel na concentração de comércio e prestação de serviços. Nessas duas avenidas principais do subcentro, convergem grandes fluxos de pessoas e veículos. Ademais, registra-se que esse espaço também faz limite com a BR 351, que interliga o município de Montes Claros à Pirapora, no Norte de Minas, e à Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

Com tantas amenidades no que diz respeito à infraestrutura, a presença de instituições e de grande quantidade de prestadores de serviços, o bairro Major Prates torna-se um grande atrativo para outros bairros da cidade.

As análises apresentadas sobre o bairro Major Prates, abordando os aspectos ambientais, urbanísticos e políticos, podem contribuir significativamente para entender

a reprodução do espaço capitalista nessa região. Vejamos como cada um desses elementos pode contribuir para essa compreensão:

- Aspectos ambientais: Ao destacar a presença de cursos de água importantes, como o Rio Vieira e o Córrego dos Mangues, e a existência de uma lagoa na Área de Preservação Permanente (APP), as análises permitem identificar a relação do espaço urbano com os recursos naturais disponíveis. A constatação da forte influência da atividade antrópica na região revela como a urbanização e a expansão urbana podem impactar negativamente o meio ambiente, afetando a qualidade da água, a poluição do ar e outros aspectos ambientais
- Aspectos urbanísticos: A menção aos equipamentos urbanos disponibilizados à população no bairro, bem como a concentração de atividades comerciais e instituições, demonstra como o espaço urbano é organizado e estruturado para atender às demandas econômicas e sociais da população. Essa configuração reflete as dinâmicas da produção capitalista, com a oferta de serviços, comércios e infraestrutura que sustentam a atividade econômica no bairro.
- Aspectos políticos: Ao mencionar a presença do Estado e sua atuação em diferentes níveis, as análises revelam como as decisões políticas e governamentais podem influenciar a reprodução do espaço capitalista no bairro. A oferta de recursos e serviços públicos, as políticas de planejamento urbano e as relações de poder entre os atores locais são elementos políticos que moldam a configuração do espaço urbano e a reprodução do sistema capitalista.

Ao integrar esses três aspectos, as análises oferecem uma compreensão mais abrangente da reprodução do espaço capitalista no bairro Major Prates. Elas evidenciam como a urbanização, a exploração dos recursos naturais, as relações políticas e as dinâmicas econômicas estão interconectadas nesse contexto específico. Além disso, permitem identificar os desafios e contradições presentes no processo de reprodução do espaço capitalista, como a preservação ambiental, a distribuição desigual dos recursos e a influência do poder público na configuração urbana. Compreender essas dinâmicas é fundamental para avaliar o papel do bairro Major

Prates dentro do sistema capitalista mais amplo e para identificar possíveis estratégias de planejamento urbano e políticas públicas que promovam um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e equitativo do espaço urbano. Estruturalmente, o bairro Major Prates possui todas as condicionantes para ser campo efetivo de reprodução do capital, sendo atrativo para diversos agentes produtores do espaço urbano. É o campo de batalha ideal para conflitos e contradições que iremos explorar nos próximos subtópicos.

### **2.3 Espaço intraurbano em transformação (processos de especulação imobiliária e verticalização no bairro Major Prates)**

No tópico 2.1, foram explicitados os conceitos de urbanização e de industrialização, processos estes que foram importantes na consolidação e expansão das cidades e também na reprodução e produção do espaço urbano capitalista. Dentro da realidade da cidade de Montes Claros/MG, podemos perceber, como consequência daqueles processos, a formação do subcentro no bairro Major Prates, que ainda está em constante transformação. Uma investigação mais detalhada do bairro permitirá a compreensão das implicações sociais, econômicas e espaciais da especulação e da verticalização, levando em consideração aspectos como a desigualdade social, segregação espacial e dinâmicas de poder presentes na produção e reprodução do espaço urbano capitalista.

Dessa forma, o presente subtópico visa aprofundar a compreensão das transformações ocorridas no espaço intraurbano do bairro Major Prates, analisando os processos de especulação imobiliária, verticalização e mudança nos partidos arquitetônicos à luz de conceitos pertinentes a este trabalho. Ao examinar os atores envolvidos, os mecanismos de controle e as consequências para a cidade de Montes Claros, busca-se contribuir para o conhecimento sobre a produção e reprodução do espaço urbano capitalista no contexto da urbanização brasileira e suas implicações para seus moradores e população flutuante do bairro.

Como resultado do crescimento econômico e do desenvolvimento urbano, a demanda por espaços habitacionais e comerciais aumenta, promovendo a valorização dos imóveis e a consequente pressão por verticalização. Nesse contexto, é essencial compreender as dinâmicas socioeconômicas, políticas urbanas e interesses corporativos que impulsionam essas transformações no espaço intraurbano.

As transformações no espaço urbano capitalista, incluindo aqui o subcentro do Major Prates, são frutos das ações de agentes sociais e incluem práticas que se fazem “via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança do conteúdo social e econômicas de áreas da cidade” (CORRÊA, 2004, p.11).

Roberto Lobato Corrêa, em seu livro “O espaço urbano” cita claramente quais são os agentes produtores do espaço urbano capitalista. Dentro desta ótica, ele explica que estes agentes são os seguintes:

- (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- (b) os proprietários fundiários;
- (c) os promotores imobiliários;
- (d) o Estado; e
- (e) os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2004, p.12).

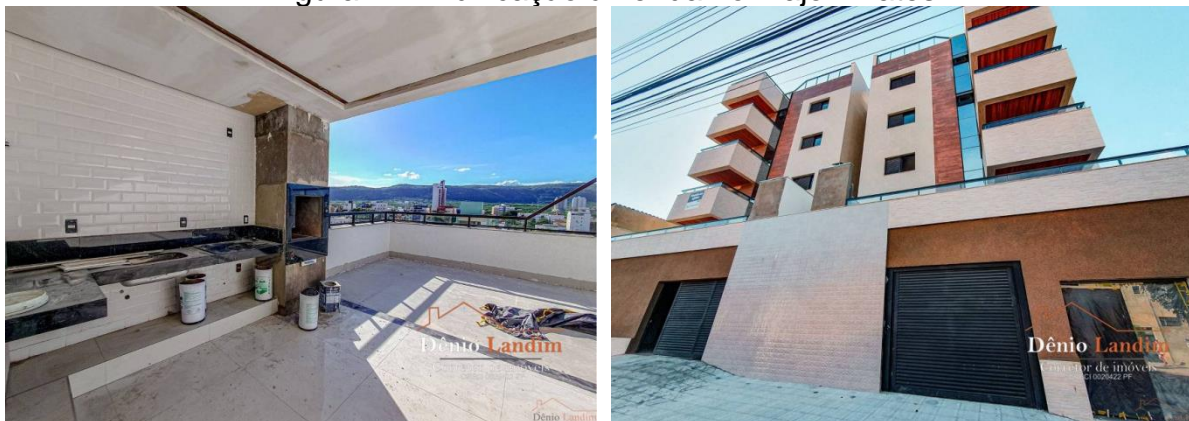
Corrêa (2004) diz ainda que estes agentes atuam dentro de uma égide de regulações que permitem que ocorram transgressões convenientemente aos seus interesses, e que os três primeiros agentes têm um interesse em comum: a apropriação da terra. Podemos relacionar os agentes citados por Corrêa (2004) às ações ocorridas no bairro Major Prates. Essa distinção nos ajudará na compreensão do que ocorre no bairro, percebendo de forma global as nuances de cada processo.

O bairro Major Prates foi criado a partir de um único proprietário de terra, que dividiu esse espaço em glebas e vendeu às classes trabalhadoras em uma primeira onda de expansão da cidade de Montes Claros neste bairro, ou seja, surgiu a partir de um único proprietário fundiário. O que foi percebido ao realizar o registro fotográfico de alguns locais do bairro na atualidade, foi que ele passa por uma nova onda de investimentos advindos principalmente dos promotores imobiliários que vendem o discurso das amenidades que estão à disposição do cliente no bairro, referendando assim a ideia de um espaço de uso, a ser explorado.

Para além disso, a especulação imobiliária, um fenômeno recorrente no ambiente urbano, configura papel importante na produção e reprodução do espaço intraurbano do subcentro Major Prates. Observa-se a compra e venda de imóveis, por meio dos promotores imobiliários, com o intuito de obtenção máxima de lucro mediante a valorização em função da localidade do investimento. O exemplo nas

imagens a seguir é de um investimento imobiliário na avenida Olímpio Prates, que ultrapassa valores de venda das edificações no seu entorno, chegando a quase R \$750.000 o apartamento na cobertura (FIGURA 17).

Figura 17 - Edificação à venda no Major Prates



Fonte: [www.vilareal.com.br](http://www.vilareal.com.br), 2023.

Em seu anúncio, é exaltada a localização e valorização do bairro (FIGURA 18). Essa valorização imobiliária catalisa a verticalização em vários pontos do bairro Major Prates. O que é peculiar é que, no bairro, as edificações não ultrapassam os 4 andares. Isso porque a legislação, especificamente no Código de Obras da cidade de Montes Claros, define que seria necessário a instalação de elevadores a partir de edificações com mais de 12 metros (Subseção III, art. 66), o que encareceria a edificação e, conseqüentemente, seu preço final.

Figura 18 - Anúncio da edificação à venda no Major Prates

Venha mora no coração do Major, na rua do supermercado Maciel, a um quarteirão da principal praça do bairro, onde tem centro de saúde, escola, posto da policia, igreja, Você que ainda não conhece o bairro Major Prates, o mesmo é um dos bairros mais valorizado da cidade, todo estruturado com banco, academias, bares, posto policial, supermercados, farmácias e a feirinha mais famosa de cidade.

Não perca esta oportunidade de Morar bem.

Venda

03 dorms / 01 suíte

02 Vagas

Área terreno: 125m<sup>2</sup>

Bairro Major Prates

Preço R\$ 750.000,00

Fonte: [www.vilareal.com.br](http://www.vilareal.com.br), 2023.

Outro ponto importante é a diversidade de tipologias arquitetônicas no bairro: há várias edificações uni e multifamiliares na mesma rua, por exemplo, caracterizando

a diversidade de usos existente no bairro (FIGURA 19). Essas transformações repercutem tanto na morfologia quanto na dinâmica social do bairro (FIGURA 20).

Figura 19 - Diferentes tipologias do bairro Major Prates



Fonte: Próprio autor, maio de 2023.

Figura 20 - Residência multifamiliar/rua Sílvio Romero de Aguiar



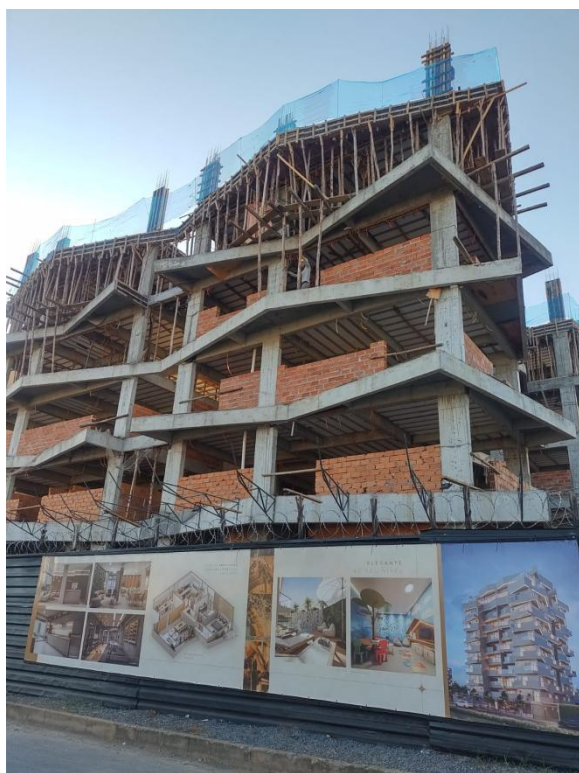
Fonte: Próprio autor, maio de 2023.

Nas figuras 22 e 23 abaixo, retiradas do Google Maps, referentes à rua Laura Prates com a rua Sílvio Romero de Aguiar, tiradas, respectivamente, em 2012 e em 2022, o que se observa é a mudança ocorrida nesse espaço de 10 anos no bairro

Major Prates. Há uma verticalização intensa (FIGURA 21), com residências unifamiliares e multifamiliares sendo construídas em vários pontos do bairro. As imagens ilustram bem esse fato, sendo que se percebe com mais intensidade nas imediações dos bairros Augusta Mota e nas proximidades do Parque Municipal Milton Prates. A rua Laura Prates fica nas imediações do bairro Augusta Mota, onde há uma concentração de casas com alto valor agregado e construção de edifícios de alto padrão (imagem)

Além disso, é possível perceber na imagem de 2022 a instalação de um comércio local, com sua expansão vertical. Uma característica que salta à primeira vista é a instalação do comércio no térreo e no primeiro andar a instalação de uma residência unifamiliar. Esse padrão de partido arquitetônico vai se repetir em outros pontos dentro do bairro Major Prates, principalmente na avenida Castelar Prates com a Avenida Francisco Gaetani.

Figura 21 - Edificação rua Laura Prates/ bairro Augusta Mota



Fonte: Próprio autor, maio de 2023.

Figura 22 - Rua Laura Prates/Rua Sílvio Romero Aguiar



Fonte: <https://www.google.com/maps>, maio de 2012

Figura 23 - Rua Laura Prates/Rua Sílvio Romero Aguiar



Fonte: <https://www.google.com/maps>, junho de 2022

Mediante comparações de imagens do Google Maps, pode-se perceber a intenção de mudança ocorrida na rua Sílvio Romero de Aguiar (FIGURAS 24, 25 e 26). Ocorreu uma intensa ocupação com construção de residências unifamiliares modernas e uma edificação multifamiliar. Esses partidos arquitetônicos contribuem para mudanças significativas na dinâmica do bairro que antes era de caráter residencial unifamiliar de renda média, agora com residências multifamiliares de classe média para alta. Além disso, a relação com o entorno muda, já que as edificações não dialogam com a rua, há uma barreira entre o que é privado e público e essa barreira física também determina as maneiras de socialização no bairro. O que poderá acontecer então com as relações existentes entre moradores antigos, e na relação com os novos moradores?

Figura 24 - Rua Sílvio Romero de Aguiar



Fonte: <https://www.google.com/maps>, maio de 2012.

Figura 25 - Rua Sílvio Romero de Aguiar



Fonte: <https://www.google.com/maps>, junho de 2019.

Figura 26 - Rua Sílvio Romero de Aguiar



Fonte: <https://www.google.com/maps>, junho de 2019.

Um exemplo de como as relações se dão no nível da rua pode ser descrito, quando da observação no dia da visita de campo, onde foram registradas as imagens

da Rua Silvio Romero de Aguiar (FIGURA 27). Havia 3 moradores que aparentavam meia-idade na porta de uma casa, bem em frente à edificação multifamiliar citada anteriormente; um varrendo, outro jogando água e outro aparentando estar esperando o horário para ir trabalhar. Havia ali uma relação de proximidade, confiança, de humor e boa convivência, uma vez que o diálogo ocorria de forma descontraída e despreziosa. Percebi também que mesmo conversando, eles perceberam minha presença quando eu estava fazendo o registro da edificação e eles ficaram curiosos com o que estava acontecendo. Após um breve bom dia direcionado a eles, fiz os registros e percebi que retornaram às suas conversas, ignorando-me após certa verificação.

Ficou nítido a relação desses moradores com seu entorno, sendo que a presença deles servia também como um fator de segurança ou verificação do que acontecia nas imediações de suas residências. O que pode ser percebido é que a segurança “...é mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamentos espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2014, p. 19). Essa rede de apoio vem de relações que foram estabelecidas no decorrer de muito tempo e que agora aparentam estar ameaçadas por outra forma de interação com o espaço público. Uma forma de relação com o espaço público diferente, que prima apenas a rua como espaço de ir e vir e não como espaço da criação, da criatividade e das conexões. Cabe questionar como ficará essas redes após mudanças intensas no modo de vida de seus novos moradores. Haveria uma fusão de hábitos ou não? Esses questionamentos poderão ser elucidados no decorrer do desenvolvimento do próprio bairro Major Prates e de forma inicial neste presente trabalho.

O comércio no bairro Major Prates também sofreu mudanças no decorrer do espaço temporal de 2009 até à atualidade, nas comparações realizadas por meio de imagens retiradas do Google Maps e também mediante registros *in loco*. Os estudos realizados tiveram como foco a avenida Castelar Prates, que é o local onde acontece a Feira do Major e também onde se localiza a maior parte do comércio.

Figura 27 - Edificação na rua Sílvio Romero de Aguiar em maio de 2023



Fonte: Próprio autor, maio de 2023.

Entre os períodos de 2012 e 2022, percebe-se uma intensa mudança nas tipologias das edificações comerciais (FIGURAS 28 e 29), que aumentaram de número e também foram investidas novas formas de fazer comércio. Pode-se perceber no espaço-tempo estudado que as edificações sofreram aprimoramentos para se adequar às suas funções ou até foram inteiramente reconstruídas. Por exemplo: onde havia uma *Lan house* em 2012 hoje é uma loja de produtos eletrônicos. O espaço urbano capitalista também vai se adequando às demandas e a população vai se adaptando às diferentes formas de consumo e de uso do espaço.

Figura 28 - Avenida Castelar Prates com a Rua Raimundo Neto



Fonte: <https://www.google.com/maps>, maio de 2012.

Figura 29 - Avenida Castelar Prates com a Rua Raimundo Neto



Fonte: <https://www.google.com/maps>, maio de 2012.

Há também um comércio pujante na avenida Francisco Gaetani que liga o bairro em direção ao centro da cidade e em direção à BR 251 (Rodovia Júlio Garcia), porém, nesta avenida já há uma maior incorporação de características padronizadas de um comércio consolidado, enquanto que na avenida Castelar Prates é perceptível a recorrência de edificações mais antigas com função residencial e que contrastam com o comércio que está sendo modificado dentro da linha do tempo estudada (FIGURA 30).

Figura 30 - Avenida Castelar Prates com a rua Raimundo Neto



Fonte: <https://www.google.com/maps>, maio de 2022.

Na figura 31, vemos um exemplo de uma residência na cor verde e ao seu lado direito outra edificação com o mesmo partido arquitetônico, porém, adaptado à função de comércio com extensão de seu piso superior.

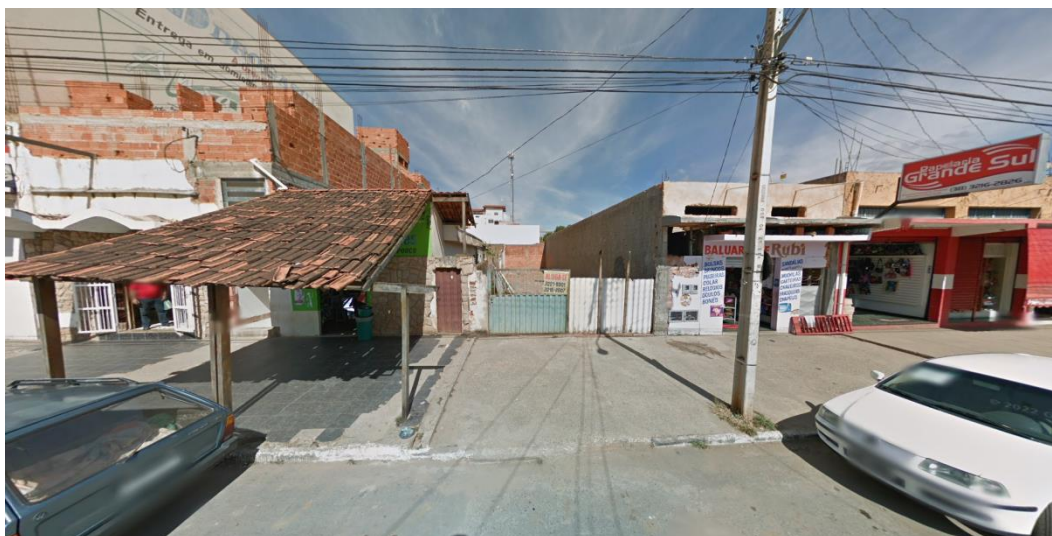
Figura 31 - Av. Castelar Prates



Fonte: Próprio autor, maio de 2023.

Já nas figuras 32 e 33, vemos um exemplo de mudança de partido arquitetônico de residência unifamiliar e comercial para uma edificação exclusivamente comercial. Foi possível identificar que, no decorrer dos anos 2012, 2017 e 2023, o tipo de comércio que se estabeleceu foi sendo modificado de acordo com as demandas e investimentos dos empresários locais e regionais. Na primeira imagem, datada do ano de 2012, há duas edificações com função comercial que vendem artigos diversos como bonés e bolsas e no meio da imagem há um lote a ser alugado.

Figura 32 - Avenida Castelar Prates, 254



Fonte: <https://www.google.com/maps>, maio de 2012.

Já na imagem de 2017, temos este local onde existia o lote já edificado e com a função de um comércio com algumas pequenas lojas em seu interior, chamado de Major Center. O comércio que existia ao lado direito e esquerdo deste lote tornou-se um consultório médico, um escritório de advocacia e uma franquia de uma rede de perfumaria nacional. Atualmente, o Major Center se transformou em uma franquia de farmácia que está presente em várias cidades do estado de Minas Gerais. Através destes exemplos, é notável como o comércio local do bairro vai aos poucos sendo tomado por grandes redes de comércio regional e nacional.

Figura 33 - Avenida Castelar Prates, 254



Fonte: <https://www.google.com/maps>, maio de 2017.

Além da influência dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários, o bairro Major Prates sofre influência também do Estado, seja nos níveis municipal,

estadual ou federal a fim de organizar, ordenar e garantir o acesso aos serviços de educação, saúde e segurança de seus habitantes. Podemos citar, por exemplo, a presença do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), de um Centro Municipal de Educação (CEMEI), Unidade Básica de Saúde (UBS), presença da polícia militar fixa na praça central do bairro (FIGURA 34) e também móvel na avenida Francisco Gaetani.

O Estado está presente também desde a ordenação do espaço urbano do bairro, aplicando as leis necessárias para sua implantação, passando pela garantia de acesso às ruas asfaltadas, energia e água.

Figura 34 - Praça Vicente Mota



Fonte: Próprio autor, maio de 2023.

Todas essas amenidades são essenciais à população, mas entendemos que isso faz parte de um jogo de interesses em que o Estado funciona como agente misto, ora seguindo orientações da iniciativa privada e ora agindo com relação às pressões da sociedade civil. Percebemos que, ao realizar a visita *in loco*, no que diz respeito à estrutura para a feira do Major Prates, carece de reestruturação com novas barracas e também de um ordenamento que permita uma equidade para todos os feirantes, além disso, a estrutura principal onde está localizado a praça Vicente Mota, a qual passou por uma revitalização em 2014, e que engloba a 67ª Cia da Polícia Militar, UBS e quadra esportiva precisa de uma modernização de seu mobiliário urbano e do paisagismo, pois se encontra em estado de conservação precário.

Após todas essas ponderações sobre os processos de transformação dentro do bairro Major Prates, percebemos que os agentes citados por Corrêa (2004) são atuantes na transformação do bairro. Ainda não foram citados outros agentes, como

os grupos socialmente excluídos e abordaremos outras formas de produção do espaço urbano capitalista por outros agentes no decorrer deste trabalho.

Após análise dos processos de especulação imobiliária e verticalização no bairro Major Prates, percebemos o quanto esses processos são inerentes às transformações do espaço urbano capitalista e este subcentro é um exemplo dessa produção e reprodução que exclui parte da população do acesso a estes locais. Até o momento desta pesquisa, o bairro ainda oferece uma diversidade de acesso, mas é evidente que as transformações internas nos dizem que isso está sendo modificado e é preciso estarmos atentos a isso.

A verticalização tem sido um fenômeno recorrente no bairro Major Prates, e o adensamento urbano é catalisado pela concentração de serviços e infraestrutura em áreas menores, sobrecarregando as redes de infraestrutura, descaracterizando o ambiente e a forma desigual de ocupação do espaço.

Percebemos até o momento que é crucial a formulação de políticas públicas e estratégias de gestão urbana que busquem conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação das características socioculturais do bairro Major Prates e a promoção da justiça espacial. A participação ativa da comunidade local e o engajamento de diferentes atores são fundamentais para garantir uma abordagem mais equilibrada e inclusiva na produção do espaço urbano capitalista.

Portanto, analisar o espaço intraurbano e as transformações no bairro Major Prates nos dá uma compreensão dos aspectos que permeiam as cidades médias brasileiras dentro de uma conjuntura de produção e reprodução capitalista do espaço urbano, ajudando no desenvolvimento de estratégias para possibilitar a mitigação de problemas que atingem ou podem atingir a população local, garantindo também a permanência de aspectos socioculturais do bairro.

#### **2.4 A feira do Major: capitalização da cidade, instrumentos de controle e produção do espaço urbano**

A cidade de Montes Claros é caracterizada como uma cidade média, que tem sua complexidade por ser capital regional e que se coloca como espaço onde a vida cidadina e o modo de produção do espaço urbano capitalista se misturam de diversas formas. A feira, localizada no subcentro do bairro Major Prates em Montes Claros, pode ser citada como um importante exemplo de espaço onde as relações sociais

citadinas se fundem com o modo de produção do espaço urbano capitalista, evidenciando tanto os aspectos culturais e simbólicos da vida citadina como a relação de uso e troca numa lógica capitalista.

Segundo Bortolo, Melo e Ferreira (2019, p. 77), dentre as diversas peculiaridades, que fazem a feira um espaço singular de comércio, observa-se nela uma diversidade, no que tange o estilo de vida dos sujeitos que fazem a feira e que estabelecem relações que não resumem apenas à atividade econômica, traduzindo identidades e imprimindo as formas de apropriação do espaço público.

Para Sato (2007 *apud* BORTOLO, MELO E FERREIRA, 2019), a feira livre é baseada em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas”. O autor ainda acrescenta que:

(...)a proximidade geográfica possibilita o estabelecimento de acordos entre vizinhos de banca. Entre si constroem regras de convivência específica, em geral, válidas apenas para os feirantes que as definem, sendo impraticável qualquer tentativa de generalização. Elas englobam desde a definição de horários de montagem e desmontagem das bancas até a faixa de preços praticados(...) (SATO, 2007, p.99).

Uma questão a ser frisada encontra-se no fato de as feiras apresentarem-se como objeto de estudo em diversas áreas, uma vez que nelas se observa o desenvolvimento de uma gama diversificada de relações (BORTOLO, MELO E FERREIRA, 2019, p. 77).

A dimensão cultural é uma delas e por seu intermédio amplia-se a compreensão da sociedade em termos econômicos, sociais e políticos, assim como se tornam inteligíveis as espacialidades e temporalidades expressas na cidade, na rede urbana e no processo de urbanização (CORRÊA, 2004, p. 167).

De acordo com a classificação realizada por Andrade (2015, *apud* BORTOLO, MELO E FERREIRA, 2019), em que o comércio é dividido em quatro tipos: local, regional, nacional e global; o autor enquadra a feira na primeira categoria, que se nota que o comércio apresenta a sua realização.

[...]entre a população urbana e a rural, nos pequenos centros onde os produtos agrícolas são vendidos e onde a população do campo se abastece dos produtos da cidade. Este comércio é feito, quase sempre, em feiras semanais. [...] Nessas feiras, é interessante observar como as barracas, situadas umas perto das outras, oferecem ao público os produtos mais diversos: louças de barro, frutas, verduras, estatuetas de cerâmica,

ferramentas agrícolas, cereais, roupas feitas, calçados etc. Dá-se nas feiras um verdadeiro encontro entre a cidade e o campo e é nelas que os comerciantes, ligados ao abastecimento das grandes cidades, adquirem os produtos agrícolas a serem aí consumidos (ANDRADE, 2015, p. 118).

A feira do Major Prates, realizada aos sábados, surgiu em outubro de 1985 e possui cerca de 350 feirantes que estão sob o regulamento instituído em 2007 com o objetivo de regimentar seu funcionamento, disciplinando as normas de organização, montagem e desmontagem da Feira, tendo o expositor e o promotor como os sujeitos responsáveis pelo cumprimento das regras que são expostas (BORTOLO, MELO e FERREIRA 2019). Segundo Bustamante e Durães (2015):

Ao longo do tempo a feira tem aumentado de tamanho e possibilitado aos feirantes e clientes o contato com frutas e verduras diversificadas e de qualidade, além de ser uma forma de exposição e divulgação do cultivo, atraindo parcerias com supermercados, sacolões e frutarias (BUSTAMANTE; DURÃES, 2015, p.3).

A feira do Major Prates representa:

(...) dinamismo para o campesinato através da comercialização de produtos excedentes da agricultura familiar camponesa. Esse é o *locus* da reprodução da cultura e modo de vida camponês na sociedade urbana e representa a possibilidade de uma vida digna daqueles que vivem no campo (FREITAS *et al.*, 2017).

Além da geração de renda para os produtores locais/regionais, a feira do Major Prates proporciona um espaço de transmissão de saberes através da produção agrícola e artesanal, produzidos de maneira cultural, valorizando saberes e sabores da cultura camponesa – sertaneja, produzindo e reproduzindo hábitos.

Ainda segundo Freitas *et al.* (2017), podemos afirmar que as feiras continuam sendo mais que simples pontos de trocas e comercialização de bens e serviços, são espaços multifuncionais onde existe sociabilidade, identidade cultural, construção de territorialidades, lugar de lutas e conquistas camponesas; o lugar do habitus.

A partir da caracterização da feira do Major Prates, é importante interpelar as pessoas que participam deste evento sobre os processos que ocorrem no espaço da feira e sobre seus papéis no processo de reprodução do espaço. Como parte integrante do desenvolvimento e da construção de um espaço social em constante modificação, os cidadãos atuam de diversas maneiras na contribuição da reprodução desse espaço. É evidente na consolidação de práticas culturais e também na criação

de novas formas de se relacionar. A feira é o ponto de culminância de uma vida cidadina, é ali que os diferentes se encontram e os desejos se realizam e se contradizem.

Embora as relações sociais e as trocas de saberes sejam parte do fluir da feira do Major Prates, percebemos que o espaço onde a feira se localiza é local também de disputa, de contradições e de busca de visibilidade para os comerciantes da cidade e para políticos que querem obter publicidade e reconhecimento da população, pois estar na feira do Major Prates é estar perto do “povo”. Os visitantes da feira do Major provêm de vários lugares da cidade e da região do Norte de Minas; também, são pessoas de origens de classes sociais diferentes. Ao dialogar com uma comerciante (que será identificada como comerciante 1, que vende cafés gourmetizados, fui informado que nessa feira há um público diverso, porém, ela disse que era difícil a venda de seu produto, se comparado com outras feiras da cidade, justamente pelo fato de que o intuito das pessoas ali na feira, em sua maioria, era comprar produtos de consumo do dia a dia, embora hoje o processo de oferecer produtos de alto valor agregado tenha se intensificado. Todo o comércio na avenida Castelar Prates e outros tipos de comércios, que têm seu funcionamento regular na semana, abrem também nas manhãs de domingo, em função do movimento que a feira promove.

Como dito anteriormente, há uma clara distinção de públicos: têm aquelas pessoas que, no raiar da aurora, correm para a feira para vender seus produtos e há aqueles que vão para garantir o seu produto fresquinho. Há aqueles que chegam depois das 9 e só encontram produtos da xepa, e há aquelas que vão depois das 10 para aproveitar os barzinhos que estão abertos e que servem saborosos petiscos. Em cada uma dessas situações, a feira se torna objeto de busca de desejos de uso e de troca. Nesse contexto, as relações econômicas ditam as relações sociais ou vice-versa? É perceptível essa interdependência entre esses aspectos quando observamos a feira do Major Prates.

Há processos de ocupação espacial que são contrastantes na feira do Major e que é preciso destacar: há o espaço das vendas de produtores rurais, e há o espaço de vendas de produtos com alto valor agregado. Ao realizar visita ao espaço, percebemos uma clara distinção dos feirantes advindos de outras cidades e comerciantes locais que aproveitam a oportunidade para publicizar e vender seus produtos. Questionada sobre a sua localização na feira, a comerciante 1 disse que preferia ficar “mais no meio da feira porque lá no início (da Av. Castelar Prates com a

av. Francisco Gaetani) era feio e que só tinha produto da xepa mais tarde”, assim, o movimento seria pouco e não seria interessante para ela expor seu produto naquele local. Ela também comentou sobre dois barzinhos que se localizam um em frente ao outro e que ela os definiu como: aqueles são de gente feia, que tocam músicas muito altas e o outro é de gente mais bonita, que não tem barulho porque não tem alvará da prefeitura e tem um ambiente melhor, segundo ela. Tentei interpelá-la sobre o que ela definia como feio quando se tratava do barzinho e ela não conseguiu explicar, hesitou e apenas disse que lá teve até show com prostitutas. Cabe ressaltar que essa comerciante 1 é uma feirante que está presente também em outras feiras da cidade de Montes Claros, além de ter um espaço permanente para venda de seus cafés e biscoitos em outro bairro e de ter um restaurante no mesmo local que funciona o café, no período noturno. Segundo ela, as feiras são uma oportunidade de divulgação de seus produtos e a feira do Major não é o foco principal no momento. Confidenciou que anseia pelo início da nova feira (Feira da Carolina) que será localizada no bairro São Luís. Segundo ela, seria melhor, já que lá teria mais condições de venda, pois as pessoas teriam melhores condições financeiras de gastar em produtos, que não seriam essenciais do ponto de vista de quem vai à feira para comprar itens básicos da sua dieta.

Há várias nuances que podemos perceber nas relações entre os comerciantes. A comerciante 1 tem pouco mais de 2 anos que usa a feira para vender e publicizar seus produtos. Sua relação com a feira inicialmente é de uso, mas percebi também uma relação de camaradagem entre outros feirantes. Em um determinado momento em que eu estava a interpelá-la sobre a feira com seu marido, a comerciante 1 foi até a barraca da frente “puxar papo” e brincar com a filha da outra feirante e em outro momento, um senhor veio até a barraca e ficou conversando sobre como estavam os negócios e trocaram afetos. Relações econômicas às vezes ditam as relações sociais, mas também há uma identificação e distinção entre feirantes que são da cidade e feirantes que são da zona rural. Algo ainda a ser verificado.

No que diz respeito à estrutura, é necessário mencionar sobre as bancas que são atribuídas aos produtores agrícolas (em sua maioria) e aos comerciantes da cidade. Aqueles têm sua estrutura financiada pela prefeitura e estes financiam a própria barraca, de material plástico e fácil de manusear e desmontar. A comerciante 1, por exemplo, ao terminar seu expediente, levantou a barraca e retirou tudo de forma rápida. Os produtores agrícolas vêm de outras cidades da região e têm sua banca

garantida. Essa banca é instalada na noite anterior à realização da feira, já que na madrugada de domingo, os feirantes já começam a chegar ao local. Essa estrutura é fornecida pela Prefeitura da cidade, por meio da coordenação da Associação da feira do Major Prates. Como verificado por este pesquisador, as bancas dos produtores rurais sofreram intenso desgaste em sua estrutura de ferro devido à forma de armazenagem (em um local sem cobertura), carecendo de manutenção. Além disso, o número de feirantes diminuiu, como se pode ver nas figuras 35 e 36.

Figura 35 - Feira do Major em 2016



Fonte: Fábio Amaral/site da Prefeitura.

Figura 36 - Feira do Major em maio/2023



Fonte: próprio autor, 2023.

As estruturas das bancas dos comerciantes da cidade, em sua maioria, são financiadas por eles próprios e algumas têm estrutura muito prática para serem desmontadas. Alguns comerciantes vêm com seus carros já equipados para oferecer seus produtos como na figura abaixo (FIGURA 37).

Figura 37 - Feira do Major em maio/2023



Fonte: próprio autor, 2023.

Figura 38 - Feira do Major em maio/2023



Fonte: Próprio autor, 2023.

Dessa forma, a feira livre do Major Prates é um instrumento que evidencia a dinâmica da capitalização da cidade e a produção do espaço urbano (FIGURA 38). Através da observação etnográfica da feira, é possível identificar os instrumentos de controle utilizados pelos diferentes atores envolvidos na produção do espaço, como os comerciantes, consumidores, poder público e outros.

## CAPÍTULO III – MAJOR PRATES: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

### 3.1 Major Prates: incoerências na produção e reprodução do espaço urbano

Figura 39 - Três Pilastras, marco arquitetônico do bairro Major Prates



Fonte: <https://www.youtube.com/@casalcapazeuai>, 2023.

O bairro Major Prates é um local marcado por uma intensa dinâmica social, onde diferentes grupos e comunidades se encontram e interagem diariamente. No entanto, por trás dessa aparente diversidade, também se escondem conflitos e contradições latentes que moldam as relações e o cotidiano dos moradores. Neste capítulo, iremos explorar em profundidade os conflitos e contradições que têm lugar no bairro Major Prates (FIGURA 39), buscando compreender suas causas, manifestações e impactos na vida da comunidade local. Para isso, faremos uso da abordagem etnográfica através da observação participativa, que nos permitirá mergulhar no tecido social e vivenciar de perto essas tensões e disputas.

No âmbito do estudo realizado no Major Prates, foram empregadas técnicas de observação participativa, por meio das quais foram registradas as interações ocorridas durante os percursos realizados nos meses de Janeiro a Junho de 2023, assim como com os diversos atores envolvidos na dinâmica do bairro. Ao longo deste segmento, serão apresentados os resultados compilados dos diários etnográficos, destacando, assim, os principais agentes que compõem a estrutura social do bairro.

Nesse contexto, os diários etnográficos desempenharam um papel fundamental na obtenção de informações ricas e detalhadas sobre as interações sociais, as relações de poder, as dinâmicas culturais e as tensões presentes no bairro, contribuindo para uma análise mais sólida das relações sociais no Major Prates.

Ao analisar os diários etnográficos, foi possível identificar vários agentes que desempenham papéis significativos no cenário local. Estes atores incluem trabalhadores, membros de grupos religiosos, comerciantes locais e moradores de diferentes classes sociais, além do próprio Estado. Além disso, foi possível estabelecer temáticas importantes na diversidade do bairro: segurança, moradia, religiosidade, conflitos e táticas na feira livre do Major Prates.

Quando imergimos no contexto do bairro Major Prates, somos capazes de identificar diversas camadas de experiências, atores sociais e narrativas que moldam e constroem a identidade do bairro sob uma perspectiva capitalista. O primeiro ator que identificamos ativamente dentro do bairro é o Estado, que dispõe de uma variedade de instrumentos que podem ser empregados na produção do espaço urbano.

Em uma das primeiras observações realizadas, percebe-se a relação entre memória afetiva e o espaço urbano que sofreu interferência do Estado. Vemos na IMAGEM acima (figura 39) um símbolo arquitetônico que marca as fronteiras entre os bairros Major Prates e São Geraldo, comumente chamada de: Três Pilastras (FIGURA 39). Essas pilastras não apenas representam um ponto de referência para a população local, mas também ilustram a tentativa do Estado em intervir e regular a circulação de mercadorias mediante mecanismos de cooptação. Conforme relatado pelo Jornal Gazeta Mineira (2020) em matéria referente aos 56 anos do bairro:

[...] as Três Pilastras, que foram instaladas na rodagem que era umas das três áreas de acesso a Montes Claros e hoje chama-se avenida Coração de Jesus, por Geraldo Corsino Evangelista. Recém-chegado de São Paulo, ele comprou parte da então fazenda Vargem Grande, localizada entre as fazendas de Coronel Joaquim Costa, hoje bairro Conjunto Joaquim Costa e de Domingos de Pádua, hoje bairro Jardim São Geraldo. Em 1953 decidiu pelo loteamento do bairro São Geraldo e por ser de São Paulo, as ruas do bairro receberam nomes de cidades paulistas. Ele exigiu que construísse, por solicitação do Estado, uma "duana", espécie de ponto de pedágio de entrada e saída do município. Só que o fazendeiro construiu as pilastras, que receberiam as correntes, na posição errada, às margens da "rodagem", pois deveriam ter sido construídas no meio da rodagem. Desta forma, as imponentes pilastras se tornaram inúteis. Mas são simbólicas. A "duana", por sua vez, foi construída posteriormente no bairro Santo Expedito, em frente ao bar Mar de Espanha [...] (GAZETA MINEIRA, 2020).

Este é um exemplo de como o Estado pode ser usado para interferir no desenvolvimento e na regulação do espaço. Corrêa (2004) esclarece que:

Esta complexa e variada gama de possibilidade de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder (CORRÊA, 2004, p. 26-27).

Pode-se então perceber que o Estado esteve presente desde o início da criação do bairro Major Prates, interferindo em sua dinâmica espacial e incorporando novos sentidos à sua dinâmica espacial através da vivência de seus cidadãos com suas intervenções.

[...]devido a construção das Três Pilastras, elas ficaram servindo como ponto de referência dos corretores da Imobiliária Norte Mineira, responsável pela venda dos lotes”. Isso fez com que a região do bairro Major Prates, ficasse por um tempo sendo chamada de Três Pilastras. O povoado das Três Pilastras tinha como maior referência na época (1964) a fazenda João Congo (hoje bairro Jardim São Geraldo). Mesmo com o nome e com novas famílias começando a ocupar o bairro, os moradores e a população montes clarense ainda cultivaram por um bom tempo o nome da região: Três Pilastras. As Três pilastras, conforme a Dona Luiza Gonzaga Ruas, seria o início da construção de um Posto de fiscalização, que seria transferido do bairro Santo Expedito. O Posto tinha como objetivo a fiscalização da guia de entrada e saída de veículos com mercadoria. Alguns se referiam ao posto como “Posto Corrente”. Próximo às Três Pilastras existia de tudo um pouco: comércio, forró e etc (GAZETA NORTE MINEIRA, 2020).

O Estado age em três níveis político-administrativos: federal, estadual e municipal. A atuação do Estado em cada um dos níveis citados anteriormente é modificada a fim de atender demandas das classes dominantes (CORRÊA, 2004). Além disso, é no nível municipal que o Estado revela seus interesses de forma mais evidente. Corrêa afirma ainda que:

Afinal a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advêm, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais (CORRÊA, 2004, p. 26).

No bairro Major Prates, a presença do Estado se faz presente nos três níveis citados, e ao realizar a etnografia (observação participante), percebe-se a relação existente de tentativa de regulação do espaço urbano através de alguns aspectos

como regular o fluxo de veículos, disposição do traçado urbano ou pela presença de oficiais da polícia militar.

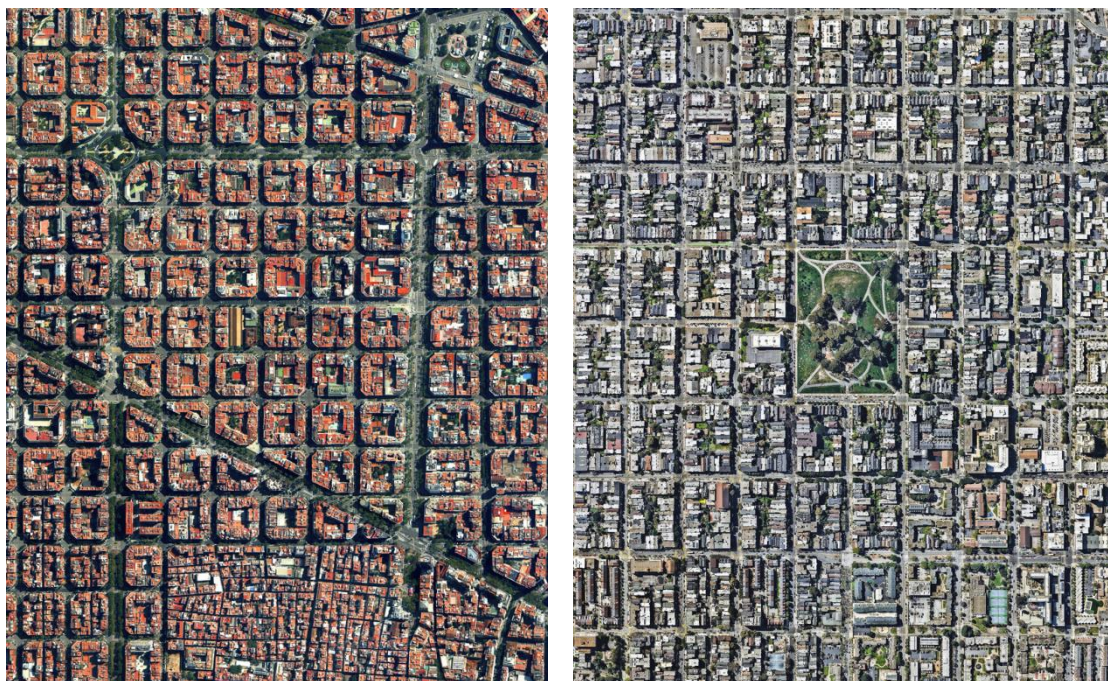
No que diz respeito à sua configuração urbanística, o bairro Major Prates apresenta um traçado urbano de caráter ortogonal, cuja organização espacial reflete tanto a influência do Estado quanto a dinâmica de produção e reprodução do espaço capitalista (FIGURA 40). O traçado ortogonal, caracterizado pela disposição de ruas e avenidas que se cruzam em ângulos retos e formam quadras regulares, é um elemento recorrente em muitos projetos urbanísticos e reflete uma concepção racional e ordenada de planejamento urbano.

Figura 40 - Traçado ortogonal do bairro Major Prates



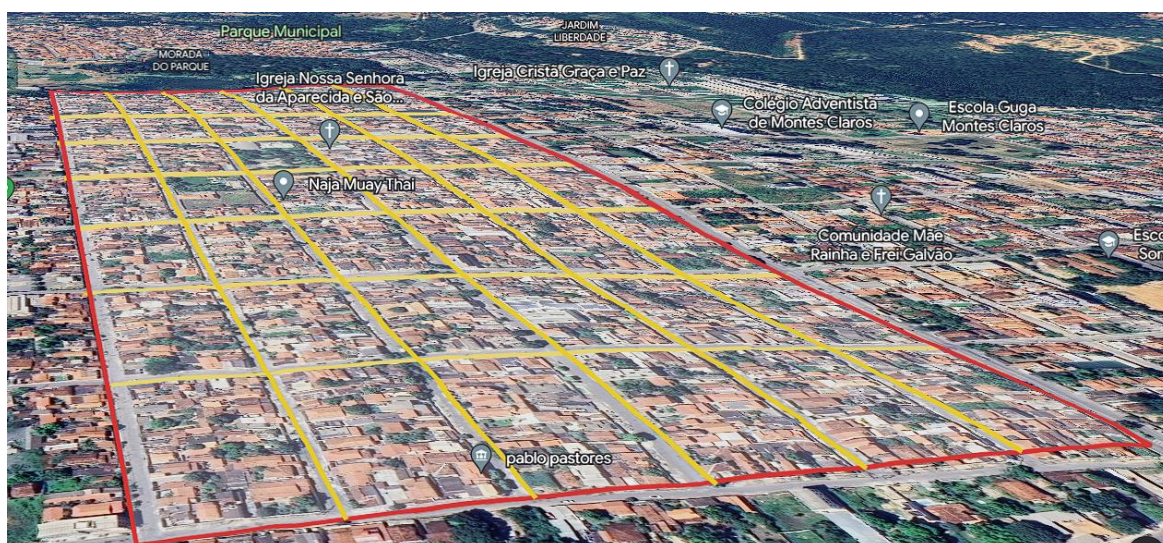
Fonte: <https://www.youtube.com/@casalcapazeuai>, 2023.

Figura 41 - Barcelona-Espanha e Alamo Square-EUA



Fonte: Archdaily, 07 de outubro de 2020.

Figura 42 - Vista parcial em 3D do bairro Major Prates



Fonte: <https://www.google.com/maps>, 2023.

A configuração do traçado ortogonal no bairro Major Prates revela a intervenção estatal na organização do espaço urbano (FIGURA 42). O Estado, por meio de políticas públicas e instrumentos de planejamento, exerce um papel fundamental na definição do layout e na distribuição espacial das vias e lotes. A adoção do traçado ortogonal no bairro demonstra a intenção de criar um ambiente urbano que privilegie a circulação eficiente de veículos e pedestres, além demonstrar

proporcionar uma divisão equilibrada e ordenada dos espaços destinados às habitações, comércio e serviços (FIGURA 41).

No entanto, é importante destacar que o traçado ortogonal não é apenas uma manifestação da influência estatal, mas também está intrinsecamente ligado à lógica do espaço capitalista. A disposição regular das quadras e vias facilita a especulação imobiliária e a verticalização, fenômenos característicos do modo de produção capitalista. Através da ordenação espacial proporcionada pelo traçado ortogonal, o mercado imobiliário encontra condições favoráveis para a valorização dos terrenos e a construção de empreendimentos verticais, ampliando assim o aproveitamento do espaço e gerando lucro para os investidores.

Na cultura urbanística do Brasil, o traçado em xadrez é introduzido formalmente como parte de uma estratégia de “colonialismo cultural” do período pombalino. Ele será aceito, sobretudo, por sua potência de difusão, já que possui grande maleabilidade no uso do solo e na construção; podendo-se levar a termo reconstruções no interior de cada quarteirão, independente uns dos outros, sem modificar a base geométrica. A regra diretriz é manter uma constância da esquadria permitindo as vias de se adaptarem com liberdade ao terreno e às necessidades funcionais. Ele intensifica o valor dos terrenos nas intersecções das ruas, mas em troca perdem valor os terrenos situados no centro de cada quadra (FARIAS, 2008, p. 6).

Dessa forma, o traçado ortogonal no bairro Major Prates revela uma interação complexa entre a ação do Estado e as demandas do capitalismo. Enquanto o Estado busca uma organização racional e eficiente do espaço urbano, o mercado imobiliário se beneficia dessa estrutura para impulsionar a produção e reprodução do espaço capitalista. O resultado é a configuração espacial do bairro, onde o traçado ortogonal se apresenta como um reflexo da intervenção estatal e das dinâmicas do mercado imobiliário, contribuindo para a reprodução do sistema econômico vigente e suas relações de poder.

Após uma análise abrangente do bairro Major Prates em uma perspectiva macro, torna-se necessária a percepção de que, ao aprofundarmos nossa investigação nas relações sociais e com o espaço urbano no interior do bairro, constatamos que, apesar do traçado urbano ser determinado por regras preestabelecidas, as interações sociais e a interação com o espaço urbano promovem transformações mediante processos de negociação, disputas e estratégias empregadas pelos habitantes locais.

Ao analisar as imagens fornecidas abaixo, é possível observar uma transformação significativa no uso do espaço público ao longo do tempo (FIGURAS 43 e 44). Na imagem de 2011, nota-se uma apropriação da calçada e do canteiro de uma edificação pública, sugerindo uma ocupação irregular por parte dos seus usuários. Já na imagem de 2019, percebe-se que o espaço foi completamente destruído e transformado em um estacionamento.

Figura 43 - Prédio público na Praça Vicente Mota



Fonte: <https://www.google.com/maps>, 2019.

Figura 44 - Prédio público na Praça Vicente Mota



Fonte: <https://www.google.com/maps>, 2011.

Essa transformação do espaço levanta questionamentos acerca da utilização adequada e planejada dos recursos públicos, bem como da coerência do uso do espaço em relação às necessidades e características do bairro. Apesar de o bairro Major Prates já contar com ruas amplas e vagas de estacionamento em diferentes pontos próximos à edificação em questão, a imagem sugere uma contradição, pois houve a ocupação irregular de um espaço que originalmente não tinha essa finalidade.

Essa contradição pode estar relacionada a uma série de fatores, como a falta de planejamento urbano adequado, a ausência de fiscalização e controle por parte das autoridades competentes, bem como a demandas específicas dos seus usuários que buscaram uma solução imediata para a questão do estacionamento. No entanto, é importante ressaltar que essas apropriações informais do espaço público podem gerar impactos negativos, como a degradação do ambiente urbano, o desrespeito às normas de segurança e acessibilidade, além da perda de áreas verdes e de convívio social.

Diante desse contexto, é fundamental que as políticas públicas de planejamento urbano considerem não apenas a oferta adequada de vagas de estacionamento, mas também a preservação e a utilização correta do espaço público, levando em conta as necessidades e demandas da comunidade local. A promoção de um ambiente urbano equilibrado, seguro e de qualidade depende da articulação entre os diferentes atores envolvidos, como o poder público, os moradores e os comerciantes, visando a construção de um espaço urbano mais inclusivo, sustentável e harmonioso.

Ao analisarmos novamente a feira livre do Major Prates, constatamos que, embora o Estado, representado pelo poder municipal, se declare presente, ele não oferece suporte adequado às estruturas básicas necessárias para o pleno funcionamento da feira. Além disso, os feirantes enfrentam a carência de uma liderança mais atuante. Apesar da existência de uma associação, essa organização ainda carece de recursos políticos que possam pressionar as autoridades públicas a fornecer o apoio necessário para a efetiva realização do evento (FIGURA 45).

Figura 45 - Vista superior da feira do Major Prates



Fonte: <https://www.youtube.com/@casalcapazeuai>, 2023.

Durante uma das várias visitas realizadas ao bairro entre os meses de Janeiro a Junho de 2023, foram estabelecidos diálogos com diversos feirantes, sendo um deles especialmente notável devido à sua natureza comunicativa e receptiva a conversas. Tratava-se de uma feirante que compartilhou informações relevantes sobre a feira do Major Prates e as relações que se estabeleciam entre os colegas de trabalho. Essa interação proporcionou uma compreensão mais profunda do bairro Major Prates, a partir da perspectiva dos indivíduos que ali atuam.

Durante essa conversa realizada com uma das feirantes atuantes na feira do bairro Major Prates, foram discutidos diversos aspectos relevantes relacionados ao funcionamento e às condições da feira. A fim de se tornar um feirante, é necessário estabelecer contato com o diretor da Associação de Feirantes do bairro e submeter

os produtos a serem comercializados para avaliação. Além disso, é exigido o pagamento de uma taxa mensal no valor de 10 reais, que assegura ao feirante um espaço com uma banca de metal. O processo de seleção de novos feirantes envolve, em parte, a indicação feita por feirantes já estabelecidos, criando-se assim uma rede de apoio baseada em relações pré-existentes.

Figura 46 - Bancadas da feira do Major Prates



Fonte: <https://www.youtube.com/@casalcapazeuai>, 2021.

Uma vez aprovado, o feirante depara-se com algumas questões relacionadas à infraestrutura disponibilizada. As bancas oferecidas são descritas como antigas e desgastadas (FIGURA 46), levando alguns feirantes a providenciarem, por conta própria, coberturas flexíveis para proteção durante o trabalho (FIGURA 47 E 48). Apesar das condições adversas, a presença das bancas é considerada essencial pelos feirantes. No entanto, a ocupação dos espaços designados pode gerar conflitos entre os feirantes, como no caso em que um feirante estacionava seu veículo de forma a ultrapassar os limites estabelecidos para cada banca, invadindo assim o espaço de outra feirante. Nesses casos, a intervenção do diretor da Associação de Feirantes é solicitada para mediar o conflito. Adicionalmente, em situações extremas, a presença da polícia militar localizada na avenida Castelar Prates, na 67ª Cia da Polícia Militar, próxima à feira é convocada como meio de resolução.

Figura 47 - Coberturas improvisadas



Fonte: Fonte: <https://www.youtube.com/@casalcapazeuai>, 2021.

Figura 48 - Feirantes e clientes na feira



Fonte: <https://www.youtube.com/@casalcapazeuai>, 2021.

Durante o diálogo estabelecido com a feirante, ela relatou uma situação em que se fez necessário acionar a presença da polícia devido a um incidente envolvendo um cliente. Segundo o relato, o cliente, inicialmente, solicitou um determinado produto e informou que retornaria à banca após visitar outra. Contudo, ao retornar à banca da feirante, o cliente alegou que não estava mais interessado na aquisição do produto

sem alegar um motivo convincente. É importante ressaltar que o produto em questão era um tipo de café moído na hora. Diante da recusa do cliente em efetuar a compra, o diretor da Associação de Feirantes foi acionado para mediar a situação, resultando, posteriormente, na intervenção da polícia militar, a fim de assegurar a ordem e a resolução do conflito envolvendo o cliente que tentava evitar qualquer responsabilidade relacionada ao incidente.

Uma reivindicação de longa data por parte dos feirantes diz respeito à necessidade de instalação de banheiros químicos ou banheiros públicos destinados aos participantes da feira. Atualmente, os feirantes dependem da cortesia dos comerciantes estabelecidos ao longo da avenida Castelar Prates para terem acesso a essas instalações sanitárias. É comum que muitos feirantes, provenientes de áreas rurais localizadas a distâncias consideráveis, percorram até mesmo 50 km para comercializarem seus produtos, adotando a estratégia de solicitar permissão para utilizar os banheiros disponíveis nos estabelecimentos comerciais da região.

Além disso, a feirante em questão mencionou que obtém suprimento de energia elétrica de outro estabelecimento, arcando com o custo do serviço. Não há uma infraestrutura organizada de fornecimento de energia elétrica destinada aos feirantes, o que demanda a adoção de estratégias individuais para garantir o acesso à energia, água e espaço. Apesar das inconsistências e da falta de organização e infraestrutura adequadas, a feirante ressaltou a existência de uma relação de apoio mútuo e camaradagem entre os feirantes.

Há diversas promessas de recursos e melhorias na infraestrutura da feira do Major Prates feitas pelas autoridades governamentais, no entanto, até que essas promessas se concretizem, os feirantes buscam estratégias para superar os obstáculos e continuar vendendo seus produtos. Um ponto de conflito que persiste ao longo dos anos é a instalação de uma cobertura fixa para as barracas dos feirantes. Em 2020, a Prefeitura de Montes Claros determinou a instalação da cobertura, mas acabou cedendo à pressão dos comerciantes que se mostraram insatisfeitos com essa decisão do poder executivo. Conforme noticiado pelo jornal O Norte de Minas em 04 de dezembro de 2020 às 07h28, os comerciantes expressaram sua indignação e anunciaram a intenção de realizar um abaixo-assinado solicitando a revisão da decisão. Além disso, eles alegaram que:

A feira funciona aos domingos, das 6 às 12h, na avenida Castelar Prates, uma das mais movimentadas do bairro, mas a montagem das barracas começa no sábado, quando a via é interditada. De acordo com os comerciantes, moradores com dificuldade de locomoção e que precisem de socorro do Samu ficam à mercê da situação, devido às garagens interditadas. “Nós não queremos a tenda fixa e pedimos para que a prefeitura encontre um local mais adequado no bairro, porque a feira em si já traz muito transtorno”, diz Bruno Araújo, um dos envolvidos na ação, complementando que “a iniciativa só vai beneficiar os feirantes e muitos nem são daqui, enquanto a maioria dos comerciantes estão estabelecidos há mais de 20 anos (no endereço) e não foram consultados” (VIEIRA, 2020).

Pode-se perceber que os comerciantes, enquanto organização coletiva, têm grande influência nas decisões referentes ao bairro Major Prates. Os comerciantes do bairro se organizam em uma Associação Comercial e de Empreendedores da Zona Sul de Montes Claros (ACEZS), criada em 2013, se desassociando, em parte, da Associação do Comércio e Indústria de Montes Claros (ACI) e buscando melhorias para atender especificamente às suas necessidades. Como é possível verificar nas imagens obtidas de reportagens, a associação tem histórico de atuação na mobilização de autoridades, moradores e comércio ao reivindicar benefícios para suas áreas de atuação ou para melhorias de condições de estrutura e segurança (FIGURAS 49, 50 e 51).

Figura 49 - Criação da associação comercial

29/08/2013 | ASCOM - Texto: Daniel Moraes | Fotos: Divulgação | Webdesign: Edson Gouveia

## Comerciantes do Major Prates organizam associação comercial



Fonte: Montesclaros.com, 29 ago. 2013.

Figura 50 - Reportagem sobre mobilização

NORTE DE MINAS

## Moradores e autoridades locais se mobilizam contra retirada da PM do bairro Major Prates

 By admin  
 ⓘ ABR 4, 2018

Devido à retirada da Companhia de Polícia do bairro Major Prates, moradores da região se reúnem, a partir das 18h desta quarta-feira (04), em frente onde, atualmente, é localizado o pelotão para protestar contra a ação.

Fonte: Webterra, 4 abril 2018

Figura 51 - Reportagem sobre protestos

30/04/2014 15h24 - Atualizado em 30/04/2014 15h24

## Comerciantes do bairro Major Prates protestam contra número de roubos

Comércio da região ficou com as portas fechadas por mais de uma hora. 'Olho Vivo' e Rede de Comércio Protegidos devem ser instalados.

Fonte: G1, 30 abr. 2014.

É evidente que o conflito de interesses nessa questão era previsível, e esperava-se que o Estado desempenhasse um papel fundamental na garantia de condições básicas para os feirantes e frequentadores, bem como na mediação dos conflitos. No entanto, até o momento, as solicitações dirigidas ao poder municipal têm se mostrado insuficientes para suprir essas necessidades. Torna-se necessário adotar medidas mais abrangentes e efetivas para atender às demandas dos feirantes e promover melhorias estruturais no espaço da feira. Além disso, é fundamental estabelecer espaços de diálogo com os comerciantes do bairro, a fim de buscar soluções conjuntas e fortalecer a participação e representação dos feirantes na tomada de decisões que afetam diretamente suas atividades. Somente através de

uma abordagem mais abrangente e colaborativa será possível superar os desafios e alcançar uma feira do Major Prates mais funcional e inclusiva. Embora seja pertinente o que diz Corrêa (2004) quando diz que

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações...Através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação residencial (CORRÊA, 2004, p. 26).

No caso da reportagem mencionada anteriormente, na imagem acima, percebe-se que a segurança patrimonial é um assunto frequentemente abordado nas conversas e diálogos obtidos por meio da observação-participante. Durante diálogo com uma atendente de um pequeno comércio localizado na avenida Francisco Gaetani, foi mencionado que, embora ela não resida no bairro Major Prates, considera-o um local agradável, com exceção da questão da violência, principalmente os casos de roubo no comércio. Ao questionar à feirante 1 sobre a feira do Major Prates, ela relatou que a atual disposição da feira contribui para a redução dos roubos que ocorriam quando havia um maior número de barracas. Além disso, em outra conversa com o participante 1 do Armazém do Campo, foi mencionado que o bairro Major Prates já foi palco de disputa entre gangues rivais pelo tráfico de drogas na região e que hoje está mais tranquilo e isso também é frisado pela feirante 1.

Sobre a questão de brigas de gangues rivais mencionadas pelo participante 1, Gomes (2016), em sua pesquisa intitulada “Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG”, nos diz que há uma territorialização do espaço urbano pelo tráfico na cidade e estabelece uma relação de proximidade entre verticalização e crimes ao patrimônio, uma vez que há maior densidade urbana o que, conseqüentemente, torna-se ambiente de oportunidades para que os criminosos escolham suas vítimas.

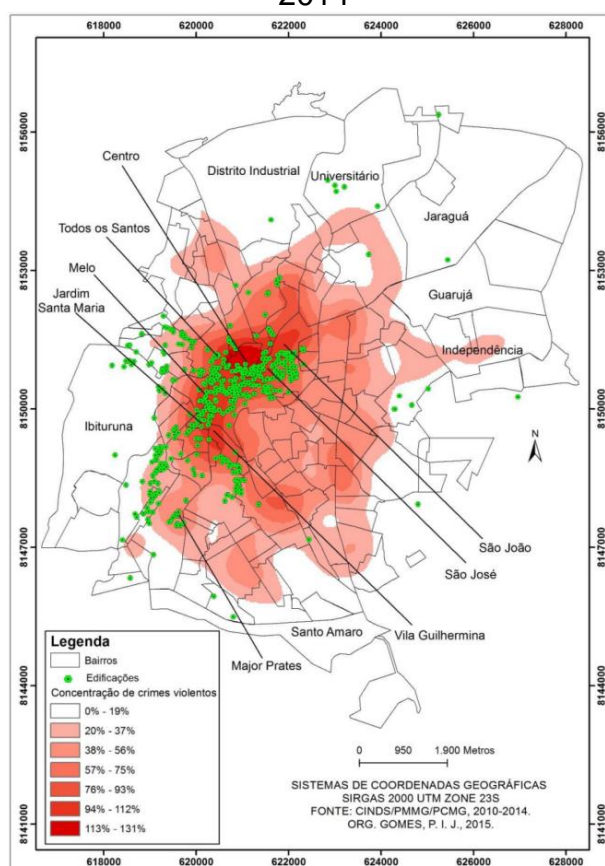
Gomes (2016) nos diz ainda que:

A verticalização é um processo que pode ter contribuído, por exemplo, para concentração da criminalidade violenta na região norte do bairro Centro, irradiando pela linha que separa o bairro na direção oeste, até atingir a região sul. Observa-se no que esse é o mesmo sentido da concentração das edificações mapeadas no processo de verticalização (GOMES, 2016, p. 129).

Essas informações destacam a importância da segurança como uma preocupação constante para os habitantes e usuários do bairro. Além do histórico de violência, o bairro apresenta alto índice de criminalidade, principalmente crimes patrimoniais. Segundo o índice de criminalidade por bairros, registrados junto à Polícia Militar de Montes Claros/MG de 2000 a 2014, o bairro Major Prates apresentou porcentagem cumulativa de 21,8% dos crimes que aconteciam no município, ficando em terceiro lugar no número de ocorrências (FIGURA 52 e 53). Segundo Gomes (2016):

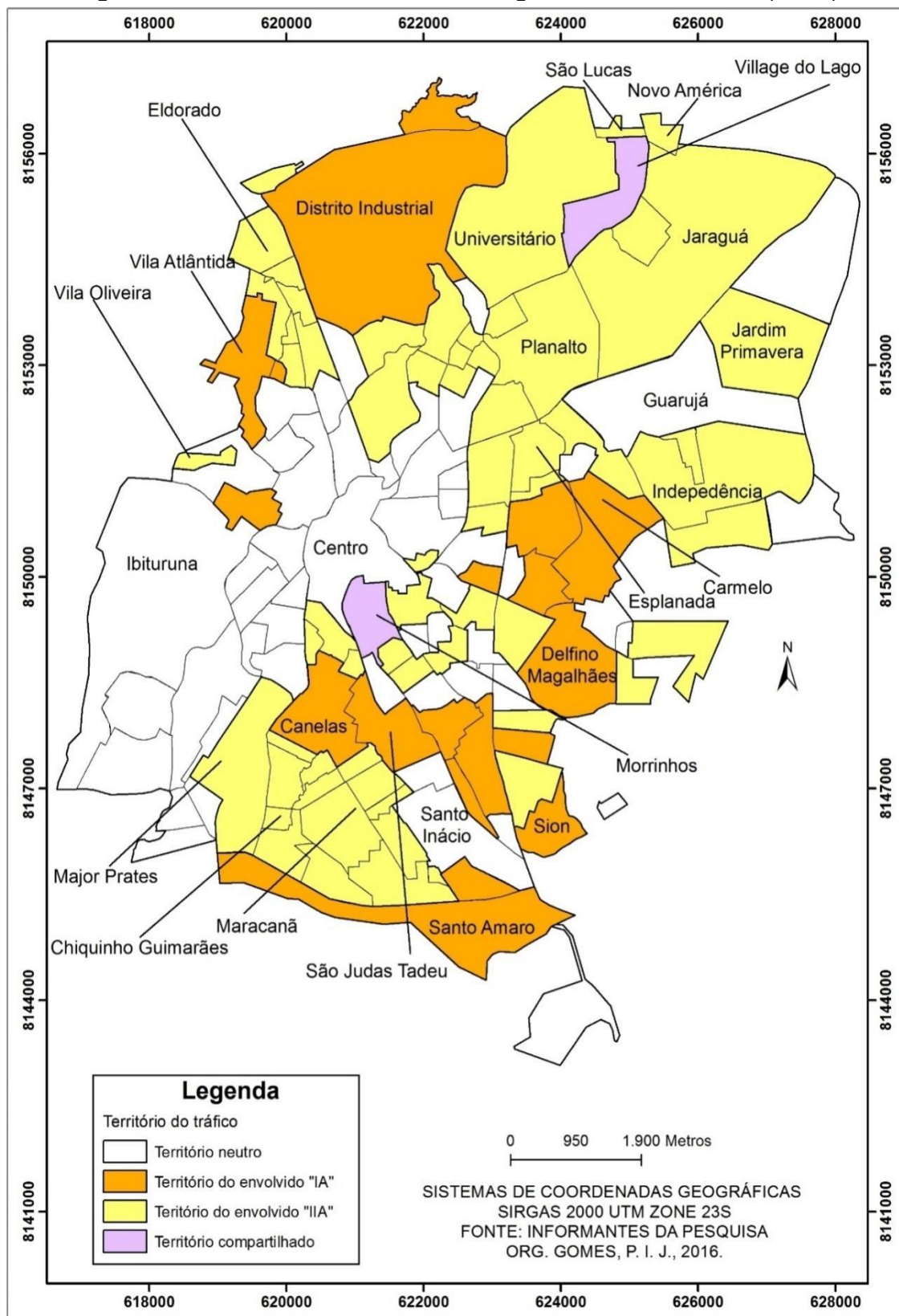
O bairro Major Prates e Santos Reis exercem funções de subcentros descentralizados e contam uma rede diversificada de fluxos e fixos com disponibilidade de alvos pela aglomeração e estimulação de circulação de pessoas e capitais, atraindo, assim, principalmente crimes patrimoniais. No Major Prates, a concentração de crimes contra o patrimônio é maior, com aproximadamente 55% dos registros. Esse bairro apresenta uma estrutura mais variada e consistente no que diz respeito à rede comercial e de serviços (GOMES, 2016, p. 118).

Figura 52 - Concentração espacial dos crimes violentos em Montes Claros: 2010-2014



Fonte: CINDS/PMMG/PCMC. Org. GOMES, P. I. J., 2016.

Figura 53 - Territórios do tráfico de droga em Montes Claros (2014)



Fonte: Informantes da pesquisa. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

Com base nas informações apresentadas, é possível concluir que o arranjo espacial dos locais onde ocorrem as situações de vitimização desempenha um papel relevante na compreensão dos padrões de criminalidade. Embora as escolhas racionais dos indivíduos em cometer crimes sejam um aspecto a ser considerado, não se pode ignorar o contexto espacial em que tais incidentes ocorrem e suas influências sobre as motivações que tornam certos espaços mais propensos a essas ocorrências. A configuração física e social de um determinado local pode criar condições favoráveis ou desfavoráveis à prática de crimes, seja por meio da existência de áreas desprotegidas, vulnerabilidades socioeconômicas, falta de iluminação adequada, entre outros fatores. Portanto, ao analisar os fenômenos criminais, é fundamental considerar a interação entre as escolhas individuais e o contexto espacial, a fim de compreender de forma mais abrangente os motivos e as dinâmicas que contribuem para a criminalidade em determinadas áreas. Esses padrões de criminalidade estão intrinsecamente ligados às dinâmicas econômicas e sociais do bairro, revelando a interação complexa entre produção capitalista do espaço e práticas criminosas.

Apesar da existência de índices de criminalidade no bairro Major Prates, é interessante observar que os cidadãos relatam uma sensação de tranquilidade em relação ao ambiente local. Essa percepção pode estar relacionada a uma série de fatores, como a familiaridade dos moradores com o contexto urbano, o estabelecimento de redes de apoio e solidariedade entre os vizinhos, além da presença de medidas de segurança adotadas pelos próprios moradores e comerciantes.

Ao realizar a etnografia do bairro Major Prates em Montes Claros, percebe-se que a comunidade local desenvolve estratégias para lidar com a criminalidade, buscando manter um ambiente mais seguro e pacífico. Isso inclui a implementação de sistemas de vigilância comunitária, a organização de grupos de WhatsApp para compartilhar informações e alertas sobre possíveis ocorrências, bem como a participação ativa em programas de prevenção e segurança promovidos pelas autoridades locais.

É importante ressaltar que a sensação de tranquilidade relatada pelos cidadãos pode ser influenciada por diversos fatores subjetivos e contextuais. Percepções individuais e coletivas podem variar e ser moldadas por experiências pessoais, pela sensação de pertencimento à comunidade, pela confiança nas instituições de segurança e pela própria resiliência dos moradores em lidar com situações adversas.

Contudo, é necessário considerar que a sensação de tranquilidade não deve ser confundida com a inexistência de problemas de segurança. A presença de crimes e a violência urbana ainda são desafios enfrentados pelos moradores do bairro, exigindo ações contínuas das autoridades e da comunidade em busca de soluções efetivas.

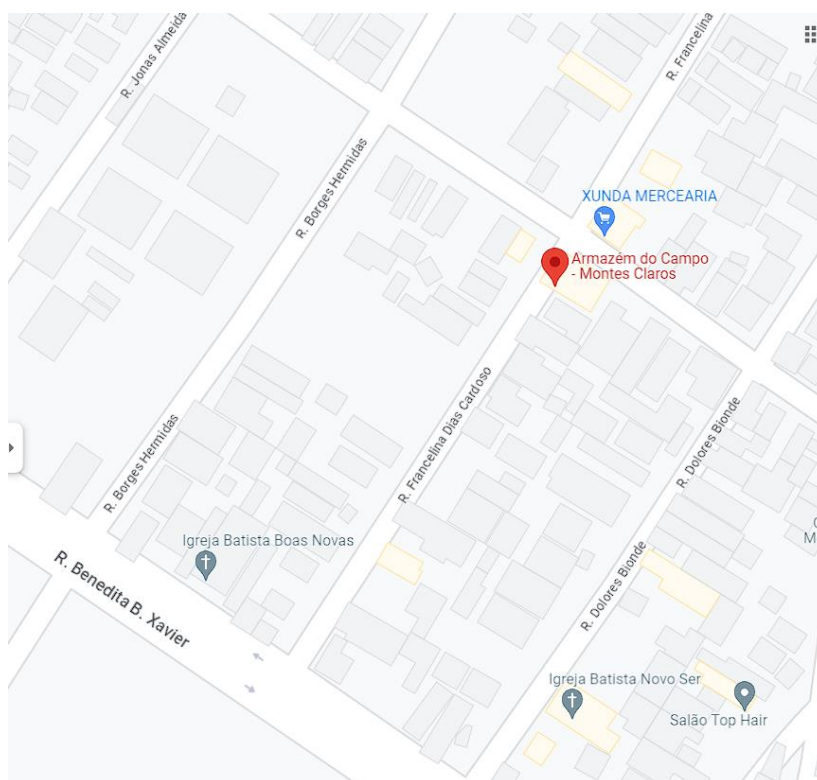
Nesse sentido, a pesquisa evidencia a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva sobre a produção do espaço urbano em contextos capitalistas. A compreensão das relações de poder, das desigualdades socioespaciais e dos conflitos decorrentes desses processos é fundamental para buscar alternativas que promovam uma cidade mais inclusiva, justa e sustentável. Isso envolve a participação ativa dos atores locais, o fortalecimento de movimentos sociais e a pressão por políticas públicas que assegurem condições dignas de vida para todos os residentes do bairro Major Prates e demais espaços urbanos afetados pela produção capitalista.

Há outros movimentos que capitalizam as características rurais e a história do bairro, bem como sua posição de subcentralidade, para facilitar a comercialização da produção agrícola e promover a cultura camponesa, além de servir como espaço político.

Nesse sentido, destaca-se o Armazém do Campo, que possui uma unidade no bairro Major Prates, situada na rua Francelina Dias Cardoso, número 267, e foi inaugurado em maio de 2020 (FIGURA 54). O Armazém do Campo desempenha um papel significativo ao fornecer um local para a venda de produtos oriundos da agricultura familiar e agroecológica, além de servir como ponto de encontro e mobilização para questões políticas relacionadas ao campo. Sua presença na comunidade contribui para fortalecer os laços entre os produtores rurais e os moradores urbanos, promovendo uma maior valorização da cultura rural e uma maior conscientização sobre questões agrárias e socioambientais (FIGURA 55).

O Armazém do Campo é uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Brasil. O MST é um movimento social que luta pela reforma agrária e pela promoção da justiça social no campo. O Armazém do Campo é uma das várias formas pelas quais o MST busca promover a agricultura familiar, a agroecologia e a comercialização de produtos provenientes dos assentamentos e acampamentos do movimento.

Figura 54 - Localização do Armazém do Campo



Fonte: <https://www.google.com/maps>, 2023.

Figura 55 - Postagem de inauguração do Armazém em Montes Claros



Fonte: @armazemdocampomoc, 2020.

Os Armazéns do Campo são espaços físicos localizados em diversas cidades brasileiras, onde são comercializados alimentos agroecológicos, produzidos pelos assentamentos e acampamentos do MST, assim como produtos artesanais e culturais. Essa iniciativa visa fortalecer a agricultura familiar, apoiar os pequenos produtores rurais e oferecer produtos saudáveis e livres de agrotóxicos aos consumidores.

Além disso, o Armazém do Campo também busca promover a conscientização política e a divulgação das lutas e demandas do MST e de outros movimentos sociais. Esses espaços funcionam como pontos de encontro, onde ocorrem debates, exposições, atividades culturais e ações de solidariedade.

O objetivo central do Armazém do Campo é construir uma alternativa à lógica do agronegócio, valorizando a produção agroecológica, a agricultura familiar e a soberania alimentar. Essa iniciativa tem como base princípios como a defesa do meio ambiente, a justiça social, a igualdade de gênero e o respeito à diversidade.

Foram conduzidas observações participantes ao longo do ano de 2022, com diálogos estabelecidos com os usuários e frequentadores do Armazém do Campo. Nesse contexto, o Armazém atrai um público diversificado, incluindo artistas, estudantes de graduação e pós-graduação da Unimontes, bem como professores universitários da mesma instituição, além de membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Verifica-se, portanto, que se trata de um público distinto que possivelmente não frequentaria essa parte específica do bairro caso o Armazém não estivesse presente (FIGURA 56).

O Armazém está situado em uma esquina, onde também se encontra um bar em frente e uma mercearia do outro lado. A relação entre esses estabelecimentos comerciais é amistosa. Aos sábados, quando é servida feijoada, os frequentadores do bar em frente costumam adquirir a refeição e permanecer no local, desfrutando da música ao vivo do Armazém.

Figura 56 - Armazém do Campo e coletivo de Mulheres Flores de Pequi - Norte/MG



Fonte: @armazemdocampomoc, 2023

Durante as conversas com o participante 1, funcionário do Armazém do Campo, foi destacada a função do estabelecimento em escoar a produção do MST, incluindo produtos como arroz, feijão, cachaças, licores, caldos, além da venda de artesanato e literatura. O participante enfatizou o papel do Armazém como um espaço de resistência cultural, onde atividades artísticas são promovidas semanalmente, e como um ponto de encontro para líderes do MST e de outros movimentos populares parceiros.

Segundo o participante, há uma relação muito positiva com os vizinhos próximos, tendo sido estabelecido um vínculo de confiança com alguns deles. O Armazém realiza feiras agroecológicas no bairro, juntamente com outros eventos culturais, visando envolver a população local. É perceptível que essa relação de pertencimento ao bairro é forte, uma vez que a população do Major Prates tem origem

em comunidades rurais. No entanto, a população atual que reside no bairro é predominantemente urbana, passando também por um processo de adaptação em relação ao Armazém do Campo. Nessa dinâmica, ocorrem alguns conflitos, como já presenciado, com a intervenção da polícia militar acionada por vizinhos para garantir o cumprimento da lei do silêncio.

O participante 1 também relatou sobre um conflito preexistente no bairro entre facções, que foi abordado anteriormente neste estudo, e afirmou que o Armazém chega para ressignificar essa localidade e contrastar com esse histórico de violência. Além disso, foi realizado um diálogo com um músico que destacou a organização do Armazém do Campo, a pontualidade nos pagamentos após as apresentações e a sociabilidade do local. Ele também mencionou a questão de os vizinhos chamarem a polícia, mas ressaltou que tal situação nunca ocorreu durante suas experiências no estabelecimento.

O bairro Major Prates é um ambiente complexo, onde diferentes atores e interesses se entrelaçam, e as soluções para seus desafios exigem abordagens multifacetadas. É fundamental que o poder público esteja presente e comprometido em fornecer condições básicas de infraestrutura, segurança e apoio aos feirantes e à população do bairro.

A compreensão dessas contradições e conflitos no contexto do bairro Major Prates oferece *insights* importantes sobre as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais presentes nas áreas urbanas. Essa análise também destaca a necessidade de um olhar atento e sensível para as vozes e experiências dos moradores e atores locais, a fim de construir um ambiente mais inclusivo, seguro e sustentável para todos os cidadãos.

### **3.2 Dinâmicas culturais urbanas no bairro Major Prates**

A cultura é um elemento fundamental na construção e na identidade de uma comunidade. No bairro Major Prates, essa dinâmica cultural é especialmente rica e diversificada, refletindo a pluralidade de grupos étnicos, sociais e culturais que coexistem nesse espaço urbano. Neste subtópico, aprofundaremos nas intrincadas dinâmicas culturais que permeiam o bairro Major Prates, buscando compreender as expressões culturais, os valores compartilhados e as relações sociais que moldam a vida cotidiana dos moradores. Para isso, utilizaremos a abordagem da etnografia, em

particular a observação participativa, que nos permitirá imergir nas práticas e nos eventos culturais do bairro, dialogando com os moradores e vivenciando suas tradições e manifestações artísticas.

As dinâmicas culturais urbanas são parte inerente do processo de produção do espaço urbano. Embora muitas vezes tratadas na subalternidade ou na clandestinidade e ilegalidade, as dinâmicas culturais urbanas revelam-se como formas de resistência às tentativas de ordenamento do espaço urbano e tomam seu lugar como sujeitos criadores e catalisadores dos usos da cidade pelos cidadãos. A urbanização das cidades promoveu sujeitos integrantes que subvertem a ideia social de convívio em sociedade e, dentre as camadas da paisagem urbana, encontra-se a arte urbana, que se evidencia através de diversas formas de expressão artística. Nesse conjunto de expressões, encontram-se: o *stencil*, encenações, dança, lambe-lambe, *grafite*; entre outras atividades que são promovidas no espaço público, seja em praças, ruas e palcos.

Nesse conceito globalizante, estão presentes aqueles cidadãos que extrapolam o viés contemporâneo/capitalista e que marcam sua presença expondo sua liberdade, promovendo assim, sua urbanidade. Nesse sentido, Medeiros (2008) enfatiza que:

[...] ruas e praças da cidade são cada vez mais ocupadas por inúmeros grupos juvenis de diversos tipos de orientação: étnica, religiosa, musical, etc. Assim, na apropriação do espaço urbano, esses grupos juvenis criam verdadeiros territórios na medida em que querem definir, ressignificam pedaços da cidade, criando áreas que não pertencem ao mundo da casa como também se difere do anonimato do espaço público” (MEDEIROS, 2008, p. 72).

Nesse sentido, busca-se analisar a forma como o espaço na cidade é produzido por um grafiteiro, além disso, busca-se revelar suas táticas ao lidar com o poder público, bem como sua interação com a comunidade afetada do bairro Major Prates. Este bairro, localizado na cidade de Montes Claros é considerado como subcentro, é de suma importância no desenvolvimento da cidade e assume caráter centralizador da pluralidade de manifestações cidadinas. É o espaço ideal para a produção capitalista do espaço, embora também ideal para outros cidadãos, como os grafiteiros que subvertem a lógica social e buscam por protagonismo e afirmação de suas identidades no espaço urbano.

Os dados empíricos analisados provêm de uma etnografia de uma intervenção no bairro Major Prates, na cidade de Montes Claros – MG, realizada pelo grafiteiro

Randall Igor de Oliveira Sá (Randall Vandall), especificamente no posto de saúde no bairro localizado na Avenida Olímpio Prates, sem número, . Estes dados, juntamente com as leituras teóricas, nos levam a refletir sobre as relações de poder existentes entre os agentes produtores do espaço urbano e também revelam as táticas cidadinas usadas para validação do grafite como arte urbana subversiva produtora do espaço urbano. São nas artérias das cidades que os grafiteiros se fazem presentes propondo novos olhares e reflexões:

O espaço urbano da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pôde tornar-se “selvagem” e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições? (LEFEBVRE, 1999, p. 30).

Os diversos usos da rua apresentados pelos grafiteiros vêm atrelados ao conceito de direito à cidade, preconizado por Henri Lefebvre e que em seu livro “A revolução urbana” destaca a função informativa, simbólica e lúdica da rua.

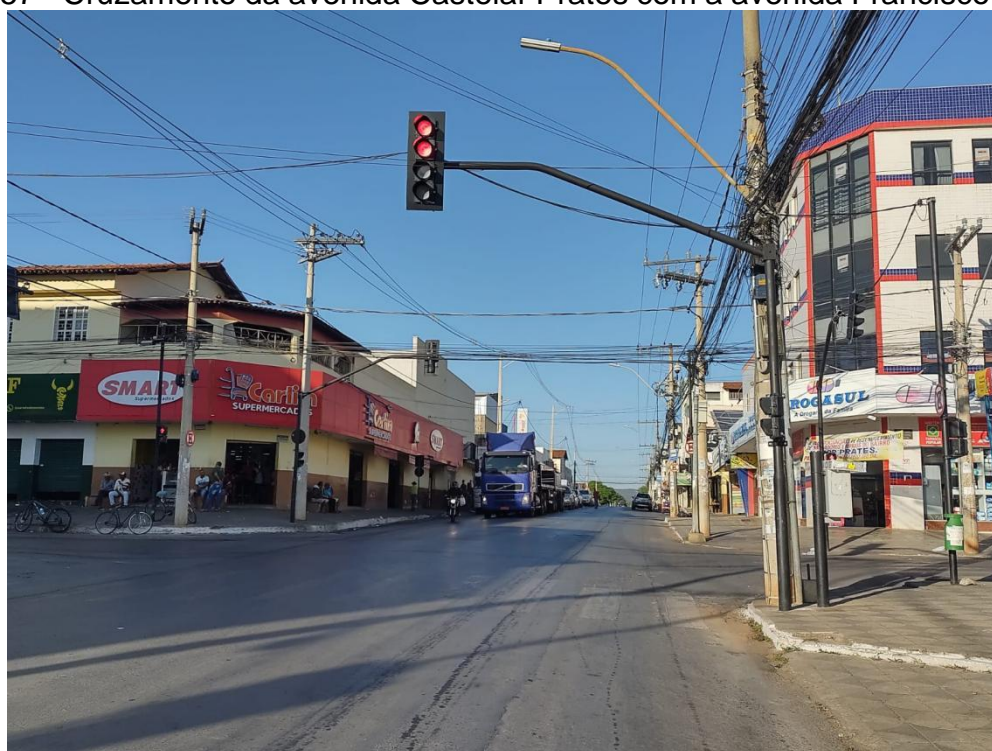
### **3.2.1 O subcentro Major Prates**

Voltamos nosso olhar para a cidade de Montes Claros, localizada no Norte de Minas Gerais, que é classificada como uma cidade média (FRANÇA, 2007), não apenas pelo seu tamanho, mas pelo papel regional que exerce. Sendo assim, ela influencia e dá suporte para as cidades menores de seu entorno, que possuem menor diversidade de funções, e abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas e informações. Nessa direção, é possível identificar nas cidades médias um fenômeno de descentralização da área onde se iniciou a ocupação, dando origem a novas centralidades, espalhadas no território, em resposta às demandas da expansão da malha urbana, por moradia, trabalho e consumo (TEIXEIRA, 2018). Em decorrência do afastamento do centro e do surgimento de novos bairros e loteamentos, aponta-se para o surgimento de novos núcleos de comércio e serviço, chamados subcentros (FRANÇA, 2007).

Sendo um dos maiores adensamentos populacionais da cidade de Montes Claros e, além de apresentar um grande mercado consumidor, o bairro Major Prates foi classificado como subcentro em função de sua infraestrutura urbana, sua localização geográfica privilegiada e seu dinamismo econômico (FRANÇA, 2010 *apud*

TEIXEIRA, 2018). É importante percebermos o bairro Major Prates, não apenas como um subcentro localizado em Montes Claros com uma variedade de serviços oferecidos e que oferece estrutura para atrair empresários ávidos por expansão (FIGURA 57), mas como uma rede de transmissão de saberes, um espaço de espontaneidade da individualidade e da coletividade, de conflito de forças hegemônicas e contra-hegemônicas, de uma experiência do fazer espaço urbano, enfim, de um palco da “festa” cidadina. E é neste palco que o grafite se faz também presente.

Figura 57 - Cruzamento da avenida Castelar Prates com a avenida Francisco Gaetani



Fonte: Próprio autor, 2023

### 3.2.2 Fazer cidade com as tintas do grafite

A origem do termo grafite fora criado em meados da década de 70 para caracterizar a arte urbana que surgia junto a outras dinâmicas culturais daquela época como o Hip-Hop e se espalhou pelo mundo, nos centros urbanos, especialmente na periferia (SÁ, 2019).

Segundo o grafiteiro Sá (2019), uma nova identidade surgiu por meio das classes populares, que deram uma resposta para o que lhes estavam sendo impostos naquele momento, proporcionando para si e para o seu próximo uma forma de resistência através da criatividade e da persistência.

Ainda segundo Sá (2019), em seu trabalho científico intitulado “Poéticas do graffiti: um estudo estético-visual das identidades urbanas”:

O graffiti marca a trajetória destes indivíduos e de muitos que, mesmo não sendo habitantes de comunidades periféricas, determina um potencial de relevância na vida destes. Muitos, como foi o meu caso em determinado momento, não se veem ou não são reconhecidos como parte integrante da sociedade. Desta forma, através da arte, o grafiteiro estabelece a sua presença na cidade, marcando sua trajetória de forma autônoma, por meio de pseudônimos, mas possibilitando a si mesmo, expor seus diálogos com outros cidadãos através da arte (SÁ, 2019, p. 30).

É nesta conjuntura que o centro da cidade se torna o espaço ideal para a reprodução e multiplicação das artes urbanas, pois no sentido fundamental do grafite, haverá a presença da população de forma constante e conseqüentemente reconhecimento de sua *tag* (aqui tratada como o apelido do grafiteiro dentro do movimento da arte e da ocupação territorial, segundo Sá (2019).

Os grafiteiros de outros bairros da cidade passam então a ocupar a região central e a determinar este espaço territorial como um espaço descodificado, uma vez que:

[...] esta rua, aquele muro, tal quarteirão assume vida através deles, tornando-se território coletivo. E eles não se circunscrevem ao gueto, eles exportam o gueto para todas as artérias da cidade, eles invadem a cidade branca e revelam que ela é o verdadeiro gueto do mundo ocidental (BAUDRILLARD, 1979, p. 319).

O grafiteiro, ao fazer sua arte, encontra obstáculos em seu percurso, passando pela falta de materiais devido à ausência de recursos financeiros para a compra e o receio de se produzir a arte nos meios urbanos. Não obstante os percalços, alguns grafiteiros resistem, como o Randall Vandall (também citado aqui como o grafiteiro/pesquisador SÁ) que além de produzir a arte do grafite comercialmente, sempre anda pela cidade deixando sua *tag* nos muros:

[...] buscando marcar a sua presença na cidade, marcando sua trajetória e possibilitando a si mesmo, expor seus pensamentos e questionamentos, levando outros cidadãos a uma reflexão sobre muitas questões que estão ao seu redor e que de outra forma não seriam problematizadas (SÁ, 2019, p. 80).

Figura 58 - Vandal, skate, hip hop e grafite, Montes Claros/MG (Brasil), 2019



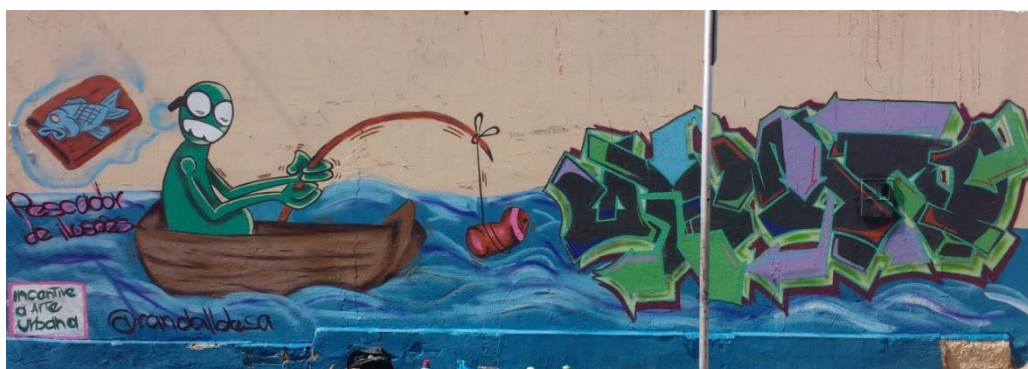
Fonte: SÁ, 2019.

Randall Vandall (RDL) começou a produzir pichações nos anos 2000 nas ruas da cidade de Montes Claros (FIGURA 58), quando saía para a prática de esportes (andar de patins e skate), sendo influenciado desde sua infância pelos desenhos, passando pelo irmão que também desenhava e por revistas sobre técnicas de desenho. Depois de alguns anos, em meados de 2004, obteve mais informações sobre o grafite, de como essa arte era expressa nos grandes centros urbanos do Brasil. Pesquisando na internet, na televisão, nas revistas de skate e também nas revistas sobre grafite, Randall Vandall (RDL) pôde aumentar seu repertório e buscar uma estética própria.

Outro ponto notável é que os problemas com a polícia e com proprietários de imóveis sempre existiram, poucos, mas foram suficientes para criar formas inteligentes de Randall Vandall se relacionar e dialogar com essas instâncias, sempre pensando de que forma poderia fazê-las entender o sentido real de estar ali produzindo aquela arte e, também, como uma forma de não ser fichado criminalmente. Randall Vandall sempre se utiliza de táticas cidadinas quando sai às ruas para grafitar. Ele escolhe sempre o horário matutino, logo depois do sol nascer, em função do fluxo de pessoas e de patrulhamento policial que é pouco naquelas horas. Caso algum transeunte ou oficial da polícia o abordar, ele se utiliza de outra tática: ele sempre anda com seu portfólio de trabalhos com Graffiti na mochila, para mostrar e demonstrar às pessoas que aquele trabalho atende a uma certa normatividade cidadina. Randall Vandall também se utiliza de uma postura descontraída e sempre focado no fazer grafite, demonstrando em linguagem não verbal a não ilicitude do ato. Com essas táticas, ele se faz presente em vários espaços na cidade de Montes Claros,

com seu personagem principal chamado Manolito (FIGURA 59), e vem conquistando espaço.

Figura 59 - “Vandal” Wildstyle, Montes Claros/MG (Brasil), 2019



Fonte: SÁ, 2019.

### 3.2.3 O Major Prates, o grafiteiro e o grafite

A cidade de Montes Claros também se expande com a acumulação do capital, se reproduz criando subcentros urbanos; e o Major Prates se desponta em seu papel de vitrine e palco de manifestações artísticas consideradas subversivas como o grafite. Segundo Sá (2019):

É desta forma que a transposição de elementos constituídos na bagagem cultural e na visão de mundo dos grafiteiros são exportados, ao passo que, ao ocuparem o espaço central da cidade, estes ajudam a criar um imaginário social e a proporcionar para si e para outros uma experiência estética para o coletivo que se traduz em uma das suas funções sociais mais importantes (SÁ, 2019, p. 31).

Portanto, é nas ruas que essa poética do grafite é vivenciada, essa busca por uma identidade só se faz presente dentro da cena urbana:

Além de ter como hobby o desenho, as práticas esportivas sempre fizeram parte da minha vida. Andar de patins e de skate fez com que eu conhecesse de fato o meio urbano, reconhecesse as mazelas e as formas culturais presentes neste cenário. Depois de alguns anos, fui entender que estas práticas eram uma forma de me conectar com amigos e com a rua, entendendo-a como um espaço em que poderia explorar minha criatividade e apontar a minha existência como ser inserido em uma sociedade (SÁ, 2019, p. 64).

Assim, na busca de espaços para desenvolver e marcar sua trajetória, Randall Vandall se viu preso em meio a maior pandemia deste século e sem muitos recursos para produzir sua arte. Foi através da Lei Aldir Blanc, que definiu ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade, em função da covid-19, e que previu o repasse de R\$ 3 bilhões a estados, municípios e ao Distrito Federal para medidas de apoio e auxílio aos trabalhadores da cultura atingidos pela pandemia, que Randall Vandall conseguiu recursos para fazer o projeto Cores Urbanas que culminou na exposição de grafite: Cores Urbanas (FIGURAS 60).

Figura 60 - Registro do desenvolvimento do projeto



Fonte: Higor de Castro, 2019.

Essa exposição teve como objetivo fomentar o grafite e artistas que promovem a arte na cidade de Montes Claros, apresentando como manifestação provinda da expressividade cultural e social. O evento contou com o apoio da Secretaria Especial de Cultura/Prefeitura de Montes Claros e da Lei Aldir Blanc, já citada. O evento foi composto por três momentos, que perpassaram através do desenvolvimento artístico, exposição e lançamento de um catálogo artístico, no qual contemplou o histórico do artista, suas especificidades e, além disso, tendo potencial para ser usado como material educativo e informativo sobre o grafite local.

Após a captação do recurso, Randall Vandall escolheu o bairro Major Prates por sua função de centralidade e por ser um espaço urbano muito movimentado. Ele procurou o poder público para que ele pudesse fazer a intervenção no posto de saúde. Essa interlocução entre grafiteiro e poder público era necessária, uma vez que a Lei Aldir Blanc exigia de seus dependentes a prestação de contas de várias formas, como a publicização por meios públicos do desenvolvimento do projeto. Sendo assim, Randall Vandall dialogou com o secretário de saúde do município de Montes Claros. No diálogo que eles tiveram, ficou evidente a tentativa do poder público de se apropriar

e tentar controlar todo o processo. Embora cedendo o espaço, o poder público solicitou de Randall Vandall as artes que seriam realizadas. Desta vez, usando sua tática mais recorrente, Randall Vandall colocou à disposição o seu portfólio, e através de artimanhas verbais, conseguiu fazer sua arte junto com seus colegas, com a estética que eles desejavam (FIGURAS 61, 62 e 63).

Figura 61 - Registro do desenvolvimento do projeto



Fonte: Higor de Castro, 2019.

Táticas cidadinas são ferramentas de sobrevivência dos grafiteiros, praticantes de skates, enfim, de dinâmicas culturais urbanas consideradas subversivas, que fogem da norma e do senso comum. Nessa luta por evidenciar o seu trabalho, o cidadão se articula para poder se fazer presente onde o poder público ou privado detém de hegemonia econômica e social.

Figura 62 - Registro do desenvolvimento do projeto.



Fonte: Higor de Castro, 2019.

É através dessas táticas cidadinas que o grafiteiro atua como um agente produtor do espaço, uma vez que:

As intervenções artísticas urbanas alteram as fronteiras entre obra e espectador, aproximando os cidadãos do universo artístico, suscitando subjetividades acerca do que vê. Assim como a arte exposta em museus e galerias, as intervenções artísticas urbanas também trazem consigo a assinatura dos artistas/autores e, ocasionalmente, o ano/data de produção (ZANETTI, 2020, p. 230).

Essas práticas disruptivas engendram o espaço urbano e alteram a paisagem cotidiana, trazendo à luz as dimensões políticas dos usos da rua “na medida em que constituem práticas de enfrentamento da própria cidade e das normatividades imbricadas no tecido urbano” (LEAL, 2017, p. 43 *apud* ZANETTI, 2020, p. 230).

Figura 63 - Resultado do Projeto



Fonte: Próprio autor, 2023.

Portanto, percebemos que a tentativa de normatização dos espaços pelos agentes hegemônicos do espaço urbano é subvertida pelas táticas cidadinas, esse movimento se dá pelo sentimento de pertença e de apropriação dos espaços urbanos, corroborando o conceito de “direito à cidade” aqui trabalhado e introduzido por Henri Lefebvre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, as discussões apresentadas neste trabalho no Capítulo 1 destacaram a crítica de David Harvey ao sistema capitalista, fundamentada no materialismo histórico dialético de Karl Marx. Através dessa perspectiva, Harvey analisou a produção capitalista do espaço urbano, evidenciando a influência do capital na busca pelo lucro e acumulação, o que redefiniu o acesso e posse do espaço urbano, resultando em formas de segregação e desigualdade social.

No contexto brasileiro, as cidades médias, como a cidade de Montes Claros, ganharam relevância como polos geradores de emprego, prestação de serviços e atração de indústrias, em contraposição aos problemas enfrentados pelas grandes cidades. A descentralização das atividades econômicas das áreas centrais das cidades médias, como exemplificado no caso do bairro Major Prates em Montes Claros, trouxe transformações na organização socioespacial, atraindo o comércio para a região e valorizando a especulação imobiliária, como foi evidenciado no Capítulo II. Nesse processo, foi fundamental questionar as políticas públicas adotadas pelo poder público municipal, estadual e federal na produção do espaço urbano no Major Prates e suas consequências para a população local. E o resultado a que se chegou foi que essas políticas apresentam certo viés, uma vez que atende demandas advindas principalmente e dos interesses do Mercado imobiliário, do comércio e serviços na busca de expansão do capital.

Verificou-se que as políticas públicas não são neutras, mas se tornam ferramentas de controle espacial, social e econômico, influenciando diretamente a dinâmica e qualidade de vida dos cidadãos. O planejamento urbano, aliado aos interesses de agentes dominantes como o Estado e as grandes empresas, desempenha um papel central na redefinição dos núcleos centrais das cidades, gerando novas centralidades e deslocando a população para a periferia. Nesse contexto, foi necessário avaliar como o poder público municipal investiu na redefinição dos núcleos centrais de Montes Claros e quais instrumentos de planejamento urbano foram utilizados nesse processo de expansão, além disso, analisou-se o traçado ortogonal, escolhido como forma de assentamento no Major Prates e que é um modelo difundido em várias cidades do mundo e que não atende todas as necessidades locais de uso e ocupação.

Além disso, foi pesquisado também algumas dinâmicas culturais urbanas nos capítulos II e III como parte intrínseca do processo de produção do espaço urbano do bairro Major Prates. Essas dinâmicas revelaram-se como formas de resistência às tentativas de ordenamento do espaço e assumiram o papel de sujeitos criadores e catalisadores dos usos da cidade pelos seus sujeitos. Foi importante tratar deste tópico já que essa dimensão cultural é essencial para uma análise mais abrangente das transformações urbanas e seus impactos nas relações sociais.

Por fim, a análise do papel do Estado nesse processo evidenciou as contradições e conflitos de interesses presentes na sociedade de classes desde o surgimento do bairro Major Prates até sua atual condição de principal subcentro da cidade de Montes Claros. O Estado, muitas vezes visto como articulador de interesses e legitimador da hegemonia orientada pelo capitalismo, pôde ampliar as diferenças e desigualdades de acesso e posse do espaço, relegando o espaço do habitar a uma posição secundária nas políticas públicas.

Diante disso, é fundamental que o poder público municipal atue de forma consciente e responsável na promoção de políticas sociais e urbanas que visem à promoção da qualidade de vida da população, garantindo o acesso igualitário ao espaço e considerando as demandas específicas das novas centralidades, como o bairro Major Prates. É necessário um olhar atento para as questões socioeconômicas, a oferta de infraestrutura básica, o desenvolvimento de áreas de lazer e a promoção da inclusão social.

Em suma, a compreensão do processo de produção do espaço urbano em cidades médias, como Montes Claros, à luz das críticas de David Harvey, permite uma reflexão crítica sobre as políticas públicas adotadas, evidenciando a necessidade de um planejamento urbano mais inclusivo e participativo. Somente através de abordagens que considerem as necessidades e aspirações da população local será possível construir cidades mais justas, igualitárias e sustentáveis.

Com base na metodologia descrita, podemos concluir que este estudo adotou uma abordagem qualitativa, que envolveu etapas de pesquisa bibliográfica, análise documental e observação participante (etnografia). A pesquisa bibliográfica desempenhou um papel fundamental ao explorar a área de estudo e consolidar o referencial teórico adotado. A análise documental permitiu investigar as políticas públicas adotadas para promover a qualidade de vida dos moradores do subcentro Major Prates, utilizando fontes como a Mapoteca, o Plano Diretor Municipal, o Estatuto

da Cidade e a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Montes Claros. Além disso, a etnografia através da observação participante possibilitou identificar problemas, conflitos e demandas dos moradores decorrentes do aumento populacional causado pelo processo de descentralização.

Ao combinar essas diferentes técnicas de pesquisa, foi possível obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada do objeto de estudo, contribuindo para a análise das relações estabelecidas entre o poder público municipal e outros agentes sociais e econômicos no subcentro Major Prates, desde a década de 1970 até a atualidade.

Portanto, esta pesquisa foi capaz de alcançar seus objetivos, fornecendo uma análise embasada teoricamente e dados empíricos que contribuem para o conhecimento sobre o desenvolvimento urbano, as políticas públicas e a qualidade de vida no subcentro Major Prates, bem como para a compreensão mais ampla do contexto das cidades médias no âmbito regional e nacional.

Alguns temas para futura pesquisa mostram-se necessários serem investigados a partir deste trabalho, principalmente no que diz respeito aos usos do bairro pelos seus moradores, bem como em uma análise mais profunda e ampla sobre processos de produção do espaço urbano para além do capitalismo e de suas condições, na direção de uma descolonização do modo de se fazer as cidades.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. A. de. **A feira livre de Caicó RN: um cenário de tradição e resistência às novas estruturas comerciais modernas.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Caicó RN, 2015.

BARBOSA, E.V.P. **Concentração de terras e a produção do espaço urbano de Montes Claros/MG.** Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes. Maio, 2021.

BAUDRILLARD, J.K.K. A Insurreição pelos Signos. Trad. Fernando Mesquita. **Revista Cine Olho**, n. 5/6/junho/julho/agosto, 1979.

BORTOLO, C.A.; MELO, D.; FERREIRA, G.H.C. Os distintos usos e usuários na feira livre do bairro Major Prates no município de Montes Claros/ MG. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Geofronter**, Campo Grande, n. 5, v. 1, p. 77-89, 2019.

BUSTAMANTE, P.C.; DURÃES, P.G.D. O impacto da feira livre do bairro Major Prates da cidade de Montes Claros na renda dos feirantes. **Revista Desenvolvimento Social.** Universidade Estadual de Montes Claros. 2015.

BRAGA, M.D.; SANTOS, S.V.; SANTOS, M.F.N. Parques urbanos: Análise temporal do Parque Municipal Milton Prates em Montes Claros/MG. **Revista Verde Grande.** Volume 3, nº 2, 2021.

BRAGATO, F.F.; FERNANDES, K.M.; ROMANGUERA, D.C.L. (org). Cidade moderna/colonial e desenvolvimentismo: uma crítica do cenário urbano brasileiro a partir do pensamento descolonial. **Revista de Direito da Cidade.** vol. 11, nº 3, 539-562, 2020.

CARLOS, A.F. **A (Re) Produção do espaço urbano – O caso de Cotia.** 1986, 440 f. (Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Departamento de Geografia). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1986.

COHN, G. **Desenvolvimento como processo civilizador.** Weber, Frankfurt: Teoria e Pensamento Social. Rio de Janeiro: Azougue, 2016.

CORRÊA, R.L. **O espaço metropolitano e sua dinâmica.** Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ. 17. Rio de Janeiro, 1994. p. 24-29.

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. 4ª. Editora Ática. S.A, 2004.

COSTA, F.R.da. A Produção do espaço como resistência ao capital. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v. 2, p.37-56, 2014.

DE ALVARENGA, M.; SANTANA, S. **O conceito de produção do espaço no pensamento geográfico**. *Observatório Geográfico da América Latina*. 2012. Disponível em: [http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamiento geográfico/04.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamiento%20geografico/04.pdf). Acesso em: 10/11/2022.

ZANETTI, V.R.; SILVA, F.F.A.; DOMINGOS, B.S.M. Intervenções artísticas urbanas como práticas culturais cidadinas: desobediência à base de tinta na produção de espaços públicos. Campo Grande, MS, **Cadernos de estudos culturais**, v. 2, p. 227-241, jul./dez. 2020.

FARIAS, J.A. **O plano moderno e a morfologia do traçado**: Narrativa sobre um traçado de xadrez que aprisiona o discurso de Projeto Social. Anais do X SHC- Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Recife-PE, 2008.

FERNANDES, D.A.A.de. **A produção capitalista do espaço e as repercussões socioambientais**: caso igreja. Dissertação (mestrado acadêmico) Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

FERNANDES, E. **Perspectivas para a Renovação das Políticas de Legalização de Favelas no Brasil**. In: Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: Ano XV, Nº 1, 2001.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FRANÇA, I.S.de. **Aglomeración urbana descontínua de Montes Claros/MG**: novas configurações soioespaciais. Tese (doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

FREITAS, J.D.S.de.; MORAIS, T.P.; OLIVIERA, M.F.; AFONSO, P.C.S. **A feira do Major Prates como estratégia de reprodução do campesinato regional (Montes Claros)**. In: 11º FEPEG-Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão. Universidade Estadual de Montes Claros, 2017.

GOMES, P.I.J. **Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros**. Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama> Acesso em: 13/06/2023.

JACOBS, J. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

\_\_\_\_\_ **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_ **Lógica formal Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

\_\_\_\_\_ **O Marxismo**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial. 1979.

\_\_\_\_\_ **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEITE, M.E. (organizador). **Atlas Ambiental de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020.

LIMONAD, E.; CASTRO, E.R. (org). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro, Letra Capital, 2014.

MAJOR PRATES começa comemoração dos seus 56 anos. **Gazeta de Minas**, Montes Claros, 2020. Disponível em: <https://gazanortemineira.com.br/noticias/cidade/major-prates-comeca-comemoracao-dos-seus-56-anos?fbclid=IwAR3PvEOR-5X-0lxZhRRRn5qpAPzyVIJfswc10xPtg6-zKwPai7x91HIK8tc>. Acesso em 20/03/2023.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.B.F.; MARICATO, E.; VAINER, C.B. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 121-192, 2012,

MARINGONI, G. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, Ano 13, nº 88 p. 43-56, 2016.

MEDEIROS, M.M.de. **O que dizem os muros da cidade**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

MONTES CLAROS. Lei nº2921, de 27 de agosto de 2001. Institui o Plano Diretor do Município de Montes Claros. Montes Claros, MG. 2001.

MONTES CLAROS. Lei nº 4.198, de 23 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Município de Montes Claros e dá outras providências. Montes Claros, MG. 2009.

PNAD - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 13/06/2023.

PINHEIRO, K. Bases teóricas gerais sobre urbanização Brasil. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano IX • No 15, Salvador, BA. Janeiro de 2007.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Ethnocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from the South**, n. 3, p. 533-580, 2000.

ROLNIK, R. **O Que é Cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense. 3ª ed., 1994.

SÁ, R.I.O. **Poéticas do graffiti**: um estudo estético visual das identidades urbanas. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Artes Visuais do Departamento de Artes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros-MG, 2019.

SAES, A.M. **O moderno mundo urbano e a formação do Capitalismo no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SANTOS, A.V.dos. **Etnografia é observação participante?** Trabalhando com um método constitutivamente heterodoxo. Ponto Urbe, 2021.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo, Brasil. Editora Humanismo, 1993.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

SILVA, L.L.D.da. **A modernidade no sertão:** a experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento social) Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2008.

SILVEIRA, Y.M.S.C.da. A transformação urbana de Montes Claros: Surgimento e crescimento do Bairro Cidade Industrial. Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes **Revista Cerrados**, v.3 - n.1 - 2005.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização.** 2ª edição. Universidade da Califórnia. 1988

TEIXEIRA, M. F. **Sobre ruas e pessoas:** uma análise espacial dos bairros Ibituruna e Major Prates de Montes Claros – MG. 2018. 107 f. (Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura. UFMG, Belo Horizonte, 2018.

VIEIRA, J.F.L.; NUNES, A.B.C. Utopia e cidade: o espaço urbano como elemento de transformação social. Franca, SP. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v.11, n.2, dez. 2016.

VIEIRA, M. Comerciantes se mobilizam contra tenda no Major Prates. **O Norte de Minas**, Montes Claros, 04/12/2020. Disponível em: <https://onorte.net/montesclaros/comerciantes-se-mobilizam-contratenda-no-major-prates-1.814627>. Acesso em: 18/06/2023.

*WORLD CITIES REPORT. United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat)*, 2022. Disponível em: <https://unhabitat.org/wcr/>. Acesso em 10/04/2023.